

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO**

Rodrigo Vieira

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE TERCEIRO  
SETOR: uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco  
de Teses da CAPES.**

FLORIANÓPOLIS

2011



Rodrigo Vieira

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE TERCEIRO  
SETOR: uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco  
de Teses da CAPES.**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciência da Informação  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato  
Macedo dos Santos.

FLORIANÓPOLIS

2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da  
Universidade Federal de Santa Catarina

V657p Vieira, Rodrigo

Produção científica brasileira sobre terceiro setor [dissertação] : uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco de Teses da CAPES / Rodrigo Vieira ; orientador, Raimundo Nonato Macedo dos Santos. - Florianópolis, SC, 2011.

165 p.: il., grafs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências e apêndices

1. Ciência da Informação. 2. Associações sem fins lucrativos. 3. Pesquisa. 4. Bibliometria. 5. Cienciométrica. 6. Produção científica - Avaliação. 7. Monitoramento. I. Santos, Raimundo Nonato Macedo dos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

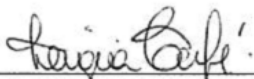


Rodrigo Vieira

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE TERCEIRO  
SETOR: uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco  
de Teses da CAPES.**

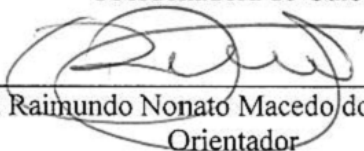
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Ciência da Informação”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Florianópolis, 17 de junho de 2011.



---

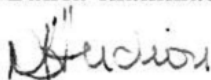
Profª. Lígia Maria Arruda Café, Dra.  
Coordenadora do Curso



---

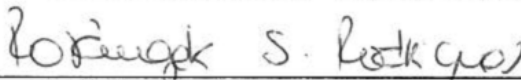
Prof. Raimundo Nonato Macedo dos Santos, Dr.  
Orientador

**Banca examinadora:**



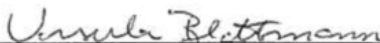
---

Profª. Maria Carolina Martinez Andion, Dra.  
Examinadora externa - ESAG/UDESC



---

Profª. Rosângela Schwarz Rodrigues, Dra.  
Examinadora – PGCIN/UFSC



---

Profª. Ursula Blattmann, Dra.  
Examinadora – PGCIN/UFSC



Dedico a minha esposa, Janaina Patrícia Perez Vieira, ao meu filho, Cauã Perez Vieira, aos meus pais, Sr. Isac Lino Vieira e Sra. Evandina Gonçalves Vieira (Dona Vanda), a minha irmã, Gisele Vieira Goldstein, aos meus colegas, Henrique José de Souza Coutinho e Lucila Maria de Souza Campos, aos meus professores Raimundo Nonato Macedo dos Santos, Rosângela Schwarz Rodrigues e Ursula Blattmann que me auxiliaram na concretização desta jornada.



*Life has meaning only in the struggle.  
Triumph or defeat is in the hands of the  
Gods...  
So let us celebrate the struggle!*

*Swahili Warrior Song.*



## AGRADECIMENTOS

Este trabalho viabilizou-se pela colaboração, direta e indireta, de várias pessoas, as quais eu gostaria de externar meu reconhecimento. Dentre elas, meu agradecimento especial:

- Ao meu orientador, Raimundo Nonato Macedo dos Santos, a quem agradeço e credito à sua notória capacidade intelectual e às sempre atentas ponderações que me conduziram a conclusão deste trabalho com paciência, sensibilidade e apoio nos momentos difíceis que tive que superar;
- À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Lígia Maria Arruda Café, pelo apoio, solicitude e atenção;
- Às professoras Rosângela Schwarz Rodrigues e Ursula Blattmann, por terem aceitado o convite para a banca de qualificação e por apresentarem valiosas contribuições para o trabalho;
- Aos demais professores do Departamento de Ciência da Informação pelo apoio, em especial às professoras Eliana Maria dos Santos Bahia e Marília Maria Roslindo Damiani Costa, por me contagiarem com seu bom humor;
- Aos meus colegas de mestrado pelos momentos compartilhados ao longo das várias etapas do processo.
- Aos meus familiares e amigos, pelo apoio e compreensão pelas inúmeras ausências, principalmente nos últimos meses, quando precisei me afastar para finalizar esta dissertação, em especial a minha esposa Janaina Patrícia Perez Vieira e ao meu filho Cauã Perez Vieira, pelo carinho e atenção durante todo o percurso.

Quero agradecer também a Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, pela oportunidade de realização do mestrado, bem como a CAPES pela bolsa de estudo, que possibilitou a conclusão desta pesquisa.





## RESUMO

VIEIRA, Rodrigo. **PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE TERCEIRO SETOR**: uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco de Teses da CAPES. Florianópolis, SC: UFSC, 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Abasteça

Estudo de caráter exploratório, descritivo e de natureza quantitativa, que objetivou investigar a produção científica brasileira sobre Terceiro Setor, por meio da aplicação de técnicas bibliométricas e cienciométricas na análise de dissertações e teses, defendidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecidos pela CAPES entre os anos de 1994 à 2009. Neste estudo, o Terceiro Setor é tratado como um fenômeno político-econômico-institucional amplo e rico em possibilidades de pesquisas científicas. No entanto, ainda pouco se conhece sobre a produção acadêmica brasileira, que trata dessa temática. O corpus da pesquisa foi constituído por 574 referências, recuperadas junto ao Banco de Teses da CAPES, sendo 483 dissertações e 91 teses, que abordam a temática do Terceiro Setor. Essas referências constituíram uma base de dados *ad hoc*, sobre a qual foram aplicadas as técnicas bibliométricas e cienciométricas. Os resultados sinalizam que as pesquisas sobre esse tema estão inseridas em 10% dos programas de pós-graduação brasileiros. Entre as instituições que registram produção científica sobre Terceiro Setor, observou-se que 20% delas concentram mais de 60% dos documentos produzidos. A distribuição geográfica e de dependência administrativa (federal, estadual, municipal e particular) dessas instituições segue os mesmos padrões das demais instituições brasileiras. A vocação da área de estudos organizacionais para as pesquisas sobre Terceiro Setor foi confirmada pelo domínio da área de Administração, Contabilidade e Turismo na produção de dissertações e teses. Outras áreas também apresentaram produção significativa, tais como: Direito, Educação, Serviço Social e Sociologia. Os termos mais utilizados pelos pesquisadores para descrever os temas abordados por suas pesquisas foram: Terceiro Setor, Gestão Social, Sustentabilidade, Voluntariado, ONGs, Educação, Estado, Sociedade Civil, Responsabilidade Social, Cidadania e Reforma do Estado. A falta de estrutura do Banco de Teses da CAPES para a realização de análises bibliométricas e cienciométricas representou a principal dificuldade para a realização do estudo. Contudo, a aplicação de instrumentos e técnicas, provenientes do arcabouço teórico e metodológico da Ciência da Informação, como a bibliometria e a cienciométrica, se configura como uma alternativa confiável para o monitoramento e para a avaliação da produção científica.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Bibliometria. Cienciométrica. Monitoramento da Produção Científica. Avaliação da Produção Científica.



## ABSTRACT

VIEIRA, Rodrigo. **BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON THIRD SECTOR RESEARCH**: a bibliometric and scientometric analysis based on Banco de Teses da CAPES. Florianópolis, SC: UFSC, 2011. 170 f. Dissertation (Information Science Masters) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

This is an exploratory, descriptive and quantitative study, aimed to diagnose the Brazilian scientific production on Third Sector Research, through the application of bibliometrics and scientometrics techniques to analyse dissertations and theses supported in graduate programs, recognized by CAPES by the year 2009. In this study, the third sector is treated as a political, economic and institutional phenomenon, vast and rich in possibilities for scientific research. However, little is known about the Brazilian academic production, which deals with this theme. The research corpus comprised of 574 references, recovered from CAPES's Dissertation Database (Banco de Teses da Capes), amounting to 483 theses and 91 thesis, which address Third Sector theme. These references constitute an ad hoc database, on which bibliometrics and scientometrics techniques were applied. The results indicate that the research on this subject are included in 10% of graduate programs in Brazil. Among the scientific institutions that carry on Third Sector research it was noted that 20% of them were responsible for more than 60% of the documents produced. The geographic distribution and management branch level (federal, state, municipal and private) of these institutions follow the same pattern of other Brazilian institutions. The organizational studies field's vocation for Third Sector Research was confirmed by the domain of Administration, Accounting and Tourism in the production of dissertations and theses. Other fields also showed significant production, such as Law, Education, Social Work and Sociology. The terms most commonly used by researchers to describe the themes of their research were: Third Sector, Social Management, Management, Sustainability, Volunteer, NGOs, Education, State, Civil Society, Social Responsibility, Citizenship and State Reform. The lack of structure of the Capes Dissertation Database (Banco de Teses da CAPES) for conducting bibliometrics and scientometrics analysis was the main difficulty for the study. However, the application of tools and techniques, from the theoretical and methodological information science, bibliometrics and scientometrics, is configured as a reliable alternative to monitoring and evaluation of scientific production.

**Keywords:** Third Sector. Bibliometrics. Scientometrics. Monitoring of Scientific Literature. Evaluation of Scientific Literature.



## RÉSUMÉ

VIEIRA, Rodrigo. **LA PRODUCTION SCIENTIFIQUE BRÉSILIENNE SUR LE TROISIÈME SECTEUR** : une analyse bibliométrique et scientométrique fondée sur le Banco de Teses da CAPES. Florianópolis, SC : UFSC, 2011. 170 f. Mémoire (Master en Science de l'Information) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

L'étude de caractère exploratoire, descriptif et de façon quantitative qui a eu l'objectif de diagnostiquer la production scientifique brésilienne sur le Troisième Secteur en mise en pratique des techniques bibliométriques et scientométriques d'analyse des mémoires et thèses qui ont été déjà défendus jusqu'à 2009 selon le programme de post-graduation *Stricto Sensu* reconnu par CAPES. Sur cette étude, le Troisième Secteur est vu comme un phénomène politique-économique-institutionnel large et riche en possibilités de recherches scientifiques. Entretemps, peut est connu sur la production académique brésilienne qui s'occupe de ce thème. Le corpus de la recherche a été constitué par 574 références, parmi lesquelles 483 mémoires et 91 thèses, qui ont abordés le sujet du Troisième Secteur dans le Banco de Teses da CAPES (Base de donnés de CAPES). Ces références ont constitué une base de donnés sur laquelle ont été appliqués les techniques bibliométriques et scientométriques. Les résultats démontrent que les recherches sur ce thème sont introduites en 10% des programmes de post-graduations brésiliens. Parmi les institutions qui enregistrent la production scientifique sur le Troisième Secteur, on a observé que 20% concentrent plus de 60% des documents produits. La distribution géographique et de dépendance administrative (fédérale, de l'état, municipale et privée) des institutions suivent les mêmes modèles d'autres institutions brésiliennes. La vocation du domaine d'études organisationnelles pour les recherches sur le Troisième Secteur a été validée par la maîtrise du domaine de l'Administration, Comptabilité et Tourisme en la production de mémoires et thèses. D'autres domaines ont aussi présenté une production significative, comme par exemple: Droit, Éducation, Service Social et Sociologie. La production scientifique sur ce sujet se trouve dispersée entre les domaines du savoir. Les noms le plus utilisés par les chercheurs pour décrire les sujets abordés par leurs recherches sont : Troisième Secteur, Gestion Social, Gestion, Développement Durable, Volontariat, ONG, Éducation, État, Société Civil, Responsabilité Social, Citoyenneté et Réforme de l'État. La principale difficulté présentée pendant l'étude a été le manque de structure de le Banco de Teses da CAPES pour la réalisation des analyses bibliométriques et scientométriques. Néanmoins, l'application d'outils et techniques qui proviennent du fondement théorique et méthodologique de la Science d'Information, comme la bibliométrie et la scientométrie, devient une alternative fiable à la surveillance et à l'évaluation de la production scientifique.

**Mots Cléf:** Troisième Secteur. Recherche Scientifique. Bibliométrie. Scientométrie. Surveillance de la Production Scientifique. Évaluation de la Production Scientifique. Compensation.



**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Fluxo da informação científica .....	50
Figura 2 - Evolução dos paradigmas da comunicação científica.....	51
Figura 3 - Diagrama interdisciplinar da Ciência da Informação. ....	61
Figura 4 - Inter-relação entre os subcampos da informetria. ....	68
Figura 5 - Conjunções entre público e privado.....	74
Figura 6 - Busca por bases.....	110
Figura 7 - Resultados da busca por bases.....	110
Figura 8 - Interface de busca. ....	111
Figura 9 - Resultados da busca por bases.....	112
Figura 10 - Estrutura da base <i>ad hoc</i> . ....	113
Figura 11 - Distribuição geográfica das instituições de ensino. ....	127





**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Técnicas de mensuração da informação.....	65
Quadro 2 - Rótulos do Terceiro Setor. ....	96
Quadro 3 - Definições e teorizações sobre Terceiro Setor. ....	100
Quadro 4 - Linhas de pesquisa com volume de produção.....	134
Quadro 5 - Áreas de avaliação renomeadas.....	136



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal assalariado, segundo faixas de ano de fundação, Brasil – 2005....	80
Tabela 2 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos segundo áreas de atuação, Brasil – 2005. ....	81
Tabela 3 - Principais tópicos em conferências ISTR e edições do <i>Voluntas</i> , 1990 – 2002. ....	85
Tabela 4 - Enfoque regional em conferências ISTR e edições do <i>Voluntas</i> , 1990 – 2002. ....	87
Tabela 5 - Enfoque disciplinar em conferências ISTR e edições do <i>Voluntas</i> , 1990 – 2002. ....	89
Tabela 6 - Número de Dissertações e Teses .....	111
Tabela 7 - Pesquisadores que se destacaram na produção acadêmica sobre o Terceiro Setor. ....	125



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição anual das dissertações e teses. ....	118
Gráfico 2 - Distribuição regional das dissertações e teses. ....	120
Gráfico 3 - Distribuição estadual das dissertações e teses. ....	121
Gráfico 4 - Distribuição regional do número de FASFIL e da produção acadêmica sobre Terceiro Setor. ....	122
Gráfico 5 - Distribuição estadual do número de FASFIL e da produção acadêmica sobre Terceiro Setor. ....	123
Gráfico 6 - (a) Distribuição das orientações de mestrado; (b) Distribuição das orientações de doutorado. ....	126
Gráfico 7 - Produção em relação a dependência administrativa das instituições. ....	128
Gráfico 8 - Instituições de ensino com maior volume de produção. ....	129
Gráfico 9 - Curva de distribuição do percentual de instituições de ensino pelo percentual de dissertações e teses produzidas. ....	131
Gráfico 10 - Programas de pós-graduação com maior volume de produção. ....	133
Gráfico 11 - Produção por áreas do conhecimento. ....	138
Gráfico 12 - Termos mais utilizados para descrever áreas do conhecimento. ....	140
Gráfico 13 - Termos mais utilizados para indicar temas abordados pelas pesquisas. ....	140
Gráfico 14 - Correlação entre áreas do conhecimento e palavras chave. ....	142
Gráfico 15 - Correlação entre áreas do conhecimento e palavras chave. ....	144
Gráfico 16 - Mapa de visualização na forma de dendograma hierárquico dos termos indicados pelos autores para descrever os temas abordados pelas pesquisas. ....	146



**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
AC	Áreas do Conhecimento
AV	Áreas de Avaliação
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PC	Palavras-Chave
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação





## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
1.1	SITUAÇÃO PROBLEMA .....	34
1.2	OBJETIVOS.....	37
1.2.1	Objetivo geral.....	37
1.2.2	Objetivos específicos.....	37
1.3	JUSTIFICATIVA.....	38
1.3.1	Justificativas acadêmicas.....	38
1.3.2	Justificativas pessoais e profissionais.....	40
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	41
<b>2</b>	<b>CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....</b>	<b>43</b>
2.1	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	52
2.1.1	Conceitos fundamentais da Ciência da Informação.....	55
2.1.2	O caráter social e interdisciplinar da Ciência da Informação .....	59
2.2	ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA .....	62
<b>3</b>	<b>PESQUISAS SOBRE TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>71</b>
3.1	ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .. .....	75
3.2	EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR .....	79
3.3	UNIVERSO CONCEITUAL DO TERCEIRO SETOR.....	90
3.3.1	Diversidade de termos .....	90
3.3.2	Definições e teorizações sobre o Terceiro Setor.....	97
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>105</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	106
4.2	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	108
4.3	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DOS DADOS.....	109
4.4	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA ANÁLISE DOS DADOS .....	113
4.5	LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	114
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>117</b>
5.1	DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL E GEOGRÁFICA .....	118
5.2	COMPOSTAMENTO DOS PESQUISADORES.....	124
5.3	A PARTICIPAÇÃO DOS CENTROS DE PESQUISA.....	126
5.4	AS ÁREAS DO CONHECIMENTO .....	135
5.5	TERMOS UTILIZADOS PARA DESCREVER AS PESQUISAS.....	139

<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>147</b>
6.1 CONSIDERAÇÕES .....	148
6.2 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS ..	152
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>155</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O segmento político-econômico-institucional que congrega interesses sociais, sem fins lucrativos, filantrópicos e voluntários, denominado genericamente pelo termo Terceiro Setor, configura-se em um campo amplo e rico em possibilidades de pesquisas científicas. No entanto, ainda pouco se conhece sobre a produção acadêmica brasileira que trata dessa temática.

Terceiro Setor é um termo originário da literatura anglo-saxônica<sup>1</sup>, cunhado durante a década de 1970, com o intuito de identificar e caracterizar um diversificado grupo de organizações e atividades que atuam no âmbito da sociedade civil. Até esse período, não havia a ideia de um setor que congregasse essas organizações e atividades, mas sim conjuntos distintos de instituições definidas como de utilidade pública. Com a definição do termo e, por conseguinte, um esboço conceitual para o mesmo, iniciaram-se diversos estudos no sentido de delinear sua composição, seu escopo e estrutura, além de mapear as organizações e atividades que dele fazem parte (HODGKINSON; PAINTER, 2003; TAYLOR, 2010).

Segundo Falconer (1999, p.17), o termo é considerado portador de uma grande promessa: “a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza”. Nesse contexto, o Terceiro Setor ganha popularidade e encontra maior aceitação na designação de iniciativas voltadas à produção de bens públicos, como a conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis e apoio a organizações esportivas e de defesa do meio ambiente (FERNANDES, 1994). Assim, o termo passa a ser geralmente aceito como um “guarda-chuva,” para cobrir o universo organizacional, que emerge em muitas sociedades, entre o Estado e o mercado econômico (ALVES, 2002).

Nas últimas décadas a sociedade brasileira tem assistido uma significativa expansão do Terceiro Setor, tanto em número de organizações, quanto em pesquisas científicas. O relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008), que apresenta um diagnóstico das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no país em 2005, diz que “entre 1996 e 2005, observou-se um crescimento da ordem de 215,1% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos

---

<sup>1</sup> Literatura originária de nações falantes da língua inglesa, que partilham características históricas, políticas, e culturais enraizadas ou atribuídas à influência histórica do Reino Unido.

no Brasil,” o que representa um salto de 107,3 mil entidades em 1996 para 338,2 mil em 2005.

Para Taylor (2010, p. 1, tradução nossa), a expansão do Terceiro Setor, enquanto área de estudo é ainda mais perceptível nos países de onde o termo é originário, devido à existência de centros de pesquisa e programas de pós-graduação que se dedicam a gestão sem fins lucrativos, organizações voluntárias e a filantropia. O *Yale Program on Nonprofit Organizations* (<http://ponpo.som.yale.edu/>) e o *Third Sector Research Centre* (<http://www.tsrc.ac.uk/>) são exemplos desse reconhecimento.

No Brasil, apesar de não existir cursos de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se dediquem exclusivamente às pesquisas sobre o Terceiro Setor, diversos centros e grupos de pesquisa produzem e disseminam conhecimento científico sobre o tema. Como é o caso dos programas de Mestrado Profissional (*lato sensu*) em Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, em Gestão Social e Trabalho da Universidade de Brasília e em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA de Minas Gerais. Além desses programas, uma busca textual na base corrente (2009 – 2010) do Diretório dos Grupos de Pesquisa Brasileiros (<http://dgp.cnpq.br>), mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) identificou 71 grupos de pesquisa cadastrados, apresentando a exata expressão “Terceiro Setor”, no nome do grupo ou no nome de uma de suas linhas de pesquisa.

O volume e a diversidade das publicações científicas também demonstram a expansão do Terceiro Setor. No cenário internacional, periódicos como o *Annals of Public and Cooperative Economics*, patrocinado pelo *International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy* (CIRIEC) e o *Voluntas (International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations)*, periódico científico oficial da *International Society for Third Sector Research* (ISTR) se destacam como referências científicas para o tema. Além do reconhecimento entre os pesquisadores do Terceiro Setor, esses periódicos também são reconhecidos por outras áreas, pois são indexados por serviços internacionais, tais como: CSA, EbscoHost, Elsevir BV, Gale, OCLC e ProQuest.

Vidal (2010, p. 67, tradução nossa) menciona que entre 1975 e 2007, os artigos que tratam da temática do Terceiro Setor, publicados no *Annals of Public and Cooperative Economics*, aumentaram em 56%. Já o *Voluntas* teve um aumento de cerca de 80% no número de downloads de artigos a partir de 2002, ano em que a versão em linha do periódico foi disponibilizada na INTERNET (TAYLOR, 2010).

A expansão da literatura vai além do volume de publicações. Hodgkinson e Painter (2003) analisaram trabalhos publicados em edições do *Voluntas* e anais das conferências ISTR, desde suas primeiras edições até o ano de 2002. Os autores identificaram variações indicando que novos temas e regiões foram incluídos e mais áreas do conhecimento se fazem presentes, o que demonstra uma evolução e expansão dos interesses do campo (HODGKINSON; PAINTER, 2003).

Por outro lado, existem aspectos que afetam negativamente o desenvolvimento do Terceiro Setor, enquanto área de pesquisa científica. Alguns autores destacam o conhecimento incipiente sobre o tema, a falta de articulação entre as diferentes disciplinas que se dedicam ao assunto e o tímido avanço teórico alcançado até o momento.

Alves (2002, p. 1) destaca a falta de conhecimento sobre o tema, afirmando que as pessoas têm “algumas vagas ideias” associadas a Organizações Não-Governamentais (ONGs), a caridade, a obras religiosas, ou ainda ao setor de serviços da economia. Segundo o autor, equívocos como esses são resultantes da falta de estudos sobre Terceiro Setor e ao pouco destaque dado às origens conceituais e às tradições de pesquisa relacionadas ao tema.

Ainda considerando o cenário brasileiro, as discussões polarizadas entre escolas de administração e serviço social deixam de lado as diferentes racionalidades de cada área. Salvatore (2004) lembra que o serviço social, até bem pouco tempo atrás, mantinha uma espécie de monopólio de atuação profissional no Terceiro Setor. Com isso, os estudos se voltavam para os aspectos sociais, levando em conta apenas as necessidades do público alvo, deixando de lado os aspectos administrativos.

Por outro lado, ao perceberem as organizações do Terceiro Setor como um nicho de mercado, as escolas de administração passaram a vender a ideia de que a sobrevivência dessas organizações poderia ser garantida com a adoção dos mesmos mecanismos de gestão das empresas privadas, desconsiderando, muitas vezes, as reais necessidades das organizações e do público atendido por elas (SALVATORE, 2004).

Em um contexto internacional mais amplo, Taylor (2010) menciona que, desde o início das discussões, junto à teoria econômica neoclássica<sup>2</sup>, por meio de pesquisas empiricamente orientadas, estudos de caso e análises comparativas, “as pesquisas sobre Terceiro Setor têm se mantido relativamente subteorizadas”. Segundo esse autor, a razão para isso está no fato de que todas essas abordagens são epistemologicamente ligadas à

---

<sup>2</sup> Corrente do pensamento econômico surgida no final do século XIX, para a qual o Estado não deveria intervir no funcionamento do mercado, deixando-o fluir livremente. Essa não intromissão ficou conhecida como Liberalismo Econômico (VASCONCELLOS, 2008).

teoria política empírica: um ponto de vista que resulta na adoção de uma imagem "oca" de homem e sociedade e uma leitura limitada à ação e visão políticas (TAYLOR, 2010 p. 4, tradução nossa).

Contrastando com essas ideias, Corry (2010) resume as principais abordagens que tentam descrever e explicar o Terceiro Setor. Segundo esse autor é possível identificar definições e teorizações sobre o tema. As definições são ontologicamente orientadas, pois focam nas características das organizações que o compõem, oferecendo pontos de vista divergentes sobre o que se inclui e o que se exclui do Terceiro Setor. A visão Americana, por exemplo, define-o como um setor separado caracterizado por entidades organizadas, privadas, sem fins lucrativos e de voluntariado. Já a definição europeia vê o setor como um fenômeno híbrido que combina e conecta outros agentes, como o Estado e o mercado.

Em contrapartida, as teorizações sobre Terceiro Setor são epistemologicamente orientadas, pois focam no tipo de conhecimento ao qual estão vinculadas. Essas teorizações tratam o Terceiro Setor como um processo ou forma de prática. A teoria dos sistemas, por exemplo, vê o setor como um tipo particular de comunicação; a teoria do discurso o vê como uma forma de ordenar e governar das pessoas; por fim, a teoria crítica vê o Terceiro Setor como uma espécie de luta ou diálogo entre as forças sociais (CORRY, 2010).

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Considerando a expansão do Terceiro Setor, em termos de organizações, centros de pesquisa, volume e diversidade de literatura científica, e a ampliação do universo conceitual ligado a ele, é razoável pensar que o tema esteja se tornando cada vez mais complexo e heterogêneo. Esses fatores indicam a importância econômica, social e cultural que o tema vem conquistando ao longo dos anos. Observa-se também que em mais de três décadas de pesquisas, foram acumuladas informações e experiências, mas ainda pouco se fez no sentido de sistematizá-las para serem transformadas em conhecimento organizado.

Morin (2005) salienta que o excesso de informações pode obscurecer o conhecimento. Para esse autor, “conhecer comporta informação [...], mas o conhecimento não se reduz a informações, [...] o excesso de informação mergulha-nos numa *nuvem de desconhecimento*” (MORIN, 2005, p. 98, grifo do autor). Assim, o conhecimento precisa ser organizado de modo que o avanço produzido pelos pesquisadores seja

transformado em informação acessível para a comunidade científica (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134).

Sayão (1996) lembra que a atividade científica possui um caráter cumulativo, baseado no consenso. Esse conhecimento acumulado representa a memória coletiva da ciência, e se materializa na forma de literatura técnica-científica. Bufrem e Prates (2005, p. 9) lembram que a realização de um “inventário das atividades de pesquisa científica de qualquer campo do conhecimento implica, necessariamente, uma seleção criteriosa diante da grande circulação de mensagens e de informações registradas [...]”.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, essa literatura se torna cada vez mais disponível por meio de bases de dados eletrônicas. Essas bases, quando analisadas por meio de técnicas de mensuração da informação podem apontar tendências de desenvolvimento da sociedade, das disciplinas científicas, bem como das áreas de produção e consumo (WORMELL, 1998).

Uma busca realizada em maio de 2010 junto ao Banco de Teses da CAPES (2010) recuperou 643 referências indexadas com a expressão “Terceiro Setor” no campo assunto. Em uma análise mais aprofundada, identificou-se que algumas dessas referências não tratavam da temática do Terceiro Setor, nos termos desta pesquisa. Havia referências abordando, por exemplo, o setor de serviços da economia. Eliminado essa transposição de informação, o número de referências foi reduzido para 574, sendo 483 dissertações e 91 teses. Esse volume de material bibliográfico representa um importante segmento da literatura científica nacional, ainda inexplorado pelos próprios pesquisadores do Terceiro Setor, bem como por outras áreas como a Ciência da Informação.

Considerando que as pesquisas sobre Terceiro Setor entram agora em sua quarta década de atividades e a falta de estudos sobre a produção científica brasileira nessa área, parece propícia a realização de um diagnóstico das dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES, de modo a mapear e caracterizar a produção científica sobre o tema.

Santos e Kobashi (2009, p. 169) advogam sobre a crescente conscientização dos pesquisadores quanto aos aspectos qualitativos dos estudos da ciência. Segundo esses autores, a aproximação entre esses aspectos se deve à incorporação da sociologia e da história da ciência, bem como das teorias e métodos da área de organização da informação e do conhecimento ao campo dos estudos métricos da informação científica, na construção do referencial de análise.

Nesse contexto, “os trabalhos de mapeamento cognitivo da ciência se colocam como tendência importante para aprofundar a compreensão

sobre a dinâmica da ciência” e sua confiabilidade está relacionada com “a compreensão dos processos semânticos e pragmáticos da representação da informação”, que devem ir além dos “ingênuos procedimentos de contagem de frequência de palavras nos textos” (SANTOS; KOBASHI, 2009, p. 169).

No presente estudo serão abordados aspectos de natureza externalista, bem como internalista. Os externalistas visam quantificar dados, tais como: a distribuição temporal e geográfica da produção científica (quando e onde os estudos foram realizados); o comportamento dos pesquisadores e a participação dos centros de pesquisa (quem foram os autores e avaliadores estudos e em quais instituições foram realizados); as áreas do conhecimento representadas (áreas às quais os estudos estão vinculados).

Já os aspectos internalistas visam caracterizar o conteúdo dos trabalhos científicos, quantificando dados como os termos utilizados pelos pesquisadores para descrever as pesquisas no que se refere as áreas do conhecimento as quais essas pesquisas estão relacionadas e as palavras-chave que indicam os temas abordados pelas pesquisas.

Essas informações são relevantes para análise do estado e do desenvolvimento das pesquisas sobre o Terceiro Setor e podem ser levantadas utilizando-se métodos e técnicas inseridos no contexto da Ciência da Informação. Essa ciência se apoia em rigorosos arcabouços teóricos e metodológicos com o objetivo de estudar as propriedades gerais da informação, sua natureza, gênese, uso e efeitos (LE COADIC, 2006).

Inseridas nesse arcabouço teórico metodológico, a cienciometria e a bibliometria configuram-se como áreas de estudo que utilizam e desenvolvem métodos e modelos teóricos para mensurar a informação, recorrendo à teoria matemática e à estatística.

A cienciometria estuda aspectos quantificáveis das atividades científicas e técnicas, da produção e disseminação do conhecimento científico, aplicada às informações registradas, ou não, abrangendo o sistema de pesquisa como um todo. Já a bibliometria estuda aspectos quantificáveis da literatura científica, focada no conhecimento registrado, a partir de fontes bibliográficas, permitindo identificar comportamentos e apontar tendências (MACIAS-CHAPULA, 1998; BUFREM e PRATES, 2005; MUGNAINI et. al., 2006).

Essas técnicas permitem analisar e avaliar os processos relacionados à atividade científica, criando métodos confiáveis para mostrar como uma determinada área vem se desenvolvendo. A bibliometria e a cienciometria permitem observar e analisar o “estado da ciência e da tecnologia por meio da produção científica como um todo e em um determinado nível de especialização” (MACIAS-CHAPULA, 1998, 135).



Nesse contexto, um estudo que aplique técnicas bibliométricas e cienciométricas permitirá a constituição de mapas do conhecimento científico contido em dissertações e teses que tratam da temática do Terceiro Setor. Esses mapas auxiliarão na caracterização de um quadro contextual, no qual as pesquisas nessa área se desenvolvem, evidenciando a realidade do campo, bem como apontando possíveis lacunas.

Estudos dessa natureza são de fundamental importância para o campo da Ciência da Informação como forma de afirmação do caráter social e interdisciplinar dessa ciência, bem como de sua vocação para os estudos das propriedades, do comportamento e das forças que regem o fluxo da informação científica. Especialmente com relação a um tema novo e que ainda requer atenção dos pesquisadores, como é o caso do Terceiro Setor.

Espera-se que os resultados desse estudo possam beneficiar as pesquisas sobre Terceiro Setor, fornecendo subsídios para discussão entre os pesquisadores interessados na temática, em termos de desenvolvimento e amadurecimento como campo científico. Espera-se também que o estudo contribua para as discussões sobre os limites e possibilidades de aplicação das técnicas bibliométricas e cienciométricas já consagradas e amplamente utilizadas nos domínios da Ciência da Informação.

Com base nos propósitos apresentados, estabeleceram-se os objetivos que seguem.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Investigar a produção científica brasileira sobre Terceiro Setor, por meio de análises bibliométricas e cienciométricas aplicadas à dissertações e teses defendidas no país e indexadas pelo Banco de Teses da CAPES até o ano de 2009.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Recuperar as referências bibliográficas de dissertações e teses defendidas no país, que tratem da temática do Terceiro Setor, junto ao Banco de Teses da CAPES;

- b) Mapear a produção científica sobre Terceiro Setor, representada pelas dissertações e teses recuperadas, por meio de gráficos e mapas de visualização e representação da informação;
- c) Analisar os padrões da produção científica sobre Terceiro Setor, por meio de técnicas bibliométricas e cienciométricas;
- d) Refletir sobre os resultados gerados à luz dos dados do diagnóstico das FASFIL (IBGE, 2008), do relatório de Avaliação Trienal da CAPES 2007-2009.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

As justificativas para a realização da pesquisa podem ser descritas sob dois pontos de vista: os aspectos acadêmicos e os aspectos profissionais e pessoais. As justificativas acadêmicas possuem um contexto mais amplo que demonstram a importância relativa do tema e sua atualidade. Já as justificativas pessoais e profissionais descrevem as motivações inerentes ao pesquisador.

#### 1.3.1 Justificativas acadêmicas

A segunda metade do século XX trouxe grandes transformações para toda a sociedade. Inseridas nesse contexto de transformação, as discussões quanto à inclusão e exclusão social e a importância do conhecimento científico têm ganhado cada vez mais espaço.

Nas últimas décadas, o chamado Terceiro Setor vem crescendo, tanto como prática social, quando como objeto de investigação científica. A atuação do Estado, como principal responsável pela saúde econômica e social do país, tem cedido espaço para uma articulação da sociedade, formada a partir de iniciativas privadas, voluntárias e sem fins lucrativos, com foco no bem estar comum. Essas iniciativas se multiplicam na forma de organizações que atuam na prestação de serviços em que a atuação do Estado é insuficiente ou não existe.

Soares-Baptista (2006, p. 41) argumenta que o debate sobre o Terceiro Setor encontra-se ligado à políticas de inserção, seja de cunho econômico, social ou político. Fala-se em organizações que atuam em uma causa nobre, uma causa humanitária e humana, em contraponto à

racionalidade mercantil de organizações capitalistas e à inépcia ou ausência de organizações públicas e de um Estado atuante.

Os fatores que contribuem para a expansão do Terceiro Setor podem ser expressos da seguinte forma: a concentração de renda, a falta de condições básicas de saúde e saneamento, o aumento da violência em ambientes urbanos, as degradações ambientais e os movimentos sociais que trabalham pela erradicação dessas anomalias, aliado a inoperância do Estado frente a esses problemas de ordem social.

Por outro lado, o conhecimento científico é cada vez mais visto como um ativo de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social e tem se tornado objeto de políticas públicas e estratégias empresariais. Whitley (2000, p. 9, tradução nossa) versa sobre o que ele chama de “conhecimento formal”, dizendo que esse tipo de conhecimento “está sendo cada vez mais visto como um recurso econômico que pode e deve ser organizado e controlado por Estados e empresas”.

Os indicadores da atividade científica estão no centro dos debates, sob a perspectiva das relações entre o avanço da ciência e da tecnologia, por um lado, e o progresso econômico e social, por outro. O foco da avaliação orientou-se por muito tempo na medição dos insumos da atividade científica, mas o interesse por indicadores de resultado tem crescido (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134).

A atividade científica deixou de ser avaliada somente pelos avanços em termos de construção do conhecimento, passando a ser avaliada também por seus impactos na produção de bens e serviços (VELHO, 1999). Assim, em tudo o que se refere à ciência e a tecnologia, os indicadores bibliométricos e cienciométricos tornaram-se essenciais.

Segundo Lara (2006) os indicadores bibliométricos não devem ser utilizados isoladamente, pois representam aspectos parciais do comportamento dos objetos observados. Esses indicadores podem fornecer subsídios para compreender o desenvolvimento de uma área de pesquisa, acompanhar sua evolução, identificar sua relação com outras áreas do saber, bem como apontar tendências e possíveis lacunas.

Os indicadores bibliométricos são utilizados para verificar aspectos como: frequência, qualidade dos trabalhos científicos, produtividade dos pesquisadores, entre outros (LARA, 2006, p 399).

Um dos aspectos mais expressivos para justificar a realização dessa pesquisa é a falta de estudos que tratem da produção científica sobre Terceiro Setor no Brasil. Até o momento, a análise da literatura científica desse tema tem recebido pouca atenção dos pesquisadores. Percebe-se uma carência de estudo que objetivem caracterizar o volume e o comportamento da produção científica brasileira nessa área. Dos poucos estudos

identificados, Hodgkinson e Painter (2003) e Moretti e Campanario (2009) merecem destaque.

O primeiro analisa as publicações do jornal *Voluntas* e das conferências ISTR até o ano de 2002. O segundo, único a considerar a produção científica brasileira, não trata diretamente do Terceiro Setor, mas sim de uma área correlata, a Responsabilidade Social Corporativa (RSE), analisando artigos publicados na seção Gestão Social e Ambiental (SGA), dos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (EnANPAD), entre os anos de 1997 e 2007.

Esses estudos se dedicam a analisar apenas artigos publicados em eventos ou periódicos científicos, deixando de lado outros produtos da pesquisa científica realizada nos cursos de pós-graduação brasileiros. Ao que tudo indica, a literatura técnico-científica representada por dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES, ainda não foi objeto de estudos.

### **1.3.2 Justificativas pessoais e profissionais**

Do ponto de vista profissional e pessoal, a justificativa para esse estudo situa-se no interesse do pesquisador e em sua experiência profissional e voluntária. Por meio da atuação em projetos sociais e em organizações do Terceiro Setor foi possível perceber que as pessoas que atuam neste campo têm dificuldades para compreender o contexto econômico, social e cultural, no qual estão inseridas. Esse contato com o Terceiro Setor despertou o interesse do pesquisador em refletir e buscar respostas sobre o desenvolvimento do tema, como prática social e como objeto de investigação científica.

Interessante destacar a opinião de Oliveira (2001, p. 118), quando escreve: “a pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento”. Assim, os resultados de um estudo que analise a produção intelectual sobre essa temática podem se converter em novos conhecimentos a serem disseminados entre a comunidade científica da área e entre aqueles que estiverem em busca de soluções para as atividades que desempenham.

## 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa se divide em seis seções, além das referências bibliográficas e dos apêndices. A primeira seção representa a introdução do trabalho e descreve o tema e a situação problema no contexto da proposta de pesquisa. Assim, a introdução apresenta o Terceiro Setor e discorre sobre a falta de estudos que tratem da produção científica brasileira sobre esse tema. Discorre ainda sobre a importância do arcabouço teórico e metodológico advindo da Ciência da Informação para mapear e analisar o conhecimento científico, além de como essa ciência pode apoiar o processo de construção do conhecimento sobre o Terceiro Setor. A introdução apresenta ainda, os objetivos da pesquisa, as justificativas e a estrutura do trabalho.

Na segunda seção são apresentadas as bases teóricas utilizadas como parâmetro de análise e que norteiam as reflexões propostas pela pesquisa. A sessão se inicia com um resgate sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. Em um primeiro momento esse referencial procura situar alguns aspectos históricos e conceitos-chave para uma melhor compreensão do que se denomina, nos termos dessa pesquisa, como “atividade científica”. Em seguida apresenta-se a Ciência da Informação, destacando seus conceitos fundamentais e seu caráter social e interdisciplinar como a ciência dedicada ao estudo da informação que alimenta a atividade científica. Essa seção é encerrada com uma discussão sobre os estudos métricos da informação, destacando o registro da produção científica e as principais técnicas para mensuração da informação que circula nos sistemas de comunicação científica.

Na terceira seção são apresentadas as bases conceituais que caracterizam o objeto de estudo – o Terceiro Setor. A sessão começa com um resgate histórico sobre as organizações que compõem o setor. Em seguida, se discute a expansão do setor em termos de número de organizações e grupos de pesquisa; e o volume e a diversidade da literatura científica dedicada ao tema. A seção é encerrada com uma discussão sobre o universo conceitual do Terceiro Setor, destacando os diversos termos utilizados para referenciar o tema, bem como as diferentes definições e teorizações encontradas na literatura científica.

Na quarta seção são descritos os procedimentos metodológicos. A sessão se divide em tópicos que tratam da caracterização da pesquisa; da delimitação do estudo (universo de pesquisa); dos procedimentos e técnicas para coleta e análise de dados; e, por fim, dos aspectos que podem limitar o estudo.

Na quinta seção são apresentados os resultados do estudo. Na sessão é destacada a distribuição temporal e geográfica da produção científica sobre o Terceiro Setor. Destaca-se também o comportamento dos pesquisadores envolvidos. Apresentam-se as instituições de ensino, os programas de pós-graduação e as linhas de pesquisa, nas quais os estudos foram realizados. Apresenta ainda as áreas do conhecimento que se dedicam ao tema. Por fim, analisam-se as palavras-chaves utilizadas pelos pesquisadores para descrever as pesquisas.

A sexta seção é dedicada às conclusões do trabalho e as sugestões e recomendações para futuras pesquisas. As referências bibliográficas, os apêndices e os anexos finalizam o documento.

## 2 CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação, em seu sentido de transmissão de informação, se faz presente desde os primórdios da evolução humana. Durante muito tempo a comunicação foi dominada pela oralidade e pela técnica da linguagem, como as principais formas de transmissão e disseminação de conhecimentos (FREIRE, 2006). Mesmo no início do que se pode chamar de comunicação científica, quando os filósofos gregos realizavam amplos debates sobre suas ideias na chamada Academia, a oralidade era o principal meio de transmissão do conhecimento (WEITZEL, 2006).

A partir do desenvolvimento da escrita e, conseqüentemente, da possibilidade de registro físico da informação, a comunicação científica torna-se mais evidente. Cortês (2006, p. 40) lembra que ainda na Grécia Antiga, já eram utilizados documentos escritos com a finalidade de registro e armazenamento do conhecimento. O autor destaca a existência de “bibliotecas públicas e particulares”, como a biblioteca de Alexandria, “criada no século III a. C. pelo general Alexandre III, a qual contaria com 400 mil volumes envolvendo catalogação de toda a literatura Grega”.

Nessa época, os registros eram feitos em papiro<sup>3</sup> e conservados em caixas ou prateleiras. Durante o século I, esses documentos foram gradualmente substituídos por pergaminhos feitos com peles de animais, que possuíam resistência e durabilidade superiores ao papiro. Essa resistência e durabilidade permitiram a montagem dos chamados códices, que foram precursores dos livros de hoje. A partir do século VIII, o papel<sup>4</sup> difundiu-se rapidamente na Europa e por volta do século XIV já havia substituído totalmente o pergaminho (CORTÊS, 2006, p. 40-41).

Retrocedendo alguns séculos, é interessante destacar a criação das Universidades, durante o século XII, como um marco na história da ciência e da comunicação científica. Essas instituições nascem em resposta a uma combinação de fatores sociais, culturais e políticos da época. Os chamados “renascimento urbano e cultural” promovem uma revolução na sociedade medieval, que era dominada pelo feudalismo, pela economia de base agrária e pelo absolutismo religioso. Essa revolução faz ressurgir as cidades, fortalecendo e promovendo atividades comerciais e intelectuais (VERGER, 1990; JANOTTI, 1992).

Segundo Janotti (1992), antes do aparecimento das Universidades, o ensino medieval era monopolizado pelas escolas eclesiásticas, que se

---

<sup>3</sup> Do latim papyrus. Planta perene, ou seja, com um longo ciclo de vida, com caule e folhas fibrosos.

<sup>4</sup> Inventado na China por Ts'ai Lun, no ano de 105 a.C. Inicialmente produzido a partir de trapos de pano e posteriormente utilizando fibras de madeira (CORTEZ, 2006).

dividiam em monásticas (formação de monges) e episcopais (formação de padres). Essas escolas eram essencialmente técnicas, com finalidade eminentemente eclesiástica e orientação pedagógica voltada para as ciências ditas “sagradas”.

Janotti (1992) comenta que, as escolas monásticas e episcopais não souberam se adaptar as transformações proporcionadas pelo renascimento urbano e cultural. Com a atividade econômica deixando de ser essencialmente agrária para mercantil e monetária, e a intensificação das atividades intelectuais, surge, então, um movimento de estudos que ultrapassa o limitado ambiente das escolas eclesiásticas. Portanto, o renascimento urbano e cultural necessita de um novo tipo de escola – a Universidade.

As primeiras Universidades europeias surgem entre os séculos XI e XII, inicialmente *Bolonha*, *Paris*, *Oxford* e *Montpellier*. Depois, já no século XIII, surgiram outras universidades, que acabaram conquistando notoriedade, tais como: *Vicenza*, *Arezzo*, *Pádua*, *Vercelli*, *Siena* e *Nápoles*, na Itália; *Orléans*, *Angers* e *Toulouse*, na França; *Cambridge*, na Inglaterra; *Valladolid*, *Salamanca* e *Sevilha*, na Espanha; e *Lisboa-Coimbra*, em Portugal (JANOTTI, 1992).

O surgimento das primeiras Universidades marca a história da ciência e da comunicação científica e muda completamente os futuros rumos do desenvolvimento científico. Para Verger (2001), o processo de criação dessas instituições estabelece uma continuidade sob alguns aspectos, como a localização urbana, o conteúdo dos ensinamentos, e o papel social atribuído aos homens de saber. Contudo, sob o ponto de vista institucional são estabelecidas grandes rupturas com o período anterior.

Mesmo que se imponham aproximações entre o sistema universitário e outras formas contemporâneas de vida associativa e comunitária (confrarias, profissões, comunas), este sistema era, no entanto, no domínio das instituições educativas, totalmente novo e original, [...] o agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto uma inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época (VERGER, 2001, p. 189-190).



O surgimento das primeiras Universidades marca a história da ciência e da comunicação científica e muda completamente os futuros rumos do desenvolvimento científico. Para Verger (2001), o processo de criação dessas instituições estabelece uma continuidade sob alguns aspectos, como a localização urbana, o conteúdo dos ensinamentos, e o papel social atribuído aos homens de saber. Contudo, sob o ponto de vista institucional são estabelecidas grandes rupturas com o período anterior.

Poucos séculos depois as universidades se espalhavam por toda a Europa, em um crescimento, segundo Price (1976 p. 17), “nitidamente exponencial”, dobrando o número de instituições a cada cem anos. Segundo o autor, até aproximadamente 1460, já havia mais de 40 universidades e até 1600 esse número passou de 80.

Interessante destacar que, no Brasil, o surgimento das universidades sofre um sério atraso. Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) explicam que o governo português tinha um forte propósito impedir o estabelecimento de instituições de ensino superior no Brasil, uma vez que os estudos realizados nas escolas mentidas aqui deveriam ser complementados em universidades europeias, consequentemente nas portuguesas. Assim, equiparar escolas brasileiras aos colégios ou universidades da metrópole significaria criar instituições rivais às já existentes.

Somente em 1808, com a transferência da sede do Reino Português para sua colônia na América, foi autorizada a instalação dos primeiros cursos de ensino superior no Brasil. Primeiro a Escola de Cirurgia no Hospital Real, na Bahia e posteriormente na cidade do Rio de Janeiro. Esses primeiros cursos se dedicavam ao ensino de médicos e cirurgiões, exigidos pelo aumento repentino da população (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ, 2002).

Paralelamente ao surgimento e desenvolvimento das Universidades, outro ponto a ser destacado é a inserção das novas tecnologias de impressão. Apesar de ter surgido na China, a imprensa não encontrou condições econômicas e sociais para se desenvolver naquela região, uma vez que a escrita chinesa é composta por aproximadamente 60 mil ideogramas. Já na Europa, essa técnica encontra condições favoráveis, devido ao alfabeto ocidental, com poucas letras e os avanços nos métodos desenvolvidos por Johann Gutenberg, em meados do século XV (CORTÊS, 2006; FREIRE, 2006).

Além disso, a comunicação oral e interpessoal encontrava diversos obstáculos. Cortez (2006, p. 44) sintetiza os principais problemas desse modelo de comunicação: baixa retenção por parte do receptor; possibilidade reduzida de documentação da ideia transmitida; difusão lenta e limitada, apresentando facilidade de ocorrência de distorções e

acréscimos de interpretações ao longo da cadeia, demorando e atingindo um número limitado de pessoas.

Essas dificuldades contribuem para a substituição da comunicação oral e interpessoal para a comunicação impressa. Cortez (2006, p. 46) também sintetiza os principais benefícios da comunicação impressa: facilita a reprodução do texto original, permitindo a distribuição e utilização em diversos locais; reduz custos, amplia as possibilidades e a velocidade de difusão do conhecimento, atingindo um número maior de pessoas e locais geograficamente distantes em menor tempo; elimina quase que totalmente as distorções e acréscimos de interpretações pessoais ao longo da cadeia difusão do conhecimento; amplia as possibilidades de retenção e documentação por parte dos receptores; e facilita a troca e comparação de ideias, incentivando o debate, além de possibilitar o acompanhamento da evolução do conhecimento sobre determinados temas.

A introdução da imprensa na Europa do século XV trouxe o que se pode chamar de uma “primeira onda” de explosão informacional. Meadows (1999, p. 3) destaca o aumento na disponibilidade de textos impressos naquela época. Segundo o autor, entre os anos de 1436 a 1536, eram produzidos 420 livros por ano. Já no período de 1536 a 1636, a produção saltou para 5.750 livros ao ano.

Price (1976) destaca a opinião do “rabugento” Barnaby Rich em 1613, sobre os impactos do grande número de livros publicados naquele tempo.

Um dos males desta época é a multiplicidade de livros; sobrecarregam o mundo de tal maneira que não é possível digerir a imensa quantidade de material útil que cada dia desabrocha e é lançada ao mundo (RICH, 1613 *apud* PRICE, 1976, p. 40).

Em meio a essa primeira onda de explosão informacional, Weitzel (2006, p. 83-84) destaca alguns fatores que favorecem a expansão do trabalho e do conhecimento científico, contribuindo para a chamada “Revolução Científica” (1540-1700): a laicização do conhecimento com o fim do monopólio do saber controlado pela Igreja Católica, bem como o domínio da tecnologia da imprensa e do papel; o desenvolvimento do método científico e de descobertas científicas mais significativas do que em períodos anteriores; o surgimento das sociedades científicas, como instituições organizadoras do saber; e por fim, o surgimento das revistas científicas, precursoras do modelo atual de comunicação científica.

Segundo Weitzel (2006) as sociedades científicas são as grandes responsáveis pelo surgimento das primeiras revistas científicas. As primeiras Sociedades Científicas surgiram na Grã Bretanha e França por

volta de 1660. A *Royal Society* de Londres e a *Academie Royale des Sciences* de Paris. Essas instituições realizavam um trabalho de organização institucional do conhecimento científico e dos próprios cientistas. As revistas científicas surgem em resposta à necessidade genuína de criação de estruturas de comunicação eficazes e eficientes para transferência de conhecimento.

Segundo Gonçalves et. al. (2006), a função das revistas científicas era divulgar e documentar as opiniões, ideias e resultados dos debates acadêmicos. As primeiras revistas surgem em 1665:

a primeira, *Journal des Sçavans*, cujo primeiro número foi publicado em 05 de janeiro de 1665 e discutido em 11 de janeiro na *Royal Society* de Londres. Tinha o objetivo de catalogar e reunir os livros mais importantes; [...] publicar relatórios científicos e técnicos; e registrar as principais discussões jurídicas [...]. A segunda revista lançada em março do mesmo ano, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, apresentava caráter mais científico, com artigos detalhados sobre novas ideias e pesquisas, além das cartas trocadas entre membros da comunidade [...] (GONÇALVES et. al., 2006, p. 167).

Weitzel (2006, p. 89) salienta que as revistas científicas tornam-se o principal marco da constituição do primeiro modelo de comunicação científica. Esse modelo está centrado no binômio – construção/geração e é chamado de modelo clássico de comunicação científica. A ênfase na geração inicia pela “constituição de um sistema de informação da ciência, bem como de uma estrutura social para promoção da geração de conhecimento”.

O modelo clássico predomina do século XVII até o século XX e está representado pelos trabalhos de Francys Bacon (1561-1626), responsável pelo desenvolvimento de um modelo de ciência e do método científico; Robert Merton (1910-2003), que identifica uma lacuna no sistema de informação da ciência, o qual deve ser permeado valores morais de modo a garantir a paz, evitando que a ciência seja usada como instrumento de destruição (WEITZEL, 2006, p. 94).

Durante o século XX, o modelo clássico começa a ser discutido. Weitzel (2006, p. 95) lembra que, John Desmond Bernal (1901-1970) anuncia o esgotamento do modelo clássico, devido à “grande quantidade de informação” e a ineficiência da “maquinaria existente” na época, o que tornava a difusão “um enorme problema”. Para o autor, os primeiros sinais

de ineficiência da disseminação no modelo clássico indicam a necessidade de aperfeiçoamento de mecanismos utilizados nesse processo.

Weitzel (2006, p. 96) lembra também que William David Garvey e sua equipe buscaram inovações para lidar com a ineficiência da disseminação. Os pesquisadores procuraram promover a inovação do sistema de disseminação, por meio do mapeamento do fluxo da informação visando à constituição de “um sistema de informação científica”.

A explosão informacional figura como um desafio para a disseminação do conhecimento, de modo que seja possível a assimilação do grande volume de informações. Price (1976) menciona que, no início da década de 1960, contabilizavam-se cerca de 50 mil periódicos científicos, dos quais 30 mil poderiam ser considerados ativos.

Interessante destacar o célebre artigo do pesquisador norte americano, Vannevar Bush<sup>5</sup> – *As we may think*. O autor apresenta suas ideias sobre formas mais ágeis para armazenar documentos, de modo a facilitar a sua localização e inter-relacionamento. Bush (1945) reconhece a dificuldade de se operar com a grande massa de material bibliográfico e fazer uso efetivo das informações:

A dificuldade parece ser nem tanto aquilo que publicamos indevidamente sobre a amplitude e diversidade dos interesses atuais, porém, o crescimento das publicações além da nossa habilidade de fazer um uso eficaz destas. O acúmulo da experiência humana está se expandindo em uma taxa extraordinária, e forma que adotamos para usar este emaranhado de informações é o mesmo usado na época das embarcações de velas quadradas (BUSH, 1945, p. 102, tradução: Fábio Mascarenhas e Silva).

No final do século XX, com o avanço das tecnologias de comunicação, a chamada ciência mediada pela internet cresce, gerando profundas mudanças na estrutura vigente do fluxo da comunicação científica que era orientado exclusivamente para o material impresso. Esse modelo de comunicação científica “já não contemplava o contexto social, econômico e político da sociedade atual” (WEITZEL, 2006).

Emergem, então, discussões sobre a eficiência das formas conhecidas para disseminação do conhecimento e o advento da internet conduz o debate para a questão da promoção do acesso ao conhecimento

---

<sup>5</sup> Diretor do *Office of Scientific Research and Development* e líder do esforço científico dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial (BUSH, 1945).

científico, como possível alternativa para solucionar o problema da disseminação e otimizar seu uso (WEITZEL, 2006).

Nesse novo modelo destacam-se duas características principais: a ampliação das possibilidades de colaboração entre cientistas e o acesso livre e gratuito da literatura científica. Antes da internet, as barreiras físicas dificultavam a colaboração. Agora os cientistas se organizam em redes de colaboração, fortemente apoiadas na confiança da tecnologia da informação e comunicação como recurso para transpor barreiras e tempo e espaço. Os recursos tecnológicos não garantem uma ação integradora, mas a interação espontânea e informal são importantes indicadores de produtividade (WEITZEL, 2006).

Segundo Weitzel (2006), no modelo de acesso livre, as publicações circulam mais rapidamente, estão disponíveis em qualquer tempo e são também ferramentas para ensino e pesquisa. O acesso livre se configura como um pressuposto, pois se a informação não está amplamente disponível não está completa. A autora destaca a Declaração de Bethesda, na qual o acesso aberto é encarado como uma meta a ser alcançada pela sociedade:

[...] essa missão ficará incompleta se o trabalho não estiver tão amplamente disponível e útil para a sociedade quanto possível. A internet fundamentalmente alterou as realidades econômicas e práticas da distribuição do conhecimento científico público e torna possível o aumento substancial do acesso (BETHESDA, 2003 *apud* WEITZEL, 2006).

Para ilustrar o atual processo de comunicação científica eletrônica, Weitzel (2006) utiliza o fluxo da informação acadêmica (figura 2), desenvolvido pela *Online Computer Library Center - OCLC* (2004), que identifica os papéis de antigos atores presentes na cadeia dos produtos científicos.

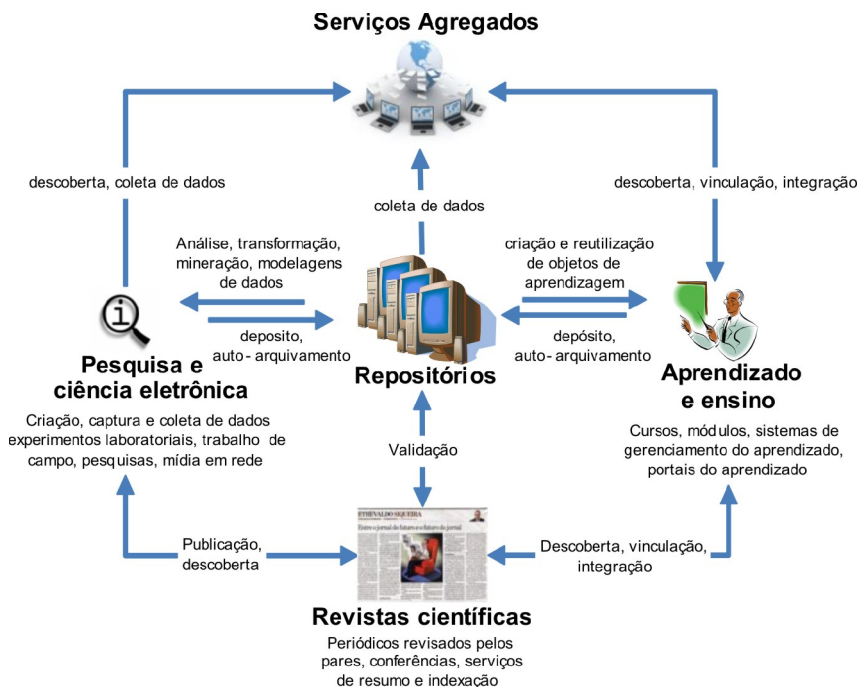


Figura 1 - Fluxo da informação científica

Fonte: Adaptado de Weitzel (2006).

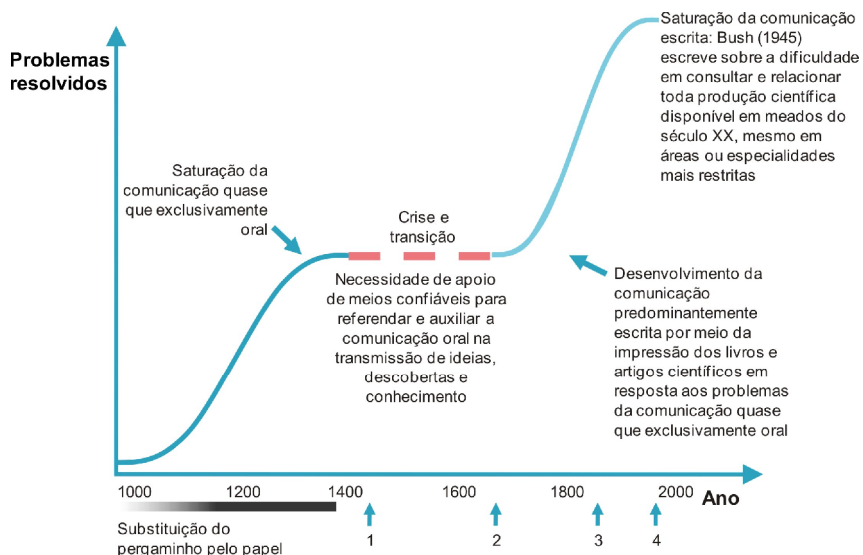
Segundo Weitzel (2006, p. 107), esse fluxo é composto por:

- Repositórios, com caráter institucional, pessoal ou de comunidades que podem ser especializadas ou gerais;
- Serviços agregados, constituídos de serviços comerciais ou oferecidos pela comunidade ou financiado por agências de fomento;
- Cientistas, docentes e discentes em processo de produção em ensino e pesquisa.

Weitzel (2006, p. 107) destaca ainda que, nesse fluxo: o editor comercial é deslocado do produto científico para o serviço; a biblioteca permeia todo o modelo, tanto como gerente de repositórios institucionais, como facilitador do depósito ou auto-arquivamento e como um provedor de acesso; e os repositórios, os serviços agregados e as revistas científicas estão no centro da ação em que se processa o fluxo e os atores laterais.

Ao analisar a evolução da comunicação científica, Cortês (2002) sintetiza a sucessão de paradigmas, representada pela figura 2: a comunicação oral é substituída pela escrita, devido a sua baixa

confiabilidade; com a criação dos periódicos científicos se estabelece os princípios do modelo moderno de comunicação científica; Esse modelo, por sua vez, se torna saturado pelo volume de artigos publicados e é substituído pela comunicação *on-line*.



Notas:

- 1 Avanços nos métodos de impressão introduzidos por Gutenberg;
- 2 Nascimento do periódico. As primeiras sociedades científicas surgiram pouco depois de 1660, sendo responsáveis pelo aparecimento dos primeiros periódicos científicos;
- 3 Transformação dos artigos científicos em sua forma atual (em que artigos se apoiam em artigos anteriores) ocorreu na segunda metade do século 19;
- 4 Em 1945, Vannevar Bush escreve o célebre artigo “As We May Think”, no qual comentava o acúmulo de textos científicos e a dificuldade em lidar com uma grande quantidade de referências. Propunha a construção do Memex, para facilitar a recuperação e o relacionamento entre documentos.

Figura 2 - Evolução dos paradigmas da comunicação científica.

Fonte: Adaptado de Côté (2006, p. 52).

Na evolução da comunicação científica é possível identificar um modelo clássico, centrado na geração do conhecimento. Identifica-se ainda uma evolução do modelo clássico e a constituição de um sistema de informação da ciência centrado na identificação de problemas que possam limitar a disseminação do conhecimento. Observa-se também que, a partir da segunda metade do século XX, com o advento das tecnologias da comunicação, emerge um modelo centrado no acesso à informação (Open Access), com pressuposto de uso.

A complexidade da ciência e da comunicação científica, aliada ao advento da sociedade da informação gera a necessidade de uma ciência dedicada às questões da própria informação científica. Le Coadic (2004, p. 17) lembra que a produção de informações (gerais, científicas e técnicas) e o desenvolvimento sistemas de informação, como uma indústria de ponta, torna necessária uma ciência cujo objeto de estudo é a informação, ou seja, uma Ciência da Informação, com tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência. O surgimento e a evolução dessa nova ciência são temas da próxima seção.

## 2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As origens e a evolução histórica da Ciência da Informação podem ser retratadas de diferentes maneiras. Alguns autores preferem remontar um histórico da evolução das bibliotecas e do fenômeno da informação. Esse histórico pode cobrir os primórdios da evolução humana e o desenvolvimento das técnicas de linguagem; o desenvolvimento da escrita e os primeiros documentos de argila, papiro e pergaminho; as primeiras bibliotecas, como a de Alexandria; as técnicas de impressão desenvolvidas por Gutenberg; o advento das tecnologias de informação e comunicação e o novo modelo de comunicação científica (FREIRE, 2002; ROBREDO, 2003; FREIRE, 2006).

Nas palavras de Robredo (2003, p.39), esse tipo de abordagem constrói um “continuum evolutivo um pouco forçado” para a Ciência da Informação. Parte desses fatos se insere no contexto de desenvolvimento da própria ciência, que já foi objeto de discussão nesse trabalho. Assim, seguindo a abordagem de Robredo (2003, p. 39), optou-se por destacar “as inegáveis mudanças paradigmáticas que levaram ao surgimento da Ciência da Informação, ao rápido alargamento de seu conceito e de seu campo de aplicação”.

Para situar essas mudanças paradigmáticas, Robredo (2003) expõe fatos relacionados à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais; destaca a importância da Conferência Internacional sobre Informação Científica, realizada em 1958; destaca também o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, no qual surge a primeira formulação do que seria Ciência da Informação; e analisa acontecimentos a partir da década 1990 até os dias atuais.

No primeiro período, dos primórdios da documentação à Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), o autor destaca o trabalho dos pioneiros no chamado “Movimento da Documentação”, com atenção para Paul Otlet e



Henri Fontaine na organização do conhecimento sobre catálogos bibliográficos e sistemas de classificações, anunciando o que viria a ser os sistemas de informação centrados no usuário com a missão de facilitar a recuperação da informação em grandes volumes de dados (ROBREDO, 2003).

No segundo período, compreendido entre o fim da Primeira até o final da Segunda Guerra Mundial (1919 – 1945), Robredo (2003) destaca o surgimento de importantes organizações, como o Instituto Internacional de Bibliografia, em 1924, que passou a ser a Federação de Organizações de Documentação no ano seguinte, e que mais se tornou o Instituto Internacional de Documentação, em 1931. O autor destaca ainda o crescente número de publicações sobre documentação, como a obra que ele chama de “monumental”, o *Traité de Documentation* publicado por Paul Otlet, em 1934. Essas publicações são acompanhadas pelo surgimento de uma nova onda de profissionais das bibliotecas especializadas, reforçando o contexto da documentação.

No terceiro período, compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial até a Conferência Internacional sobre Informação Científica, em 1958, Robredo (2003) destaca o crescimento exponencial da produção e uso de documentos, em especial nas áreas técnico-científicas, envolvendo diversos profissionais, em vários contextos que lidavam com informação em diferentes suportes. Segundo o autor, a década de 1950 é marcada pelo crescimento da informação científica, sobretudo na forma de relatórios técnicos, e pelo desenvolvimento de sistemas automáticos de armazenamento e recuperação da informação.

O período de pós-guerra é bastante significativo para o desenvolvimento da Ciência da Informação. Nas palavras de Saracevic (1992, p. 6, tradução: Laura Rocha), “a Ciência da Informação teve sua origem na revolução técnica e científica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial”. Esse autor defende que o ímpeto de desenvolvimento da Ciência da Informação pode ser traçado a partir do artigo “*As we may think*” escrito por Vannevar Bush, em 1945. Segundo Saracevic (1992), nesse artigo Bush faz duas coisas:

- (1) define sucintamente um problema crítico [...] a explosão da informação – crescimento exponencial da informação e arquivos de informação, particularmente sobre ciência e tecnologia; e (2) propõe uma solução que era um ajuste tecnológico [...] usar a crescente tecnologia de informação para combater a explosão da informação (SARACEVIC, 1992, p. 6, tradução de Laura Rocha).

Para lidar com essa grande quantidade de informação, Bush (1945) propõe o desenvolvimento de um equipamento foto-eletrônico chamado Memex (*Memory Extension*), capaz de armazenar informações em microfilmes, criando referências cruzadas que facilitassem a recuperação e o inter-relacionamento de informações entre diferentes documentos. Por esse trabalho, o autor é considerado o precursor do conceito de hipertexto, amplamente utilizado internet.

Ainda sobre o período do pós-guerra, Robredo (2003) chama a atenção para a Conferência Internacional sobre Informação Científica, realizada em Washington, em 1958. Segundo o autor, esse evento marca a transformação da Documentação em Ciência da Informação, consolidando a expressão nos Estados Unidos, onde a conferência foi realizada.

No quarto período, compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, Robredo (2003) destaca o trabalho de afirmação dos aspectos teóricos e operacionais sobre a Ciência da Informação. Porém, apesar das diversas publicações, o autor lembra que até hoje não existe unanimidade entre os autores acerca dos aspectos conceituais da Ciência da Informação. Essa ciência pode ser vista como uma junção entre biblioteconomia e documentação, como um suporte para biblioteconomia ou ainda como uma área distinta que vai além disso (ROBREDO, 2003).

Nesse período surge o conceito de Ciência da Informação como campo de estudo. Segundo Saracevic (1992), as discussões sobre a natureza da Ciência da Informação são formalmente sintetizadas por Borko (1968):

Ciência da Informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças governando o fluxo de informação, e os meios de processamento da informação para ótima acessibilidade e usabilidade. Ela se preocupa com o corpo de conhecimento relacionado com a origem, coleção, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação [...]. Ela possui tanto componentes de ciência pura, que recai no contexto sem se ligar a suas aplicações, e um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (BORKO, 1968 *apud* SARACEVIC, 1992, p. 8, tradução de Laura Rocha).

Ainda sobre as definições da Ciência da Informação, Ingwersen (1991) se serve de Belkin (1978) para descrever as cinco áreas de

preocupação da nova ciência: i) a transferência de informação em sistemas de comunicação cognitivos e humanos, que lida com os fluxos formais e informais da informação dentro de instituições; ii) a noção de informação desejada, que lida com a natureza e as razões para as necessidades de informação, seja resolução de problemas ou satisfação de metas ou interesses; iii) efetividade de sistemas de informação e transferência de informação, que lida com os métodos e tecnologias que podem aperfeiçoar a performance e a qualidade da informação; iv) a relação entre informação e gerador, que lida com a geração de conhecimento, métodos de análise e representação, envolvendo abordagens para indexação e classificação, bem como medidas e distribuição da produção científica; e v) a relação entre informação e usuário, que lida com a relevância, uso e valor da informação (BELKIN, 1978 *apud* INGWERSEN, 1991, p. 301, tradução de Michele Jabala M. Vogel).

No último período, que se inicia na década de 1990 e se estende até os dias atuais, Robredo (2003) ressalta que, ao contrário de períodos anteriores, quando se notava uma tendência em associar bibliotecas (library) à Ciência da Informação, a presença simultânea desses termos diminui. O autor destaca ainda que, a partir da década de 1990 diversos trabalhos refletem sobre o conceito de Ciência da Informação, ressaltando seu caráter interdisciplinar e sua orientação para a transferência de informação, o que reforça as características de ciência social.

### **2.1.1 Conceitos fundamentais da Ciência da Informação**

O desenvolvimento da Ciência da Informação está fortemente atrelado aos conceitos de informação, conhecimento e comunicação. Segundo Le Coadic (2004, p. 3), “o surgimento desses conceitos visava assegurar [...] certa convergência de métodos e ideias e [...] um pseudoconsenso”. Assim, para se alcançar um amplo entendimento da Ciência da Informação se faz necessário um resgate desses conceitos. Como esses conceitos são bastante amplos, serão reunidas aqui, apenas algumas noções básicas.

Buckland (1991, p. 351, tradução de Luciane Artêncio) explora os usos do termo informação e identifica três significados distintos: “informação-como-processo”, “informação-como-conhecimento” e “informação-como-coisa”. O primeiro tem o sentido de ação ou ato de informar, comunicação de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou ato de ter falado. O segundo tem a noção do que é transmitido por meio do ato de informar, ou aquilo que é percebido na informação-como-processo; a

“informação é aquela que reduz a incerteza pode ser entendida como um exemplo de informação-como-conhecimento”. Interessante ressaltar que a informação pode aumentar a incerteza; ainda assim, pode ser considerada informação-como-conhecimento.

O terceiro e último significado apresentado por Buckland (1991, p. 352, tradução de Luciane Artêncio) está relacionado aos objetos, que representam a informação e o conhecimento. A distinção fundamental entre os dois primeiros significados é a noção de tangibilidade; algo que pode ser tocado ou medido é alguma coisa física, possivelmente informação-como-coisa. Para cumprir o ato de informar e transmitir conhecimento é necessário que esse conhecimento seja representado em meio físico, em um suporte. Assim, a representação tem uma forma tangível (código, sinal, dados, texto, filme, etc.) e somente as representações do conhecimento são necessariamente informação-como-coisa.

Le Coadic (2004) apresenta uma definição de informação bastante ampla, que reúne as três noções anteriores:

informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante que a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 2004, p. 4).

Robredo (2003, p. 1) destaca a “avassaladora frequência” com que o termo informação é utilizado e a insegurança proporcionada pela atribuição de um mesmo significado para todos os que utilizam ou ouvem esse vocábulo. O autor afirma que, de um modo geral, a informação tem dá a noção de organização de dados ou de um sistema, que necessita de um suporte físico ou digital – um documento; a informação é registrada, inscrita ou gravada nesse documento.

Robredo (2003, p. 5) se mostra preocupado com impressão de que “tudo e seu contrário pode, de alguma forma, se relacionar com informação”. Essa visão redutora, apresentada pela maioria dos autores contribui para inconsistência na definição de informação. O autor ressalta que a definição para o termo informação ainda apresenta inconsistências,

podendo significar “o ato de dar ou mudar a forma de uma peça particular de matéria,” uma “representação de um fato ou uma mensagem para um receptor” ou ainda “aquilo que reduz incertezas”.

Por outro lado, Robredo (2003, p. 9) destaca algumas características gerais da informação em um âmbito mais disciplinar da documentação, registro, armazenamento e transmissão do conhecimento. A informação é suscetível de ser: registrada (codificada), duplicada ou reproduzida, transmitida, conservada e armazenada, medida e quantificada, adicionada a outras informações, organizada, processada e reorganizada e ainda recuperada quando necessário.

O segundo conceito fundamental para a Ciência da Informação é o de conhecimento. Le Coadic (2004, p. 8) afirma que o conhecimento é representado por uma estrutura de conceitos inerentes ao indivíduo, que está relacionada a visão de mundo que esse indivíduo possui. O autor recorre à equação fundamental da Ciência da Informação<sup>6</sup>, definida por Brookes (1980) para explicar como o conhecimento muda os indivíduos:

quando constatamos uma deficiência ou anomalia desses estados de conhecimento, encontramos-nos em estado anômalo de conhecimento. Tentamos obter uma informação ou informações que corrigirão essa anomalia. Disso resultará um novo estado de conhecimento (BROOKES, 1980 *apud* LE COADIC, 2004, p. 8).

Barreto (2002, p. 49) aceita o conhecimento como “uma alteração provocada no estado cognitivo do indivíduo. [...] um processo, um fluxo de informação que se potencializa”. Neste processo, quando o indivíduo percebe e aceita a informação “como tal”, ela age no estado de consciência deste indivíduo, provocando uma melhora em seu “estágio de desenvolvimento”, harmonizando-o consigo mesmo e com o mundo ao seu redor.

Targino (2000, p. 9) corrobora com as afirmações de Barreto, quando afirma que para ser considerado conhecimento, os elementos de informação percebida, mesmo em sua parcela “ínfima”, deve causar “alterações no repertório cognitivo e conceitual do ser humano”.

Barreto (2002, p.49) destaca ainda, que o conhecimento é “organizado em estruturas mentais por meio das quais o sujeito assimila o meio”. Assim, durante o processo de assimilação, o indivíduo pode se

---

<sup>6</sup> Essa equação ( $C + \Delta C = C'$  [na qual  $\Delta C$  é extraído de  $I\Delta$ ]) exprime a passagem de um estado de conhecimento  $C$  para um novo estado de conhecimento  $C'$  graças à contribuição de um conhecimento  $\Delta C$  extraído de uma informação  $I\Delta$ , em que  $\Delta C$  expressa o efeito dessa modificação (LE COADI, 2004, p. 8).

deparar com situações em que ele deva recorrer a seu estoque mental, experiências anteriores para poder organizar as novas informações em sua estrutura mental já existente.

Mais uma vez Targino (2000, p. 9) corrobora com as afirmações de Barreto salientando que “o conhecimento é um corpo sistemático de informações adquiridas e organizadas, que permite ao indivíduo compreender a natureza”.

De um modo geral, conhecimento implica em um sujeito que conhece e em um objeto a ser conhecido; uma alteração provocada no estado de consciência do sujeito que conhece; e o ato de conhecer se materializado em um fluxo de percepção, assimilação e organização de informações em estruturas mentais preexistentes (TARGINO, 2000; BARRETO, 2002). Essa noção de conhecimento pressupõe que haja uma relação entre sujeito e objeto e o grande desafio para a Ciência da Informação está em determinar como se dá essa relação.

O terceiro conceito fundamental para a Ciência da Informação é o de comunicação. Para Saracevic (1995, p. 39, tradução de Durval de Lara Filho) os termos informação e comunicação são significativamente relacionados. O autor lembra que “a informação é um fenômeno e a comunicação é o processo de transferir ou de compartilhar esse fenômeno. [...] Processo através do qual os indivíduos, grupos, e sociedades criam, transmitem e usam a informação para organizar qualquer ambiente”.

Le Coadic (2004, p. 9) lembra que as atividades da pesquisa científica e tecnológica, também são atividades econômicas e, portanto, são produtoras e utilizadora de conhecimentos e técnicos. Partindo desse pressuposto, o autor utiliza o esquema econômico clássico (produção, distribuição e consumo) para representar os fenômenos inerentes ao sistema de produção científica.

Em sua analogia, Le Coadic (2004) substitui os termos no esquema econômico. O autor fala em construção do conhecimento científico ao invés de produção, fala também de comunicação ao invés de distribuição e fala em uso ao invés de consumo. Segundo o autor esses processos (construção, comunicação e uso) formam o chamado ciclo da informação e ocorrem sucessivamente de forma a se alimentarem mutuamente. Esse autor afirma ainda que, “a informação é a seiva da ciência”. Para ele a ciência só pode sobreviver e se desenvolver se a informação circula livremente, renovando-se continuamente (LE COADIC, 2004, p. 27).

Targino (2000, p. 10) se serve desses pensamentos e afirma que, “é esta ideia de circulação contida na assertiva de Le Coadic que se denomina comunicação”. A autora conclui que,

enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo, é o processo de intermediação que permite o intercâmbio de ideias entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno natural e intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva (TARGINO, 2000, p. 10).

Diante do exposto, percebe-se que informação, conhecimento e comunicação são conceitos complementares, que fazem parte do cotidiano da sociedade humana e formam a base para constituição da ciência. A informação circula em um sistema de comunicação de modo a contribuir para a construção do conhecimento científico.

Nesse contexto de circulação das informações científicas para construção do conhecimento, a Ciência da Informação se afirma como uma ciência social, com caráter interdisciplinar. Essas características são apresentadas e discutidas a seguir.

### **2.1.2 O caráter social e interdisciplinar da Ciência da Informação**

Saracevic (1995) destaca três características gerais que constituem a essência da Ciência da Informação: interdisciplinaridade, ligação inextricável com a tecnologia de informação e a participação ativa e deliberativa na evolução da sociedade da informação. Quanto à interdisciplinaridade, o autor lembra que as relações com outras disciplinas estão mudando, e a evolução interdisciplinar está longe de ter acabado. Isso tem levado a constantes estudos epistemológicos que buscam mapear as relações entre a Ciência da Informação e outras áreas científicas. Estas relações são dinâmicas e podem ser mais fortes em um determinado tempo e espaço com algumas áreas científicas, enquanto com muitas outras serão fracas ou ainda irão surgir pontos de interseção (FREIRE, 2006).

Quanto à ligação com as tecnologias da informação, Saracevic (1995) destaca que esse é um imperativo tecnológico, que tem forçado a evolução da sociedade para uma “sociedade da informação” e esse imperativo se impõe sobre a Ciência da Informação, assim como sobre várias outras áreas. Por fim, a participação ativa e deliberativa na evolução da sociedade da informação, como um contraponto do imperativo tecnológico, pois a Ciência da Informação possui uma dimensão social e humana acima e além da tecnologia (SARACEVIC, 1995).

A Ciência da Informação, em particular, preocupa-se em esclarecer um problema social concreto, o da informação. Essa ciência se fundamenta em outras disciplinas, que demonstravam um forte interesse no suporte e não à informação em si, como a biblioteconomia, a museoeconomia, a documentação e o jornalismo (LE COADIC, 2004).

Saracevic (1992) reconhece um terreno comum entre a biblioteconomia e a Ciência da Informação, no que diz respeito ao compartilhamento do papel social e no interesse geral com relação aos problemas enfrentados. Contudo, o autor destaca significativas diferenças, tais como: a) a seleção de problemas a serem abordados e o modo pelo qual vão ser definidos; b) questões teóricas e arcabouços estabelecidos; c) a natureza e o grau de experimentação e desenvolvimento empírico e o conhecimento prático resultante/ competência derivada; d) as ferramentas e abordagens utilizadas; e) a natureza e a força das relações interdisciplinares estabelecidas e a dependência do progresso e evolução nas abordagens interdisciplinares.

Le Coadic (2004, p 20) destaca que os problemas tratados pela Ciência da Informação cruzam fronteiras históricas de disciplinas tradicionais, em um movimento de colaboração que leva a uma reciprocidade e a um enriquecimento mútuo. O autor destaca ainda que a Ciência da Informação possui relações com diversas áreas do conhecimento, tais como: antropologia, direito, economia, eletrônica, estatística, filosofia, informática, linguística, lógica, matemática, política, psicologia, sociologia e telecomunicações.

Pinheiro e Loureiro (1995) corroboram com as ideias de Saracevic e Le Coadic e apresentam a combinação interdisciplinar da Ciência da Informação (figura 4) e suas relações com os segmentos temáticos mais reconhecidos pela Ciência da Informação.



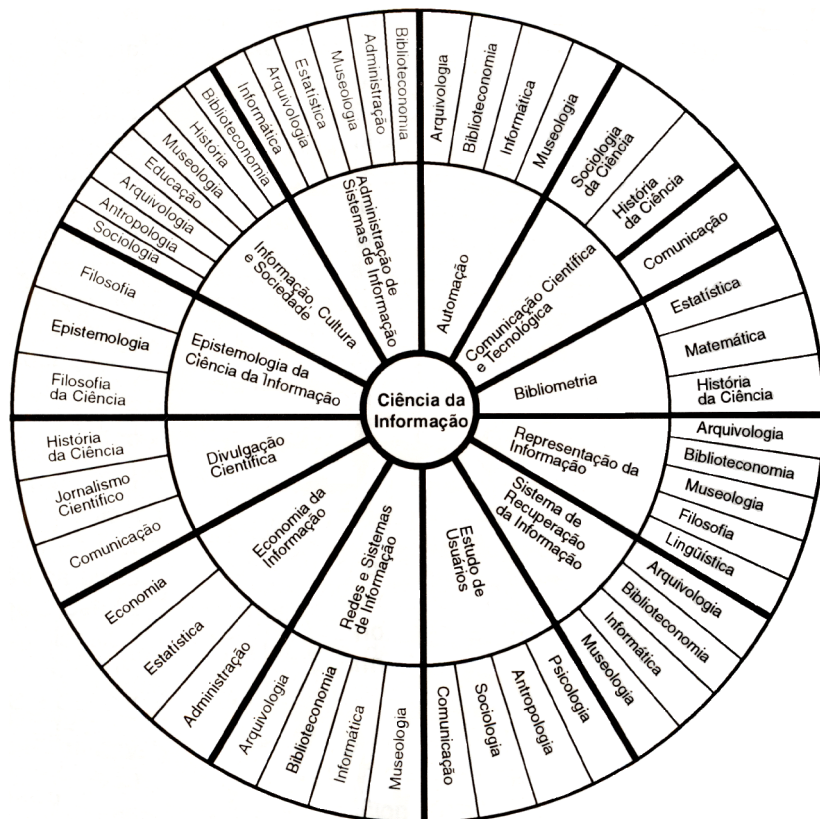


Figura 3 - Diagrama interdisciplinar da Ciência da Informação.  
 Fonte: Pinheiro e Loureiro (1995, p. 50).

Interessante notar que o diagrama interdisciplinar apresentado por Pinheiro e Loureiro (1995) é resultado de estudos métricos da informação científica, que analisaram publicações da área da Ciência da Informação com o intuito de identificar os segmentos temáticos mais reconhecidos pela área.

Os estudos métricos são temas da próxima subseção e espera-se que, com a análise da literatura sobre Terceiro Setor, seja possível chegar a um resultado parecido com o apresentado por Pinheiro e Loureiro (1995), de modo a identificar as ligações interdisciplinares das pesquisas sobre Terceiro Setor no Brasil.

## 2.2 ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

A mensuração configura-se como uma importante característica da ciência e um desafio constante para ela. Um processo complexo, aperfeiçoado ao longo do tempo, exigindo diferentes meios que assegurem objetividade e precisão para ser cumprido a contento (WITTER, 2006, p. 289).

Mugnaini et. al. (2006) lembram que a necessidade de mensurar e quantificar fenômenos acompanha o homem desde suas origens. Aspectos como: altura, peso, temperatura, distância, entre outros sempre foram mensurados, e todos apresentam escalas de medidas e padrões de normalidade. Esses autores explicam que desde o 5º milênio a.C., a técnicas de recenseamento já eram utilizada para determinar o crescimento populacional. Esse tipo de informação era utilizada para guiar o Estado na elaboração e proposição de políticas fiscais militares e na realização de obras públicas.

Na segunda metade do século XX, durante a guerra fria, foram elaborados complexos indicadores capazes de quantificar e comparar o potencial bélico dos países. Esses indicadores previam uma magnitude tal que impossibilitava o combate real. Assim, a força econômica podia ser estimada pela força político-militar (MUGNAINI et. al., 2006).

Do mesmo modo, a amplitude da ciência produzida em um país pode ser apontada pela mensuração de sua produção bibliográfica e a representação desse tipo de dado é um dos papéis da Ciência da Informação. Essa amplitude pode ser considerada em termos de produção e produtividade científica.

A produção científica diz respeito a medida de livros, capítulos de livros, artigos científicos e de periódicos e outras modalidades de publicações impressas, digitais ou eletrônicas, contendo os resultados da pesquisa científica de autores, instituições, regiões, países ou áreas temáticas. Essa medida considera a quantidade das publicações científicas, particularmente de artigos publicados em periódicos incluídos em índices bibliográficos reconhecidos nacional e internacionalmente (LARA, 2006, p. 407).

A produtividade científica diz respeito ao volume de produção de pesquisa cuja medição constitui indicadores científicos. Essa medida significa uma proporção entre o output e o input de pesquisa científica. Geralmente medida pela quantidade de publicações produzidas por um autor, uma instituição ou um país, podendo incluir, também, a quantidade de pesquisadores por disciplina, e o número de citações que recebem suas publicações (LARA, 2006, p. 408).

A ciência é registrada por meio de livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e outras modalidades de publicações impressas, digitais ou eletrônicas, que contenham resultados da pesquisa científica de autores, instituições, regiões, países ou áreas temáticas. É sobre esse conjunto de registros que os estudos métricos da informação são realizados.

Uma das normas fundamentais da ciência é que o pesquisador tem que divulgar seus resultados de pesquisa (MACIAS-CHAPULA, 1998). A ciência, ou atividade científica, é amplamente reconhecida como um complexo sistema social, baseado em um arcabouço de conhecimentos produzidos, acumulados registrados e tornados disponíveis (LOUREIRO-ALVES, 2010).

Esse sistema envolve comunicação por meio de canais formais e informais, que são usados pelos cientistas tanto para comunicar resultados de pesquisa, como para obter informar sobre resultados alcançados por outros pesquisadores. Os registros da comunicação científica representam a literatura técnico-científica, “fruto mais óbvio” do trabalho dos cientistas e mais facilmente sujeito a mensuração (SAYÃO, 1996, p. 315).

Dentro desse universo de divulgação científica destacam-se as dissertações e teses, que são publicações geradas no processo de pesquisa e são submetidas à avaliação de pares. Essas publicações caracterizam-se como de difícil acesso, com pouca ou nenhuma possibilidade de aquisição comercial. São chamadas de Literatura Cinzenta (FUNARO; NORONHA, 2006).

Com o advento das tecnologias da informação e comunicação, as dissertações e teses ganham mais visibilidade e já não são tão cinzentas assim. Esses documentos, geralmente armazenados em meio físico nas bibliotecas, agora ganham espaço em bases de dados eletrônicas. As instituições de pesquisa criam repositórios com fins administrativos e de avaliação, disponibilizando uma massa significativa de dados referenciais (KOBASHI; SANTOS, 2006, p. 29).

Contudo, os portais estão sendo criados, mas não estão recebendo a devida atenção dos seus autores. Existe certa resistência, por parte dos autores, em autorizar a publicação do texto completo na internet, devido às dificuldades da operação ou por receio dos autores. O ideal para esse tipo de publicação ainda persiste. A literatura cinzenta só deve se tornar Literatura Branca, após a conclusão dos trabalhos de pesquisa e pela publicação em formatos comerciais, como livros e periódicos, que melhor e mais amplamente atinjam a comunidade científica (FUNARO; NORONHA, 2006, p. 229).

As técnicas de mensuração da informação científica vêm ganhando força nos últimos anos e a própria utilização dessas técnicas tem-se tornado um campo multidisciplinar de estudo e pesquisa – a informetria. É

consenso dos autores que a bibliometria seja a precursora, depois vem a cienciometria, para então florescer a informetria. Mais recentemente surge a webometria, que aplica os preceitos de todas as anteriores ao universo da internet.

Vanti (2002) resgata os aspectos históricos do desenvolvimento de cada termo e apresenta um quadro comparativo (quadro 1) sobre as aplicações dos diferentes métodos quantitativos.

Tipologia/ Subcampo	Bibliometria	Cienciometria	Infometria/ Infometria	Webometria
<b>Objeto de estudo</b>	Livros, documentos, revistas, artigos, autores, usuários.	Disciplinas, assunto, áreas, campos científicos e tecnológicos. Patentes, dissertações e teses.	Palavras, documentos, bases de dados, comunicações informais (inclusive em âmbitos não científicos), home pages na www.	Sítios na WWW (URL, título, tipo, domínio, tamanho, e links), motores de busca.
<b>Variáveis</b>	Número de empréstimos (circulação) e de citações, frequência de extensão de frases etc.	Fatores que diferenciam as subdisciplinas. Revistas, autores, documentos. Como os cientistas se comunicam.	Difere da cienciometria no propósito das variáveis; por exemplo, medir a recuperação, a relevância, a revocação etc.	Número de páginas por sítio, nº de links por sítio, nº de links que remetem a um mesmo sítio, nº de sítios recuperados, "citações", estratégias de busca.
<b>Métodos</b>	Ranking, frequência, distinção.	Análise de conjunto e de correspondência, coocorrência de termos, expressões, palavras-chave etc.	Modelo vetor-espaço modelos booleanos de recuperação, modelos probabilísticos; linguagem de processamento, abordagem baseadas no conhecimento, tesouros.	Fator de Impacto da Web (FIW), densidade dos links "citações", estratégias de busca.
<b>Objetivos</b>	Alocar recursos: tempo, dinheiro etc.	Identificar domínios de interesse. Onde os estudos estão concentrados. Compreender como e quanto os cientistas se comunicam.	Melhorar a eficiência da recuperação da informação, identificar estruturas e relações dentro dos diversos sistemas de informação.	Avaliar o sucesso de determinados sítios, detectar a presença de países, instituições e pesquisadores na rede e melhorar a eficiência dos motores de busca na recuperação das informações.

Quadro 1 - Técnicas de mensuração da informação.

Fonte: Vanti (2002).

Embora seja o mais abrangente a infometria não é a primeira área a se desenvolver. A bibliometria é a primeira a aparecer na literatura científica. O termo foi cunhado por Paul Otlet, em sua obra intitulada *Traité de Documentation* de 1934. A bibliometria foi popularizada por Alan Pritchard em 1969, quando sugeriu que o termo substituísse a bibliografia estatística (VANTI, 2002).

A bibliometria é uma área de estudos que faz parte do campo mais abrangente da informetria. Dedicase aos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada ou não, focando especialmente os setores científicos e tecnológicos a partir de fontes bibliográficas e patentes. Para isso desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão (MACIAS-CHAPULA, 1998; LARA, 2006).

Inseridas no contexto da bibliometria, destacam-se três instrumentos utilizados para quantificar os produtos da atividade científica. A Lei de Dispersão de Bradford trata da dispersão dos autores em diferentes publicações periódicas. Ela permite, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas. Essa lei resultou de estudos que visavam propor critérios de seleção de periódicos para uma dada coleção, caracterizando-se como uma lei para fins gerenciais (VANTI, 2002; SANTOS; KOBASHI, 2009).

A Lei do Quadrado Inverso de Lotka aponta para a produtividade dos autores de artigos científicos, por meio de um modelo de distribuição tamanho-frequência dos diversos autores em um conjunto de documentos. Segundo essa lei, numa especialidade científica, coexiste um pequeno número de pesquisadores extremamente produtivos com uma grande quantidade de cientistas menos produtivos (VANTI, 2002; SANTOS; KOBASHI, 2009).

Por fim, a Lei do Mínimo Esforço de Zipf consiste em medir a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto. Zipf extraiu essa lei do princípio geral do “esforço mínimo”: palavras cujo custo de utilização seja pequeno ou cuja transmissão demande o mínimo esforço são frequentemente usadas em texto grande (VANTI, 2002; SANTOS; KOBASHI, 2009).

O termo cienciométrica surge na Europa, sendo especialmente empregado na Hungria. Inicialmente, referia-se à aplicação de métodos quantitativos para o estudo da história da ciência e do progresso tecnológico (VANTI, 2002). Contudo, segundo Santos e Kobashi (2009), é a partir do trabalho de Price (1969), que a cienciométrica ganha novos contornos. Price se vale das propostas de Lotka, Bradford e Zipf para formular leis cienciométricas, centradas na análise da dinâmica da atividade científica, incluindo produtos e produtores.

Segundo Lara (2006), a cienciométrica (ou cienciométrica) estuda os aspectos quantificáveis da atividade científica – geração, propagação, e utilização de informações científicas – de um país ou de uma comunidade

científica. Sua abordagem não se restringe à observação de fontes bibliográficas, mas do sistema de pesquisa como um todo.

Essa autora menciona ainda que

As pesquisas cientométricas são também utilizadas para avaliar o desempenho científico de pesquisadores, grupos e centros de pesquisa, para apoiar a tomada de decisão quanto à distribuição de recursos financeiros por parte de organizações de fomento e para o estudo do desempenho comparativo entre as nações, entre outras aplicações (LARA, 2006, p. 394).

Já o termo informetria foi proposto por Otto Nacke diretor do *Institut für Informetrie* na Alemanha, em 1979, mas sua aceitação definitiva ocorre em 1989 durante o Encontro Internacional de Bibliometria passou a se chamar Conferência Internacional de Bibliometria, Cienciometria e Informetria (VANTI, 2002). Trata-se de um modelo mais recente, que se apropria dos métodos bibliométricos e cientométricos para apreender os aspectos cognitivos da atividade científica (SANTOS; KOBASHI, 2009).

Em uma definição mais abrangente, Lara (2006) considera a informetria como

área de estudo que trata dos aspectos quantitativos da informação registrada ou não, formal ou informal, oral ou escrita referente a diferentes grupos sociais [...]. É um campo que abrange a webometria e os campos parcialmente sobrepostos da bibliometria e da cientometria e que desenvolve modelos teóricos e medidas de informação recorrendo à teoria matemática e à estatística. Objetiva identificar regularidades nos dados relativos à produção e uso da informação registrada e não registrada, compreendendo todos os aspectos da informação, armazenamento e sua recuperação (LARA, 2006, p. 400).

Por fim, o termo webometria, surgido no final da década de 1990, pressupõe análises e medições da comunicação no âmbito científico e, em especial, as medições do fluxo da informação na internet (VANTI, 2002). Segundo Lara (2006) a webometria comporta os aspectos quantitativos da construção e uso dos recursos, estrutura e tecnologias informacionais no desenho da web, baseados em abordagens bibliométricas e informétricas.

Seus objetos de estudo compreendem o conteúdo das páginas, a estrutura, dos links, o uso da busca por informação e da tecnologia.

Para ilustrar o posicionamento da bibliometria, cienciometria e webometria em relação ao campo maior, que é a informetria, Vanti (2002) constrói um diagrama (figura 4) da inter-relação dos três subcampos. Na análise de desse autor, a informetria é mais ampla e compreende a bibliometria, a cienciometria e a webometria.

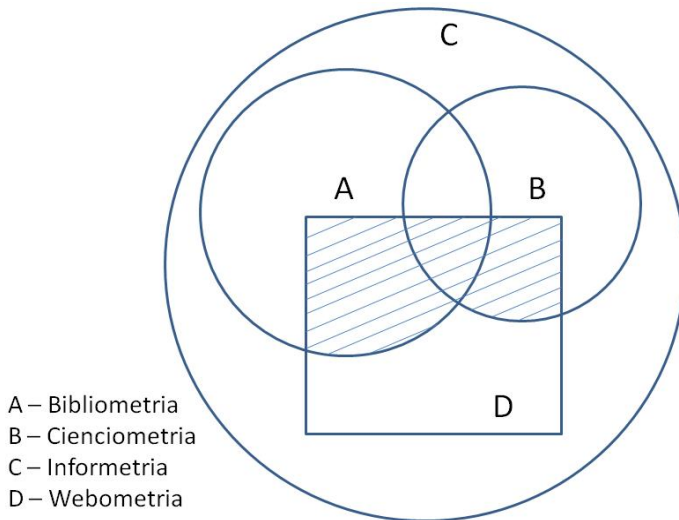


Figura 4 - Inter-relação entre os subcampos da informetria.

Fonte: Vanti (2002).

A representação gráfica reflete a sobreposição que, em algum momento, se dá entre a bibliometria, a cienciometria e a webometria, dado que a última aplica técnicas bibliométricas e cienciométricas para medir a informação disponível na internet (VANTI, 2002, p. 161).

Por outro lado, Lara (2006) considera que o campo da webometria é inteiramente contido no da bibliometria, uma vez que os documentos, textuais ou multimídia, constituem informação registrada armazenada em serviços da web e parcialmente coberto pela cienciometria, considerando que muitas atividades acadêmicas são hoje baseadas na web.

No contexto da presente pesquisa, a bibliometria refere-se a análise de aspectos inerentes às referências bibliográficas, tais como: autores, orientadores, ano de publicação entre outros. Já a cienciometria refere-se a análise de aspectos que transcendem as referências bibliográficas, tais como: a localização geográfica das instituições de ensino, nas quais as pesquisas foram realizadas



O referencial teórico apresentado até aqui reflete sobre a importância da comunicação para o desenvolvimento da ciência, sobre o papel da Ciência da Informação no estudo do fenômeno da informação, bem como sobre a aplicação de instrumentos e técnicas utilizados para mensurar e avaliar a literatura científica. Esse referencial servirá como lente para a observação e análise da realidade sobre o Terceiro Setor enquanto campo de estudo.

O resgate histórico do processo de formação da ciência e da comunicação científica fornecesse subsídios para a compreensão da formação e da dinâmica do que neste trabalho se assume como atividade científica. No contexto da atividade científica, estão inseridas as pesquisas sobre Terceiro Setor, que também apresentam características de um sistema social baseado na troca de informações entre os pesquisadores.

As informações que circulam nesse sistema são objeto de estudo da Ciência da Informação. Uma ciência social dedicada ao estudo das propriedades, do comportamento e das forças que regem o fluxo de construção, comunicação e utilização da informação. Inseridas no arcabouço teórico e metodológico dessa ciência está a mensuração da informação, que consiste na aplicação técnicas estatísticas para contagem e estabelecimento de padrões de regularidade para o número de pesquisas realizadas, autores, instituições e áreas do conhecimento envolvidas.

No presente estudo são utilizadas técnicas bibliométricas e cienciométricas, uma vez que a análise dos dados vai além das referências bibliográficas, que é o foco da bibliometria, e debruça também sobre os dados da atividade científica como um todo, como propõe a cienciométrica.

Para subsidiar tal análise se faz necessário resgatar os aspectos conceituais que envolvem o Terceiro Setor, de modo a caracterizar o objeto de estudo da presente pesquisa. Essa caracterização passa por uma breve discussão do contexto histórico, social e cultural, no qual o termo foi cunhado e as organizações que o compõem evoluíram. Essa caracterização se debruça ainda sobre as mais recentes abordagens teóricas que procuram entender e explicar o fenômeno do Terceiro Setor.



### 3 PESQUISAS SOBRE TERCEIRO SETOR

O debate sobre Terceiro Setor é relativamente recente, abrangendo pouco mais de três décadas. As primeiras aparições dessa expressão na literatura científica ocorrem no início da década de 1970, quando pesquisadores norte-americanos começaram a utilizá-la para identificar e caracterizar um “setor” da sociedade, no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou distribuição de bens e serviços públicos (ALVES, 2002, p.1).

Antes da década de 1970, essas organizações eram agrupadas em segmentos de acordo com seus valores ou fins, em vez de seu próprio setor. Hodgkinson e Painter (2003, p.1, tradução nossa) lembram que até essa época, não havia a ideia de um “setor”, mas sim conjuntos distintos de instituições definidas como de utilidade pública, envolvidas em atividades, como: ensino sem fins lucrativos, instituições artísticas e culturais, hospitais e organizações de serviços sociais.

As primeiras pesquisas foram realizadas nos domínios dos estudos organizacionais. O sociólogo Amitai Etzioni, que em 1973 publicou o artigo *The Untapped Potential of the Third Sector*, na revista *Business and Society Review*, juntamente com o professor de administração de empresas da *Harvard University*, Theodore Levitt, que no mesmo ano publicou o livro *Third Sector: New Tactics for a Responsive Society* são considerados os pais da ideia do Terceiro Setor (ALVES, 2002; LORENTZEN, 2010).

As primeiras ideias sobre Terceiro Setor surgem de considerações a respeito dos motivos pelos quais indivíduos se envolvem com organizações sem fins lucrativos, e sobre as razões pelas quais tais organizações deveriam formar um setor. Em 1961, mesmo antes de cunhar o termo, Amitai Etzioni publica o livro *A Comparative Analysis of Complex Organizations: On Power, Involvement and their Correlates*, no qual expressa suas ideias sobre os motivos pelos quais as pessoas se envolvem com associações.

Etzioni (1961) investigou as relações entre aqueles que detêm poder e aqueles sobre os quais exercem o poder, como determinantes do compromisso ou da alienação por parte dos envolvidos em associações. Ele identificou três tipos diferentes de relações: i) coercitiva, com base na aplicação de sanções ou ameaças físicas (como dor ou restrições à liberdade de circulação); ii) remunerativa, com base no controle sobre os recursos materiais e recompensas, tais como salários ou benefícios; e iii) normativa, com base na manipulação de recompensas simbólicas, no uso do poder de persuasão, e apelo a valores e idealismos compartilhados.

Etzioni (1961) sugere, então, que nas associações sem fins lucrativos sejam usados, principalmente, graus de poder normativo. Assim, essas organizações construiriam um compromisso por parte dos envolvidos, os quais seriam compensados, principalmente, por meio de recompensas simbólicas. Essa linha de pensamento enfatiza o Terceiro Setor como uma categoria de organizações livres que não são governamentais ou empresas com fins lucrativos, mas que são mantidas juntas pela ação baseada em valores e compromissos.

Quando escreve sobre Terceiro Setor pela primeira vez, Etzioni (1973) defende uma mudança de orientação da política social do governo de Richard M. Nixon<sup>7</sup>. Na opinião desse autor, ao invés de privilegiar o setor lucrativo na provisão de serviços sociais, o governo americano deveria incentivar a criação e o fomento de organizações privadas sem fins lucrativos que assim o fizessem. Isso poderia proporcionar um maior envolvimento e comprometimento, por parte dos envolvidos nessas organizações, com a qualidade dos serviços prestados.

No entanto, outra linha de pensamento enfatizou o Terceiro Setor como um conjunto de organizações ativistas de mudança social. Essa abordagem é desenvolvida por Levitt (1973), que descreve o aumento do ativismo social, na forma de organizações e movimentos sociais, como uma busca por uma sociedade mais sensível, mudando o comportamento do governo, das empresas e burocracias educacionais para um grau mais elevado. Esse autor expressa um ceticismo de esquerda em direção as burocracias públicas, bem como as privadas. Ele afirma que “as burocracias são rígidas e não respondem a problemas ordinários humanos e sociais” (LEVITT, 1973, p. 15, tradução nossa).

Amitai Etzioni e Theodore Levitt partilhavam a mesma preocupação com a fraca legitimidade do mercado, bem como do Estado, como sistemas institucionais de promoção do *Welfare State*<sup>8</sup>. Contudo, o principal interesse de Levitt era a emergência do Terceiro Setor, como algo fundamentalmente novo, uma espécie de “contracultura,” um “descontentamento geral com as coisas e valores, como elas são” (LORENTZEN, 2010).

Apesar de terem surgido nos domínios dos estudos organizacionais, percebe-se, então, que as pesquisas sobre Terceiro Setor nascem com um forte viés ideológico e político. Ainda durante a década de 1970, outras obras deram ênfase ao termo: o relatório *Giving in America: toward a*

---

<sup>7</sup> Presidente dos Estados Unidos de 1969 à 1974.

<sup>8</sup> Forma de organização política e econômica, que coloca o Estado como principal agente promotor e organizador da saúde social, política e econômica de um país. O *Welfare State* envolve direitos e benefícios sociais, especialmente nas áreas trabalhista, seguridade, saúde e educação (NOGUEIRA, 2001).

*stronger voluntary sector*, publicado em 1975 pela *Commission on Private Philanthropy and Public Needs*; e nos livros do sociólogo e especialista em filantropia, Waldemar Nielsen, *The Endangered Sector*, publicado em 1979 e *The Third Sector: keystone of a caring society*, publicado em 1980 (ALVES, 2002).

A partir da década de 1980, o termo passou também a ser utilizado por pesquisadores europeus. James Douglas publica o livro *Why Charity? the case for a Third Sector* em 1983; Jürgen Reese publica o artigo *Die gesellschaftliche Bedeutung des Dritten Sektors: der dritte sektor zwischen markt und staat* (A Importância Social do Terceiro Setor: o terceiro setor entre mercado e estado) em 1987; Christoph Reichard publica o artigo *Der Dritte Sektor: EnTerceiro Setorteilung, Funktion und Problematik von Nonprofit Organisationen aus verwaltungswissenschaftlicher Sicht* (Terceiro Setor: desenvolvimento, função e os problemas das organizações sem fins lucrativos na perspectiva da ciência da gestão) em 1988; e Volker Ronge publica o artigo *Theorie und Empirie des Dritten Sektor* (Teoria e Investigação Empírica do Terceiro Setor), também em 1988.

Nos Estados Unidos, a década de 1980 é marcada por uma gradual substituição do termo Terceiro Setor pela expressão “não-lucrativo” (nonprofit sector) na designação de atividades de natureza não-governamental e não-mercantil. Alves (2002) lembra que, a falta de unanimidade entre os autores fez com que o Terceiro Setor perdesse popularidade.

Contudo, a denominação “não-lucrativo” também não apresentava um caráter consensual. Ela recebeu (e ainda recebe) severas críticas, pois nasce de comparações negativas entre ações da esfera pública e a privada. Segundo Alves (2002, p.2), considerações desse tipo dizem mais sobre o que o setor não-lucrativo não é, do que sobre o que ele realmente seja.

Os primeiros pesquisadores do Terceiro Setor serviam-se de abordagens oriundas da Economia Neoclássica, aplicando teorias relativas a demanda e a oferta, respectivamente para descrever o papel e o comportamento das organizações sem fins lucrativos (TAYLOR, 2010). Contudo, o principal recurso extraído da Economia Neoclássica foi a divisão da sociedade em setores. Essa divisão se dava conforme as finalidades econômicas dos agentes sociais, sendo estes compreendidos como agentes de “natureza jurídica” pública ou privada (WEISBROD, 1988).

Nesse contexto, o Terceiro Setor é diversas vezes concebido como um espaço institucional entre o Estado e o mercado. Uma expressão, geralmente, aceita como um “guarda-chuva” para cobrir um universo organizacional, que emerge em muitas sociedades, entre essas duas esferas (ALVES, 2002).

Fernandes (1994, p. 20) afirma que o Terceiro Setor deriva de “uma alternativa lógica [...] concebida como uma entre quatro combinações possíveis resultantes da conjunção entre o público e o privado”. Para explicar essa afirmação, o autor utilizar um diagrama (figura 1) combinando agentes e seus fins.

Assim, agentes de natureza pública, que praticam ações visando fins públicos são descritos como o primeiro setor (Estado); agentes de natureza privada, praticantes de ações com fins privados são descritos como o segundo setor (mercado); agentes de natureza privada, praticantes de ações com fins públicos, então, são descritos como o terceiro setor; e agentes públicos, que realizam ações com fins privados são praticantes de crimes de corrupção.

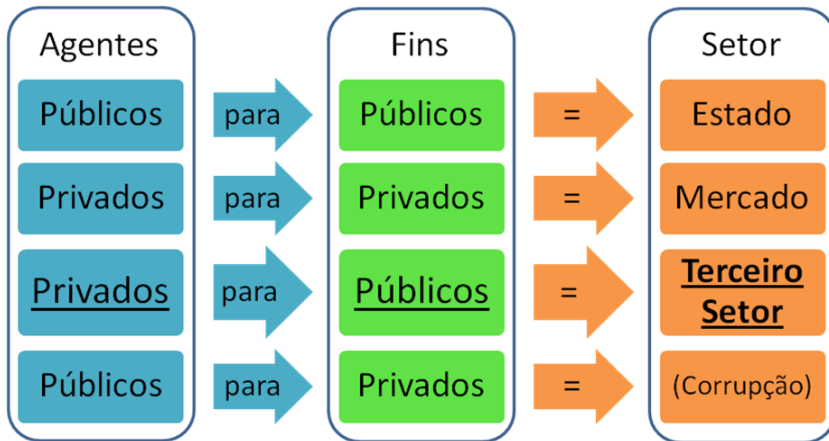


Figura 5 - Conjunções entre público e privado.

Fonte: Adaptado de Fernandes (1994).

Além disso, para que o conjunto dessas organizações forme um todo coerente, elas devem possuir valores e características estruturais semelhantes. Segundo Salamon e Anheier (1992, p.135-136, tradução nossa), essas entidades são: organizadas, privadas (isto é, institucionalmente separadas do Estado), autogovernadas, sem fins lucrativos e voluntárias.

Durante o último quarto de século, essas características estruturais e operacionais, “centradas em organizações certificadas como isentas de impostos pelo Estado e sujeitas a uma incapacidade de distribuir bens econômicos,” têm representado o paradigma dominante das pesquisas sobre Terceiro Setor (TIL, 2009, p. 1069).

Contudo, outras abordagens podem ser identificadas. Segundo Corry (2010) existem abordagens sobre Terceiro Setor que definem e outras que teorizam. As que definem (como a acima mencionada) são ontologicamente orientadas e oferecem visões diferentes sobre a composição do setor. A visão “americana”, por exemplo, define Terceiro Setor como um ambiente separado, formado por entidades com as características estruturais e operacionais identificadas por Salamon e Anheier (1992). Já a visão “europeia” define-o como um fenômeno híbrido que combina e conecta-se com outros agentes, como o Estado e o mercado. Na opinião de Corry (2010), isso inclui empresas sociais e organismos de Bem-Estar Social, deixadas de fora pela visão americana.

Corry (2010) afirma ainda que, em contrapartida, as teorizações sobre Terceiro Setor são epistemologicamente orientadas e tratam esse fenômeno como um processo ou uma forma de prática. O autor apresenta três teorias, as quais possuem visões diferentes sobre o tema: a teoria dos sistemas, que vê esse setor como um tipo particular de comunicação; a teoria do discurso, que o vê como uma forma de ordenar e governar pessoas; e a teoria crítica, que o caracteriza como uma forma de luta ou diálogo entre as forças sociais.

Todas essas abordagens remetem ao universo das organizações da Sociedade Civil, as quais possuem um longo histórico de relação com os movimentos sociais, o Estado, a Igreja e o mercado. Assim, é interessante resgatar, ao menos em parte, a história dessas organizações, para, então, compor o cenário atual das pesquisas sobre o Terceiro Setor.

### 3.1 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: Uma perspectiva histórica

As organizações da sociedade civil, que hoje compõem o chamado Terceiro Setor, não nascem ao mesmo tempo em que as formulações conceituais e teorizações sobre ele. Segundo Albuquerque (2006), o surgimento dessas organizações remete a história dos movimentos associativos, que nascem nos séculos XVI e XVII, tanto na Europa, quanto na América do Norte e América Latina, com forte influência política e religiosa. O autor destaca que esse cenário sofre pouca alteração com o passar dos anos, até que por volta de 1800, surgem as primeiras associações patronais e sindicatos de trabalhadores, que, mais tarde, criariam os partidos políticos para defenderem seus interesses.

Após esse período, as relações entre os agentes sociais se intensificaram e se diversificaram. Contudo, segundo Albuquerque (2006,

p. 22), Estado e Igreja continuaram influenciando os processos associativos e, em sua opinião, “determinando os limites e os horizontes das atividades da sociedade civil organizada”.

Landin (2002) lembra que, nessa época, o Estado dava pouca importância às políticas públicas de caráter social ou à mobilização da sociedade civil. Já a Igreja assumia um papel predominantemente de atendimento aos pobres e excluídos, que viviam a margem das políticas sociais básicas. Assim, a sociedade civil se caracterizava como um espaço de filantropia e caridade, sendo que os necessitados, apesar de portadores de direitos, estavam sujeitos à bondade de seus benfeitores.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Liberalismo Econômico, um dos reflexos da Economia Neoclássica, entra em crise e as mudanças no campo político, social e econômico acabaram por gerar um significativo aumento da pobreza, violência e poluição ambiental. Isso exigiu uma participação estatal mais atuante na sociedade, o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* (ALBUQUERQUE, 2006).

Albuquerque (2006) lembra que, neste período, o Estado Socialista também ganha impulso, partindo do pressuposto de que os trabalhadores deveriam estar a frente do poder e que o individualismo deveria ser combatido. Assim, as mudanças demandadas pela sociedade civil passaram a ser ouvidas e incorporadas às propostas de desenvolvimento e às políticas socioeconômicas e ambientais.

Nesse contexto, a cidadania é entendida como sinônimo de inserção social através do emprego e o sindicalismo estabelece uma forte ligação com o Estado. Assim, como destaca Landin (2002), surgem nessa época as primeiras Leis que regulamentam as relações entre Estado e as organizações da sociedade civil. As chamadas leis de assistência social (Decretos-Lei nº 525/38 e nº 5.597/43), que definem o papel das associações como prestadoras de serviço a grande população, que anteriormente ficava as margens das políticas sociais.

Nesse período, segundo Telles (1987), as iniciativas da sociedade civil são vistas como um braço do Estado e não como um ator político relevante. Elas se voltam para a execução das políticas sociais, concebidas com base numa visão assistencialista, o que confere a sociedade civil um caráter de objetivação das estruturas e da ação do Estado.

Passada a Segunda Guerra Mundial, profundas transformações afetaram a sociedade como um todo. Apesar dos avanços tecnológicos, que melhoraram a produtividade industrial e as telecomunicações, a sociedade enfrenta diversos problemas, principalmente, na área social: intensificação da violência, da pobreza, de doenças, da poluição ambiental e de conflitos religiosos, étnicos, políticos e sociais, tanto de ordem



mundial, como de ordem nacional, regional e local (ALBUQUERQUE, 2006).

O Brasil, por exemplo, após um curto período de democracia (meados da década de 1950 e início da década de 1960) é engolido pela ditadura militar e volta a ser governado por um regime de exceção, predominantemente autoritário. Dagnino (2002) lembra que esse período é marcado pelo ressurgimento, com maior intensidade, da tutela do Estado nas questões civis. O regime militar considerava clandestinas as iniciativas sociais que não pertencessem ao aparato governamental.

Por outro lado, começam a florescer diferentes tipos de movimentos sociais, marcados pela diversidade de origens, ideais e práticas, como as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, entre outros. Para Dagnino (2002), esses novos movimentos se distinguem como de expressão de luta do povo brasileiro por inserção social e política, redefinindo a cidadania onde todos têm direito a terem direitos.

Ligadas a essa nova onda de movimentação social, surge também as primeiras Organizações Não-governamentais (ONGs)<sup>9</sup> brasileiras. Landin (2002) destaca que, inicialmente elas não eram reconhecidas como tal, mas sim como centros de assessoria aos movimentos sociais e sua legitimidade estava, então, ligada a esse apoio.

Albuquerque (2006) destaca também que, durante a década de 1970, em virtude da ditadura militar que atingia alguns países da América Latina, causando grande instabilidade política, surgem organizações da sociedade civil com caráter político engajadas na redemocratização de seus países. Segundo o autor, essas organizações se dedicavam à

ações voltadas para uma política social de desenvolvimento comunitário e para a execução de atividades de assistência e serviços nos campos de consumo, educação de base e saúde, entre outros (ALBUQUERQUE, 2006, p. 23).

Essas organizações vão ajudar a transformar a conjuntura política latino-americana. Albuquerque (2006) destaca que, durante a década de 1980, a maior parte dos países latino-americanos já havia retomado o regime democrático, porém vivendo fortes crises econômicas e com altos índices inflacionários. Na tentativa de reverter essa situação, muitos países passaram a adotar políticas neoliberais<sup>10</sup> de desenvolvimento, com forte

---

<sup>9</sup> A origem do termo ONG é atribuída a Organização das Nações Unidas (ONU), utilizado pela primeira vez na década de 1950 para definir toda organização da Sociedade Civil que não estivesse vinculada a um governo (ABONG, 2005).

<sup>10</sup> Uma retomada do Liberalismo Econômico do século XIX (LEWIS, 2005).

influência de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O fim da ditadura militar também provocou diversos impactos e inúmeras mudanças para a sociedade civil e suas organizações. As instituições democráticas voltaram a prevalecer e as ONGs passaram a ser reconhecidas como atores autônomos da sociedade civil, abrindo novas possibilidades de relação com o Estado e com o mercado. Inicialmente as ONGs prestam serviços para os governos estaduais e municipais e, mais tarde, vão atuar como parceiras na implementação de políticas públicas federais (DA PAZ, 2005).

Essas mudanças trazem a tona, nas palavras de Lewis (2005), “uma onda de não-governamentalismo”. Segundo o autor, essa nova abordagem dominou e influenciou o campo das políticas públicas, com a proposta de lutar contra as desigualdades sociais e em favor da democracia. Nesse contexto, as ONGs ganham mais popularidade, afirmando seu papel para o desenvolvimento internacional e para a democracia.

Lewis (2005) lembra que o não-governamentalismo associa-se às ideologias de um Neoliberalismo, caracterizado como uma retomada das preocupações do Liberalismo Econômico do século XIX. Ambos privilegiavam o mercado como instrumento adequado de orientação, pelo qual as pessoas deveriam organizar suas vidas econômicas. Nesse contexto, o governo garantiria condições para que os mercados operassem plenamente. Essa abordagem trouxe o discurso das privatizações e uma desilusão com o desenvolvimento liderado pelo Estado, além de um conjunto de abordagens sobre um desenvolvimento alternativo.

Para exemplificar essas abordagens, Lewis (2005) cita os argumentos apresentados por Beckmann (1991), em uma publicação oficial do Banco Mundial<sup>11</sup>, que expõem as razões pelas quais o banco inicia “um esforço [...] para expandir o seu trabalho com as ONGs”.

Esta decisão foi baseada no reconhecimento de que os Estados e os mercados tinham uma capacidade limitada para reduzir a pobreza enquanto as ONGs tinham competências distintas, tais como proximidade com as lideranças comprometidas com os mais pobres e a capacidade de construir o acesso aos serviços para os pobres (BECKMANN, 1991, p. 134 *apud* LEWIS, 2005, p. 204, tradução nossa).

---

<sup>11</sup> BECKMAN, D. Recent Experience and Emerging Trends. In: PAUL, S. et al. **Nongovernmental Organizations and the World Bank**: cooperation for development, Washington DC: World Bank, 1991.

Declarações como essa representam um reconhecimento explícito do papel das ONGs e, conseqüentemente, do Terceiro Setor nos desdobramentos da agenda de desenvolvimento econômico e social, que rapidamente ganharam força durante a década de 1990.

No contexto brasileiro, a promulgação de duas Leis no final da década de 1990 reconhecendo a atuação das organizações da sociedade civil merece destaque. A Lei 9.637 de 1998, que ficou conhecida como a Lei das Organizações Sociais, dispõe sobre os requisitos para a qualificação de entidades como organizações sociais e a criação do Programa Nacional de Publicização. Essa lei reconhece pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde (BRASIL, 1998).

A Lei nº 9.790 de 1999 é considerada o “marco legal” para o Terceiro Setor no Brasil. Também chamada de Lei das OSCIPs, ela reconhece a pluralidade das organizações da sociedade civil, disciplina a qualificação dessas entidades como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e institui e disciplina o Termo de Parceria entre essas organizações e outros agentes.

Tendo em vista o reconhecimento e o aparato legal, novos atores podem compor o cenário institucional e a configuração no plano nacional e internacional do Terceiro Setor.

### 3.2 EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor vem se expandido nas últimas décadas, tanto como prática social, quanto objeto de investigação científica. Essa expansão pode ser ilustrada por dois fatores: o aumento no número de organizações sem fins lucrativos, centros de pesquisa e programas de pós-graduação dedicados ao tema; e o volume e a diversidade das publicações científicas da área.

A primeira, e talvez a mais expressiva, forma de exemplificar a expansão do Terceiro Setor é o aumento no número de organizações que se declaram como “sem fins lucrativos”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), um diagnóstico das Fundações Privadas e Associações

sem Fins Lucrativos (FASFIL)<sup>12</sup>, com o objetivo de analisar a distribuição espacial e o campo de atuação das entidades associativas e fundações.

O estudo considerou os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) de 2005, sendo que o relatório final foi publicado em janeiro de 2008. Os resultados mostram que o número de organizações sem fins lucrativos (registradas) saltou de 107,3 mil em 1996 para 338,2 mil em 2005. Isso significa um crescimento da ordem de 215,1%. Além disso, em 2005 essas entidades empregavam 1,7 milhão de pessoas em todo o País (tabela 1), com salários médios mensais de R\$ 1.094,44.

O Estudo destaca também que a maior parte das organizações foi criada durante a década de 1990 (tabela 1). Esse crescimento se relaciona com a onda de “não-governamentalismo” descrita por Lewis (2005). Contudo, os resultados apontam para uma desaceleração na criação de novas organizações. A tendência de crescimento se manteve até a virada do século, mas vem caindo ao longo dos anos. Entre 1996 e 2002 esse crescimento foi de 157,0%. Já de 2002 a 2005, o número de FASFIL cresceu apenas 22,6%, ou seja, o número de organizações continua crescendo, mas a taxas menores.

**Tabela 1 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal assalariado, segundo faixas de ano de fundação, Brasil – 2005.**

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal Assalariado	
	Total	Relativa (%)	Total	Relativa (%)
<b>Até 1970</b>	10.939	3,2	548.900	32,1
<b>De 1971 a 1980</b>	33.408	9,9	396.830	23,2
<b>De 1981 a 1990</b>	64.388	19	280.296	16,4
<b>De 1991 a 2000</b>	140.261	41,5	356.099	20,8
<b>De 2001 a 2002</b>	38.007	11,2	69.507	4,1
<b>De 2003 a 2004</b>	35.840	10,6	48.361	2,8
<b>2005</b>	15.319	4,5	9.163	0,5
<b>Total</b>	<b>338.162</b>	<b>100,0</b>	<b>1.705.156</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE (2008, p. 24).

Os ramos de atuação dessas entidades também são destacados pelo diagnóstico apresentado na tabela 2. A maior participação é de instituições religiosas, com 24,8%; depois as organizações de defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, com 17,8% ao lado das associações patronais e

<sup>12</sup> IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. **Estudos e Pesquisas Informação Econômica**, Rio de Janeiro, n. 8, 2008.

profissionais, com 17,4%. O curioso é a baixa participação de entidades voltadas para direitos fundamentais, como: saúde (1,3%), habitação (0,1%) Educação e pesquisa (5,9%). Além disso, as entidades voltadas para a defesa do meio ambiente e proteção animal, também apresentam pouca participação, com apenas 0,8%.

**Tabela 2 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos segundo áreas de atuação, Brasil – 2005.**

<b>Classificação</b>	<b>Total</b>	<b>Participação (%)</b>
<b>Assistência social</b>	39.395	11,6
<b>Associações patronais e profissionais</b>	58.796	17,4
<b>Cultura e recreação</b>	46.999	13,9
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	60.259	17,8
<b>Educação e pesquisa</b>	19.940	5,9
<b>Habitação</b>	456	0,1
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	2.562	0,8
<b>Religião</b>	83.775	24,8
<b>Saúde</b>	4.464	1,3
<b>Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos, não especificadas anteriormente.</b>	21.516	6,4
<b>Total</b>	<b>338.162</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE (2008).

Além das organizações, os centros acadêmicos e programas de pós-graduação dedicados à gestão sem fins lucrativos, organizações voluntárias e a filantropia, também demonstram a expansão do Terceiro Setor. Taylor (2010) cita o *Yale Program on Nonprofit Organizations* da *Yale University*, o *Center of Philanthropy* da *Indiana University*, e o *Center for Study of Philanthropy* da *City University of New York*, como exemplo de centros de pesquisa e programas de estudos, que têm conquistado reputação internacional. Outros exemplos podem ser acrescentados a essa lista, tais como: o *Center for Civil Society Studies* da *Johns Hopkins University*, a *International Society for Third-Sector Research* e o *Third Sector Research Centre*, todos no cenário internacional.

No Brasil, já existem cursos de pós-graduação *lato sensu*, dedicados exclusivamente ao tema. Como é o caso dos programas de Mestrado Profissional em Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, em Gestão Social e Trabalho da Universidade de Brasília e em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA de Minas Gerais. Contudo, o avanço nas discussões e reflexões teóricas requer

a criação de programas de mestrado e doutorado *stricto sensu*, nos quais as pesquisas possam ir além da solução de problemas relacionados à prática social e dedicarem-se à compreensão do fenômeno. O avanço nas pesquisas sobre o Terceiro Setor também está relacionado com a inserção desse tema em programas já estabelecidos no cenário do desenvolvimento científico brasileiro. Essa inserção é uma das questões que a presente pesquisa busca identificar.

Além desses programas, uma busca textual, realizada em agosto de 2010 na base corrente do Diretório dos Grupos de Pesquisa Brasileiros<sup>13</sup> identificou 71 grupos de pesquisa cadastrados, apresentando a exata expressão “Terceiro Setor” no nome do grupo ou no nome de uma de suas linhas de pesquisa. Dentre esses grupos é possível destacar o Centro de Estudos do Terceiro Setor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), o Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), o Núcleo de Estudos em Administração do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Sobre o Terceiro Setor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Outra forma de exemplificar a expansão é o volume e o status das publicações científicas na área. Taylor (2010) destaca que, alguns pesquisadores, tidos como “líderes”, têm conquistado reputação internacional. O artigo “*The Role of Nonprofit Enterprise*” de Henry Hansmann (1980); o livro “*The Nonprofit Economy*” de Burton Weisbrod (1991); o livro “*America’s Nonprofit Sector: a primer*” de Lester Salamon (1999); o livro “*Defining the Nonprofit Sector: a cross-national analysis*” de Lester Salamon e Helmut Anheier (1997); e o livro “*Global civil society: dimensions of the nonprofit sector*”, uma obra dividida em dois volumes, de Salamon et al. (1999, 2004) têm, em grande parte, definido o campo e atraído aclamação como obras fundamentais.

Taylor (2010) destaca ainda que, segundo o *Google Advanced Scholar*, o conjunto dessas obras acumula mais de três mil citações. Essa parece ser uma informação condizente com a importância de tais obras. Contudo, é interessante lembrar que existem outras formas de levantar o volume de citações, que determinada obra recebe. Tomando como exemplo

---

<sup>13</sup> Base de dados mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (<http://www.cnpq.br/gpesq>).

a base de dados *Web of Science*<sup>14</sup>, até setembro de 2010, o artigo “*The Role of Nonprofit Enterprise*” de Henry Hansmann (1980) recebeu 425 citações.

Autores brasileiros, tais como: Leilah Landim Assumpção, que em 1993 publicou o livro “Para Além do Mercado e do Estado”; Ruben César Fernandes, que em 1994 publicou o livro; “Privado, porém público”; e Andrés Falconer, que em 1999 defendeu a tese de doutorado intitulada “A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão” junto à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo são considerados pioneiros no uso da expressão e as primeiras referências citadas em trabalhos nacionais (ALVES, 2002).

Ainda sobre a expansão da literatura sobre Terceiro Setor, os periódicos científicos dedicados exclusivamente ao tema também se destacam. Taylor (2010) cita o *Annals of Public and Cooperative Economics*, patrocinado pelo *International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy* (CIRIEC); o *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* (NVSQ), revista oficial da *Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action* (ARNOVA); e o *Voluntas (International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations)* o periódico científico oficial da *International Society for Third-Sector Research* (ISTR).

Interessante destacar o trabalho do periódico *Annals of Public and Cooperative Economics*, que desde 1908 se dedica à divulgação do desenvolvimento teórico e empírico de pesquisas sobre economia pública, cooperativa ou sem fins lucrativos. Vidal (2010, p. 67, tradução nossa) menciona que de 1975 à 2007, os artigos, que tratam da temática do Terceiro Setor, publicados nesse jornal aumentaram 56 %. Outro periódico de destaque é o *Voluntas*, que desde 1990 vem conquistando prestígio internacional, como umas das principais referências científicas sobre o Terceiro Setor. Desde 2002, ano em que uma versão online do periódico foi disponibilizada na Internet, o número de downloads de artigos aumentou cerca de 80% (TAYLOR, 2010).

Além do reconhecimento entre pesquisadores do Terceiro Setor, esses periódicos também são reconhecidos por outras áreas, assim como pela Ciência da Informação. Todos são indexados por serviços internacionais, tais como: CSA, EbscoHost, Elsevir BV, Gale, OCLC e ProQuest.

---

<sup>14</sup> Base de dados referenciais de âmbito internacional, composta pelo *Science Citation Index*, *Social Science Citation Index* e *Arts & Humanities Citation Index*, que pode ser acessada por meio do Portal de Periódicos da CAPES ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)).

A expansão da literatura científica sobre o Terceiro Setor vai além do volume de publicações, alcançando também aspectos qualitativos das pesquisas. Hodgkinson e Painter (2003) analisaram os artigos publicados nas edições do *Voluntas*, entre os anos de 1990 à 2002, e os artigos publicados nos anais de conferências da ISTR, realizadas entre os anos de 1994 à 2002, com o objetivo de “examinar o estado das pesquisas sobre Terceiro Setor”.

Os autores identificaram variações, quanto aos temas abordados, às regiões estudadas e os campos disciplinares representados. Novos temas foram incluídos nas pesquisas ou ganharam mais atenção por parte dos pesquisadores. Essas variações refletem os interesses mais atuais do campo.

Temas como “definição do Terceiro Setor”, por exemplo, que chegou a representar 8% dos artigos das conferências ISTR no primeiro período, não ultrapassou 3% em relação ao último (tabela 3). Do mesmo modo, o tema “questões de organização e gestão”, que chegou a representar 22 % do total de artigos publicados no primeiro período das conferências ISTR, caiu para 14% no último (HODGKINSON; PAINTER, 2003, p. 4).

Por outro lado, alguns temas que apresentaram crescimento em relação ao volume total de publicações. O tema “filantropia e voluntariado”, por exemplo, subiu de 11% no primeiro período de conferências ISTR para 17% no último. Os autores atribuem o aumento desse tema em especial, ao ano do voluntariado, que foi celebrado em 2001. Outro exemplo é o tema “o papel do terceiro setor”, que aumentou cerca de um para quatro em todas as edições do *Voluntas* (HODGKINSON; PAINTER, 2003).



**Tabela 3 - Principais tópicos em conferências ISTR e edições do *Voluntas*, 1990 – 2002.**

Conferências ISTR	Percentual de variação entre os períodos			
	Total 1994–2002	1994–96 a 1998–2000	1998–2000 a 2002	1994–96 a 2002
Definição	33	-6	-1	-7
Desenvolvimento e Transição	119	-4	6	2
Organização/Gestão	166	7	-7	0
Filantropia/Voluntariado	113	0	6	6
Impacto de Políticas Públicas	45	-5	1	-4
O Papel do Terceiro Setor	278	11	-7	4
Questões Setoriais	32	1	-2	-1
Relações do Terceiro Setor	128	-7	1	-6
Indefinido	30	3	4	7
<b>Total</b>	<b>944</b>			
Edições do <i>Voluntas</i>	Total 1990–2002	1990–97 a 1998–2000	1998–2000 a 2001–02	1990–97 a 2001–02
Definição	16	-8	1	-7
Desenvolvimento e Transição	37	3	-4	-1
Organização/Gestão	41	-1	0	-1
Filantropia/Voluntariado	40	-7	11	5
Impacto de Políticas Públicas	14	6	-8	-2
O Papel do Terceiro Setor	59	-3	-4	-7
Questões Setoriais	11	2	3	5
Relações do Terceiro Setor	20	7	1	9
<b>Total</b>	<b>238</b>			

FONTE: Hodgkinson e Painter (2003, p. 4).

Além da ampliação de temas, mais países e continentes foram incluídos nos estudos, demonstrando um equilíbrio entre as diferentes regiões do mundo. Inicialmente, os estudos se concentravam na América do Norte, na Europa Ocidental, e no Reino Unido.

No entanto, regiões como África e Ásia têm sido incluídas nos últimos anos (tabela 4). Os textos que focam a região da Ásia e do Pacífico, por exemplo, tiveram uma variação de mais de 10 pontos percentuais entre o primeiro e o segundo período, tanto nas conferências ISTR, quanto nas edições do *Voluntas*.

Hodgkinson e Painter (2003) acreditam que parte das razões para esse crescimento equilibrado se deve ao esforço, tanto da ISTR, quanto dos Editores do *Voluntas* no sentido de dar mais atenção para a Europa Central e Oriental, Ásia e o Pacífico, e América Latina. Os autores destacam ainda o aumento de textos enfocando o Reino Unido, o que, no caso do *Voluntas*, poderia ser explicado pela origem de seus editores. Além disso, proporcionalmente, mais textos de conferências ISTR se concentram sobre a América Latina, que artigos publicados no *Voluntas*.

**Tabela 4 - Enfoque regional em conferências ISTR e edições do *Voluntas*, 1990 – 2002.**

Conferências ISTR	Percentual de variação entre os períodos			
	Total 1994–2002	1994–96 a 1998–2000	1998–2000 a 2002	1994–96 a 2002
África	49	-3	6	3
América do Norte	83	-2	-4	-5
América Latina	143	-5	4	-1
Ásia/Pacífico	112	-2	15	14
Europa Central e Oriental	80	-5	0	-5
Europa Ocidental	128	-1	-9	-10
Indefinido	71	13	-14	-1
Múltiplos Países	134	1	-3	-3
Oriente Médio	32	-1	-1	-1
Reino Unido	91	4	4	8
<b>Total</b>	<b>944</b>			
Edições do <i>Voluntas</i>	Total 1990–2002	1990–97 a 1998–2000	1998–2000 a 2001–02	1990–97 a 2001–02
África	4	1	4	5
América do Norte	69	-14	2	-12
América Latina	12	-3	-1	-3
Ásia/Pacífico	20	-1	14	13
Europa Central e Oriental	28	15	-18	-3
Europa Ocidental	28	-10	3	-7
Múltiplos Países	41	9	-17	-8
Oriente Médio	6	-3	6	3
Reino Unido	30	5	8	13
<b>Total</b>	<b>238</b>			

FONTE: Hodgkinson e Painter (2003, p. 9).

Hodgkinson e Painter (2003) destacam ainda que os campos disciplinares representados, tanto nos artigos das conferências ISTR, quanto nos artigos do *Voluntas*, se ampliaram. Contudo, as tendências de

mudanças entre as disciplinas são mais visíveis nos artigos *Voluntas*, do que nas conferências ISTR.

Geralmente, os campos representados são ciência política, economia, organização/gestão, políticas sociais, políticas públicas, sociologia e em menor escala, história (tabela 5).

Quanto às conferências ISTR, há um número significativo de trabalhos multidisciplinares ou com disciplinaridade indefinida. Isso pode significar um aumento da complexidade dos estudos realizados.

Além disso, a sociologia apresenta índices de crescimento nos três períodos, chegando a seis pontos percentuais; os estudos sobre organização/gestão também apresentam crescimento, chegando a cinco pontos percentuais; já os estudos sobre políticas sociais não têm apresentado crescimento expressivo.

**Tabela 5 - Enfoque disciplinar em conferências ISTR e edições do *Voluntas*, 1990 – 2002.**

Percentual de variação entre os períodos				
Conferências ISTR	Total 1994–2002	1994–96 a 1998–2000	1998–2000 a 2002	1994–96 a 2002
Ciência Política	165	1	-2	-1
Economia	100	-6	2	-4
História	31	-2	1	-1
Multidisciplinares (ou indefinido)	82	13	-7	6
Organização/Gestão	115	-1	6	5
Outros	93	-2	-3	-5
Política Social	104	-5	4	0
Políticas Públicas	99	-3	-3	-6
Sociologia	155	4	2	6
<b>Total</b>	<b>944</b>			
Edições do <i>Voluntas</i>	Total 1990–2002	1990–97 a 1998–2000	1998–2000 a 2001–02	1990–97 a 2001–02
Ciência Política	42	20	-5	15
Economia	37	-6	8	1
História	28	3	-5	-1
Organização/Gestão	25	8	-10	-1
Outros	21	-13	9	-3
Política Social	19	-3	6	3
Políticas Públicas	29	-5	-3	-7
Sociologia	37	-6	-1	-7
<b>Total</b>	<b>238</b>			

FONTE: Hodgkinson e Painter (2003, p. 12).

Sobre os artigos publicados no *Voluntas*, a maior ampliação é registrada para as disciplinas ciência política e políticas sociais. Hodgkinson e Painter (2003) salientam que esse aspecto merece estudos mais aprofundados, para identificar as razões pelas quais essas mudanças nos padrões disciplinares ocorrem. Contudo, segundo eles, a ascensão da sociedade civil e dos estudos de capital social dentro da disciplina de ciência política representa um fator contributivo.

### 3.3 UNIVERSO CONCEITUAL DO TERCEIRO SETOR

Além do número de organizações e centros de pesquisa, volume e diversidade de publicações científicas, cresce também o que se pode chamar de “universo conceitual” do Terceiro Setor. Estudos como os de Alves (2002), França (2002), Lorentzen (2010) e Corry (2010) discutem a diversidade de termos e as novas abordagens conceituais e teóricas encontradas na literatura científica para referenciar o setor, e como essa diversidade influencia as pesquisas na área. Primeiro será apresentada a diversidade de termos e, em seguida, as definições e teorizações sobre o Terceiro Setor.

#### 3.3.1 Diversidade de termos

As expressões mais comuns são caridade, filantropia, voluntariado, Organizações Não-Governamentais (ONGs), setor sem fins lucrativos, sociedade civil e economia social<sup>15</sup>. Cada denominação enfatiza um aspecto do Terceiro Setor ou de suas formas constituintes, deixando de lado outros fatores que também colaboram para o entendimento de sua dinâmica. As diferenças estão relacionadas à construção de um discurso próprio a cada termo, e esses discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos de realidade (ALVES, 2002; FRANÇA, 2002).

Lorentzen (2010) chama os diferentes termos de “rótulos” e afirma que eles representam os paradigmas do setor, fornecendo argumentos ou caminhos para a compreensão do mesmo. São formas coerentes de entendimento das relações entre motivações individuais e associações. Contudo, cada paradigma apresenta aspectos históricos, normativos e ideológicos próprios, além de mudar de um país para o outro. Isso pode gerar um clima de incerteza e imprecisão, além de dificultar as pesquisas que visem estabelecer relações de semelhança entre os países.

Para lançar luz ao assunto e ampliar a compreensão do cenário das pesquisas sobre Terceiro Setor é interessante destacar as principais características desses termos, sublinhando as diferentes conotações e os diversos usos.

---

<sup>15</sup> Alguns leitores podem estranhar a ausência do termo Terceiro Setor. Ele será discutido em uma seção específica (3.4), na qual serão destacadas suas diferentes definições e teorizações.

- a) Caridade: denominação antiga e tradicional que enfatiza o aporte de doações privadas, tanto financeiras, quanto materiais. Segundo Lorentzen (2010), a caridade possui raízes no cristianismo e nas normas de compaixão e simpatia para com os doentes e pobres. Esse autor menciona que, essa abordagem descreve um “ato” de dar esmola ou outras ações benevolentes para com os necessitados sem esperar recompensa material. “A caridade pressupõe uma disposição individual, um sentimento de responsabilidade para com aqueles em pior situação” (LORENTZEN, 2010, p. 23, tradução nossa). A partir do século XVII, o termo também é utilizado para descrever unidades organizacionais que fazem a mediação entre atos e doações de caridade e seus praticantes. Sociedades religiosas, mosteiros, fundos e afins mediam as disposições humanas e simpáticas para com os seres humanos necessitados. Em 1604 com *Charity Uses Act*, também conhecido como o Estatuto de Elizabeth, define os direitos do Estado de isenção fiscal para instituições de caridade na Inglaterra. Essa reforma na lei estabeleceu a primeira linha de demarcação entre o Estado (o Rei) e os esforços civis para com os doentes e pobres. A partir disso, o termo passou a ser amplamente utilizado nos EUA e no Reino Unido, onde o termo *charity* é outorgado às organizações como uma “declaração de utilidade pública” (LORENTZEN, 2010). As críticas a esse rótulo referem-se à conotação pejorativa e ao fato de que as doações caridosas nem sempre constituem a única (ou mesmo a maior) fonte de receitas destas atividades (ALVES, 2002).
- b) Filantropia: esse rótulo é amplamente utilizado nos Estados Unidos e apresenta definição semelhante à caridade. A filantropia pode ser considerada um processo intencional de ação ou doação, que objetiva gerar um bem ou serviço público; um conjunto de comportamentos, em quaisquer contextos, que têm por propósito promover serviços humanitários; e uma esfera de atividade institucional, na qual a promoção de bem público é delegada pela sociedade a organizações que atua fora do aparelho estatal (ALVES, 2002). Já Lorentzen (2010) menciona que, na filantropia cada cidadão possui obrigações morais que não podem ser delegadas ao Estado por atos contribuintes ou voto. Nesse contexto, as associações fora do aparelho estatal e do mercado são necessárias para apoiar o cumprimento dessas obrigações filantrópicas. Na filantropia o aspecto central está na intenção do doador ou do receptor, o que enfatiza uma ação individual, em servir a um

propósito maior para a humanidade, por meio de uma contribuição particular de tempo, energia ou dinheiro.

- c) Voluntariado: esse rótulo é amplamente utilizado no Reino Unido, onde as lutas ideológicas, entre associações assistenciais e o Estado possuem um longo histórico. Lorentzen (2010) lembra que, com a industrialização do século XIX, surge uma nova subclasse urbana, marcada pela pobreza e pelas péssimas condições de saúde, que se tornou objeto do espírito moral da caridade e da filantropia.

O voluntariado se opõe à ação estatal, com o argumento de que a responsabilidade moral para com os seres humanos reposa sobre cada cidadão. Assim, a ênfase do voluntariado está no trabalho dos cidadãos e não nas doações financeiras ou materiais. O trabalho voluntário está baseado em crenças e convicções morais e no livre-arbítrio. Já a ação estatal pressupõe quadros legais, rendimentos fiscais (baseados na autoridade do Estado) e está baseada no trabalho remunerado e no positivismo (científico) do conhecimento (LORENTZEN, 2010, p. 32, tradução nossa). Essa abordagem tem recebido críticas porque, mesmo no Reino Unido, muitas organizações, às quais o termo tem sido aplicado, são dirigidas e operadas por profissionais remunerados (ALVES, 2002).

- d) Organizações Não-Governamentais (ONGs): essa expressão aparece pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, “para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais” (ABONG, 2005). Aparece com maior frequência nos países em subdesenvolvidos, onde é utilizado para designar organizações que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e social nesses países.

Alves (2002) lembra que, na América Latina, por exemplo, o termo ONG foi adotado para designar organizações que surgiram dos movimentos sociais e das lutas contra as ditaduras que se instalaram no continente durante as décadas de 1960 e 1970. Isso confere ao termo uma conotação muito mais politizada nessa região, que em outras partes do mundo.

Esse termo pode se referir a quatro tipos distintos de organizações: **voluntárias**, que têm uma missão social orientada por um comprometimento; **contratadas de serviço público**, que funcionam como empreendimentos sem fins lucrativos, mas de orientação mercantil, com propósitos públicos; **organizações populares**, que representam os interesses dos membros, têm líder e, no geral, são



auto-sustentáveis; e as “gongos” (do inglês, “governmental NGOs”), ou “ONGs governamentais”, que são criadas por governos e servem para vários objetivos de políticas públicas (ALVES, 2002, p 5).

- e) Setor sem fins lucrativos: esse rótulo surge nos Estados Unidos, durante a década de 1970, como forma de estabelecer uma linha de fronteira entre o Estado e sociedade.

Lorentzen (2010) explica que os prestadores de serviços sem fins lucrativos (escolas, hospitais, creches, dentre outros) foram ameaçados por falta de financiamento, expansão de serviços com fins lucrativos, e aumento da dependência do financiamento e controle público. Isso gerou a necessidade de estabelecer linhas de demarcação, pois tanto o Estado como o mercado figuravam como concorrentes das atividades sem fins lucrativos. Essas linhas poderiam, por exemplo, impedir uma sobreposição entre o Estado e entidades sem fins lucrativos.

Lorentzen (2010) menciona também que dois argumentos foram utilizados para legitimar as linhas de demarcação. Primeiro, a “restrição não-distribucional”, como fator de confiabilidade dos serviços, uma vez que os gerentes, por causa dessa restrição, não teriam o mesmo incentivo financeiro para redução de qualidade que os gestores de entidades com fins lucrativos.

Em segundo lugar, a “demanda diferenciada” previa outras formas de resposta para situações em que o governo não produzia tanto quanto, ou o tipo certo, de serviços que as pessoas necessitavam.

Lorentzen (2010) lembra ainda que o sucesso dessa abordagem é atribuído ao avanço político do Neoliberalismo que se seguiu aos mandatos de Ronald Reagan<sup>16</sup> e de Margaret Thatcher<sup>17</sup> e a estratégia de contratação de organizações do mercado, ou do setor sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços públicos de Bem-Estar Social. Essa abordagem formulou as bases para a divisão entre financiamento “público” e “privado” para produção de serviço de Bem-Estar Social, sendo que as associações voluntárias figuram como as instituições mais aptas para a promoção desses serviços (LORENTZEN, 2010).

- f) Sociedade civil: esse rótulo ganha força a partir da década de 1980 e aparece em diversos países. Lorentzen (2010, p. 26-27, tradução nossa) define-o como “uma esfera de interação social distinta da

---

<sup>16</sup> Presidente dos Estados Unidos de 1980 à 1989.

<sup>17</sup> Primeira ministra britânica de 1979 à 1990.

economia e do Estado, composta, sobretudo, de associações (incluindo a família) e seus públicos”. Dentro dessa esfera, os agentes podem debater coletivamente questões de interesse comum, agir em conjunto, fazer valer os novos direitos, e exercer influência sobre a sociedade política.

Lorentzen (2010) menciona que essa abordagem está baseada na ação coletiva e institucionalizada, especialmente em direitos subjetivos que estabilizam a diferenciação social. Ela oferece uma revitalização qualitativa para a compreensão das relações entre o Estado e entidades sem fins lucrativos. As obrigações sociais representam normas apoiadas pela família, comunidade e associações civis. A substituição dessas normas por direitos e serviços públicos corrói obrigações morais e drena as redes de ação civil.

Lorentzen (2010) lembra que, em muitos países, a inspiração para a abordagem civil alimentou uma onda de críticas aos serviços de Bem-Estar Social. Os antigos países comunistas da Europa Oriental, por exemplo, não deixam qualquer espaço para iniciativas não estatais, e não existe espaço associativo fora do aparato estatal. Essa abordagem critica a representação do Bem-Estar Social, como uma forma de patrocínio social na qual o indivíduo é reduzido a um cliente, incapaz de cuidar de si, e que as obrigações morais são transformadas em direitos sociais.

- g) Economia social: essa é uma abordagem anterior ao conceito de Terceiro Setor, mas que só ganha força no final do século XX. Segundo Vidal (2010, p. 61, tradução nossa), a noção de Economia Social foi introduzida pelo economista Charles Gide, em 1905. Os principais componentes dessa abordagem são: cooperativas, mutualidades e associações.

A Economia Social se insere no contexto europeu, sendo amplamente utilizada naquela região, em particular na França. Nesse país o termo está associado à organizações que, fora da França, estão claramente definidas como organizações comerciais, como companhias de seguro mútuo, caixas de depósitos, cooperativas entre outras (ALVES, 2002).

Mesmo aceitando organizações comerciais, essa abordagem enfatiza que elas são essencialmente democráticas, compartilhando um significado formal sobre “ser” associação de pessoas – a noção de governança, que se baseia no “princípio democrático de um voto por pessoa” (VIDAL, 2010, p. 68, tradução nossa).

O centro das discussões sobre Economia Social é o relacionamento entre Estado, mercado e a sociedade. As relações baseadas na colaboração entre o setor privado, o governo e as organizações da economia social são cruciais para a compreensão do perfil dessa abordagem. Isso implica em ultrapassar a noção de setor suplementar, para enxergá-lo como um elemento que está em constante interação com o poder público e o econômico. As iniciativas gestadas na economia social aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, frente à proposta de dominação instituída pelo princípio econômico imposto do capitalismo (FRANÇA, 2002).

Todas essas abordagens, apesar de apresentarem características variadas, algumas vezes até antagônicas, partem de (ou são impulsionadas por) uma mesma tensão entre Estado e sociedade. Segundo Lorentzen (2010, p. 32, tradução nossa), essa tensão emerge durante a década de 1970, período de “expansão do Bem-Estar Social e do ceticismo em relação às burocracias e profissões das áreas da assistência social”. Em outras palavras, o cuidado do Estado com os aspectos sociais estava se expandindo, mas a burocracia comprometia a qualidade dos serviços. O quadro 2, a seguir, destaca os principais aspectos para cada rótulo e estabelece relações entre eles.

Rótulo	Princípio	Característica
Caridade	<b>Ato/Ação</b>	Doações financeiras ou materiais Raízes na compaixão cristã
Filantropia		Comportamento individual de ação ou doação Responsabilidade para com os seres humanos
Voluntariado		Trabalho dos cidadãos Crenças e convicções morais
ONGs	<b>Denominação individual</b>	Entidades de fora do aparelho estatal, que organizam doações ou ações individuais.
Sem fins lucrativos		Estabelece linhas de fronteira (Estado e sociedade)
Sociedade Civil	<b>Denominação coletiva</b>	Delegação de serviços estatais
Economia Social		Esfera de interação (Estado e sociedade) Participação política Relacionamento entre Estado, sociedade e mercado. Governança, democracia

Quadro 2 - Rótulos do Terceiro Setor.

Fonte: Elaborado a partir de Alves (2002), França (2002) e Lorentzen (2010).

Analisando as características dos termos apresentados, a principal constatação é que faltam pesquisas destacando as origens de cada termo, como eles se relacionam e influenciam as pesquisas sobre Terceiro Setor. Isso dificulta a formulação de um conceito unificador e atrasa o avanço do campo. De um modo geral, essas abordagens são destinadas a dar mais visibilidade política às associações e suas propriedades.

Lorentzen (2010) compara as principais características das diferentes abordagens e resume os pontos de convergência e divergência. Segundo o autor, a caridade, a filantropia e voluntariado representam “atos morais”, ou obrigações individuais. Já Salamon e Anheier (1992, p. 130, tradução nossa) destacam que não cabe usar os termos Filantropia ou Setor Filantrópico para designar todo o Terceiro Setor, pois um é parte constituinte do outro. O mesmo raciocínio pode ser direcionado para a caridade e o voluntariado, pois ambos têm o mesmo tipo de ação em favor dos mais necessitados.

Esses atos ou obrigações necessitam de entidades para organizar as doações ou o trabalho das pessoas. Por sua vez, essas entidades atuam em um terreno comum, como provedor de Bem-Estar Social, mas fora do aparelho estatal. Surge, então, a primeira denominação individual para as associações assistenciais – Organizações Não-Governamentais (ONGs), que caracteriza essas entidades como concorrentes do Estado na prestação de serviços públicos (LORENTZEN, 2010).

Em seguida, a abordagem sem fins lucrativos tenta estabelecer linhas de fronteira entre Estado e sociedade. Lorentzen (2010) menciona que, nessa abordagem, as entidades sem fins lucrativos não concorrem com o Estado, mas sim com o próprio mercado de serviços de Bem-Estar Social. O Estado e o mercado possuem públicos distintos, que demandam serviços diferenciados. Assim, as discussões se voltam para a diferenciação dos serviços e para fora do Estado, afastando-se das questões de participação política e democracia.

A abordagem civil acentua as associações como parte da estrutura de formação de opinião da sociedade, nas quais o envolvimento, a participação e a influência tornam-se palavras-chaves. As associações equilibram o poder do Estado e são essenciais no circuito democrático que integram as pessoas, o mercado e as políticas públicas. Dentro dessa perspectiva, a autonomia das associações é fundamental. Para honrar suas funções democráticas, essas entidades precisam de funções independentes, por meio das quais se sintam livres para criticar autoridades e políticos (LORENTZEN, 2010).

Por fim, a economia social figura como uma forma particular de entendimento do papel das organizações que não são nem públicas nem privadas (ou são as duas coisas ao mesmo tempo). Essa abordagem propõe uma reflexão mais complexa sobre o fenômeno. As atividades econômicas devem ser pensadas também como um fenômeno da sociedade e do espaço público. Segundo França (2002), as atividades que não são nem mercantis nem estatais devem ser consideradas como componentes do espaço público. Nesse espaço, o que determina o nível de atuação são as relações entre Estado, mercado e sociedade.

Considerando a expansão do universo organizacional, literário e terminológico do Terceiro Setor é razoável pensar que o tema esteja se tornando cada vez mais complexo e heterogêneo. Nesse contexto, novas formas de entender o fenômeno e pesquisar sobre ele estão emergindo. Além das tradicionais considerações sobre público e privado, outras abordagens podem ser identificadas, conforme exposto a seguir.

### **3.3.2 Definições e teorizações sobre o Terceiro Setor**

As principais abordagens que procuram entender e explicar o fenômeno do Terceiro Setor podem ser agrupadas em duas categorias: definições ontologicamente orientadas, que focam na natureza dos integrantes do setor; e teorizam epistemologicamente orientadas, que focam no tipo de conhecimento ao qual estão vinculadas (CORRY, 2010).

As definições apresentam pontos de vista divergentes sobre quais tipos de organizações fazem parte do Terceiro Setor e quais são excluídas dele. Assim, essa categoria apresenta duas perspectivas: a americana e a europeia. Em contrapartida, as teorizações encaram o Terceiro Setor como uma forma de prática ou processo social. Essa categoria também apresenta diferentes pontos de vista e pode ser subdividida em três perspectivas: a teoria dos sistemas; a teoria do discurso; e a teoria crítica.

Segundo Corry (2010) as definições assumem a existência do Terceiro Setor, como um segmento singular e significativo da sociedade; definem esse segmento o mais claramente possível; e em seguida, investigam sua composição, tamanho e as eventuais relações entre seus agentes com outros setores.

Taylor (2010, p. 1, tradução nossa) corrobora com essa visão, quando menciona que a tarefa central dos pesquisadores do campo tem sido “delinear a composição, o escopo e a estrutura do setor, além de mapear as organizações, primeiro em nível nacional e posteriormente, [...] em nível transnacional e mundial”.

Estabelecer definições pode trazer o risco de se privilegiar uma única perspectiva entre muitas possíveis. As diferentes disciplinas (economia, sociologia, ciências políticas) têm diferentes focos sobre as organizações do Terceiro Setor. A economia, por exemplo, foca a restrição distribucional da riqueza gerada. Já o foco sociológico está nos valores e na motivação dos envolvidos. Os diferentes contextos sociais e geográficos também podem levar a diferentes perspectivas analíticas. Estabelecer uma definição, necessariamente exclui outros modos, pelos quais o Terceiro Setor pode ser entendido e tratado (CORRY, 2010).

As definições ontológicas tratam o setor como um tipo de instituição ou grupo de atores, que compartilham características específicas, ou seja, concebidos como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos agentes. Nessa categoria, as organizações são vistas como indivíduos e o interesse está em compreender sua natureza; traçar sua existência; encontrar metodologias para descobrir a verdade sobre seu ser; e identificar a posição do Terceiro Setor em relação ao Estado e ao mercado (CORRY, 2010).

Teorizações epistemológicas, por outro lado, procuram compreender as formas pelas quais o Terceiro Setor é formado, os diferentes modos de observação que identificam essa formação e o que torna possível ver esse fenômeno de formas diferentes (CORRY, 2010). Em outras palavras, as teorizações observam os modos pelos quais as coisas (estruturas ou organizações) se tornam reais, e como as diferentes perspectivas geram, também, diferentes entendimentos sobre tais coisas. Estudar algo epistemologicamente significa “interrogar as lentes, vocabulários e práticas

que dependam de coerência” (AKERSTOM, 2003 *apud* CORRY, 2010, p. 12, tradução nossa).

As diferenças entre definições e teorizações perpassam a evolução do entendimento sobre o Terceiro Setor e apontam novos rumos para as pesquisas científicas nessa área. O quadro 3 apresenta um resumo das principais características das definições e teorizações sobre Terceiro Setor.

Características	
<b>Definições</b>	<p style="text-align: center;">O N T O L O G I C A S</p> <p><b>Americana</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Setor separado e equilibrado ao Estado e ao mercado.</li> <li>• Organizações com características estruturas e operacionais semelhantes.</li> </ul> <p><b>Europeia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Setor híbrido que combina e conecta-se ao Estado e ao mercado.</li> <li>• Inclui organizações comerciais (cooperativas e mutualidades).</li> </ul>
<b>Teorizações</b>	<p style="text-align: center;">E P I S T E M O L O G I C A S</p> <p><b>Teoria dos Sistemas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma de comunicação, que facilita algumas atividades e obstrui outras.</li> <li>• Qualidades não sistêmicas (ex: valor baseado em motivação).</li> <li>• Não pode ser submetido a um planejamento detalhado e regulamentado.</li> <li>• Processo de negociação/interação entre cidadãos, políticos e agentes econômicos.</li> </ul> <p><b>Teoria do Discurso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma de governar pessoas (governamentalidade).</li> <li>• Falsa liberdade, que cria indivíduos autodisciplinado e autoadaptado ao mercado.</li> <li>• Parte ou ferramenta em favor da ordem Neoliberal dominante.</li> <li>• Reduz Terceiro Setor a um instrumento discursivo de ordenação da sociedade</li> </ul> <p><b>Teoria Crítica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arena de diálogo, contestação ou luta ideológica entre agentes detentores de poder.</li> <li>• Potencial de cooperação ou conflito.</li> <li>• Racionalidade comunicativa (argumento) predomina sobre a instrumental (coerção).</li> <li>• Movimentos sociais promovendo processos deliberativos (verbais ou simbólicos).</li> </ul>

Quadro 3 - Definições e teorizações sobre Terceiro Setor.

Fonte: Elaborado a partir de Corry (2010).

As definições oferecem visões diferentes a respeito do que faz parte do setor e do que dele é excluído. A americana apresenta um setor alternativo, separado e equilibrado ao Estado e ao mercado. Se algo não é essencialmente controlado pela lógica de mercado, nem por uma cadeia burocrática de comando, deve ser do âmbito do Terceiro Setor (ETZIONI, 1973).

Essa definição é usada para distinguir as organizações sem fins lucrativos de outros setores, como o governo e as empresas. Considerando



que o Terceiro Setor seja composto por organizações criadas sob uma base voluntária com objetivos sociais ou comunitários. Na prática, ela designa diferentes tipos de organizações, tais como instituições de caridade, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos de autoajuda, empresas sociais, redes e clubes, que não se enquadram como governos ou empresas.

Além disso, o termo “terceiro” atrai a ideia de uma categoria residual, que não se encaixa em outras categorias. Assim, o Terceiro Setor depende da coerência conceitual sobre as categorias que estão acima dele (CORRY, 2010).

Para fugir dessa visão residual, os pesquisadores exaltam as características das organizações. Etzioni (1973) menciona que o Terceiro Setor é caracterizado por ações, baseadas em valores e compromissos dos indivíduos que operam nele.

Em extensão a essa ideia, Salamon e Anheier (1992) mencionam que o Terceiro Setor pode ser definido considerando-se cinco características estruturais e operacionais, das organizações que o compõem:

[1] Elas são formais, ou seja, possuem uma realidade institucional [...]; [2] São privadas, isto é, institucionalmente separadas do governo [...]; [3] Elas são sem fins de distribuição de lucros, ou seja, os lucros gerados não retornam para os seus proprietários ou diretores [...]; [4] Elas são autogovernadas, ou seja, equipadas para controlar suas próprias atividades [...]; [5] Elas são voluntárias, [...] envolvendo um grau significativo de participação voluntária, quer no comportamento real de suas atividades ou na gestão de seus negócios (Salamon e Anheier 1992, p. 135-136, tradução nossa).

A primeira característica distingue as organizações do Terceiro Setor da informalidade. A segunda e a terceira representam distinções dos organismos estatais e mercadológicos. No contexto norte-americano, essas características também dizem respeito à restrição distribucional das riquezas geradas para aqueles que dirigem as organizações. Isso exclui, por exemplo, as cooperativas. A quarta característica refere-se também a implícita independência do Estado ou dos agentes de mercado. A disposição final da participação voluntária reflete suas raízes em ideias sobre sociedade civil.

Em contraste, a definição europeia não prevê setores separados, nem vê o setor com um corretivo adicional para os pontos cegos de uma economia de mercado. Ao invés de estabelecer linhas de demarcação em

torno de um setor e mapear suas dimensões, essa visão considera o Terceiro Setor como uma forma híbrida de vários tipos de organizações, como empresas e associações, que “entrelaçam diferentes tipos de recursos e conectam áreas distintas” (EVERS, 1995, p. 160 *apud* CORRY, 2010, p.15, tradução nossa).

Segundo Corry (2010), essa rejeição da noção de setores evita a demarcação de linhas de fronteira entre mercado, a arena política e a comunidade de um lado, e o Terceiro Setor de outro. Nessa perspectiva, incluem-se empresas sociais e organismos de Bem-Estar Social, como as cooperativas e a economia popular. Apesar de objetivarem o lucro, essas organizações são guiadas pelo propósito social.

Essas duas definições (americana e europeia) são as mais comuns e produzem grande quantidade de acordos sobre os tipos de organizações que compõem o Terceiro Setor. Elas constituem também a principal base das pesquisas no campo. No entanto, elas sofrem de algumas fraquezas. Como uma categoria residual, o Terceiro Setor se posiciona paralelamente aos dois primeiros, embora não sendo seus iguais. A definição de Terceiro Setor em relação ao Estado e ao mercado (separado ou híbrido) foca na funcionalidade: as organizações sem fins lucrativos preenchem uma lacuna de serviço para os organismos de Bem-Estar Social; e a economia social cobre falas na economia de mercado. Assim, apesar dos seus efeitos potencialmente revolucionários, o Terceiro Setor é acusado de ser domesticado e subserviente a outras forças sociais, em particular o neoliberalismo (CORRY, 2010).

Por outro lado, Corry (2010) considera as teorizações como abordagens alternativas, que tratam o Terceiro Setor como um processo particular de interação ou comunicação entre os diferentes agentes sociais. Ao invés de considerá-lo equivalente ao Estado ou ao mercado, esta abordagem olha para as formas comunicativas, pelas quais as organizações do Terceiro Setor se formam e funcionam. As teorizações também apresentam pontos de vista diferentes: uma forma de comunicação, segundo a teoria dos sistemas; uma forma de ordenar e governar pessoas, segundo a teoria do discurso; e uma forma de luta ou diálogo entre as forças sociais, segundo a teoria crítica.

Em primeiro lugar, estando intimamente associado à ideia de sociedade civil e voluntariado, o Terceiro Setor é considerado como tendo qualidades não sistêmicas, tais como: participação voluntária, valor baseado em motivação e independência do poder de estruturas mais institucionalizadas. Ao contrário do Estado e da economia de mercado, é algo que “difícilmente pode ser submetido a um planejamento detalhado e regulamentado, sem perder algumas das suas qualidades” (CORRY, 2010, p. 10, tradução nossa).

Nesse contexto, as organizações emergem da interação, negociação e processos compartilhados. O Terceiro Setor é considerado como uma forma particular de comunicação entre diferentes agentes sociais, facilitando certas atividades enquanto obstruir outras. A esse respeito, Akerstrom (2008) citado por Corry (2010, p. 16, tradução nossa), considera que

as parcerias promovem uma resposta à crescente diferenciação da sociedade, [...] unindo sistemas de comunicação, de modo que novas possibilidades de parcerias sejam continuamente procuradas.

Nessa perspectiva, as organizações do Terceiro Setor são essencialmente processos de negociação entre cidadãos, políticos ou agentes econômicos. Suas características dizem respeito a uma visão de mundo, mas justo e igualitário. Não estão vinculadas a lógica de mercado ou a hierarquia formal do Estado, mas a capacidade de transgredir essa lógica e hierarquia, fornecendo outras possibilidades de ação.

Em outra perspectiva, a teoria do discurso visualiza o fenômeno como uma forma de ordenação de pessoas e ideias. Essa abordagem sugere que o Terceiro Setor não está livre do poder ou da coerção, sendo “dominado pelas formas contrárias de poder, que restringem a existência dos atores ao que eles podem fazer e dizer” (CORRY, 2010, p. 16, tradução nossa).

Para explicar essa abordagem, Corry (2010) recorre ao filósofo Michel Foucault, que introduz o conceito de “governamentalidade”, como um “sistema interligado de técnicas ou instituições de discurso que permitem que certas práticas floresçam e outras pareçam impossíveis, erradas ou apenas ridículas” (FOUCAULT, 1978 *apud* CORRY, 2010, p. 17, tradução nossa).

Usando esse conceito, Corry (2010) afirma que o neoliberalismo não tem sido visto como um sistema puramente econômico, que permite a livre circulação de indivíduos em mercados, igualmente livres. O neoliberalismo está, na verdade, criando um tipo de indivíduo autodisciplinado e autoadaptado à concorrência e ao consumismo do mercado, e também subserviente a essa ordem social. Essa visão é reducionista em sua própria maneira, reduzindo o Terceiro Setor a um instrumento discursivo que ordena a sociedade. Por outro lado, essa abordagem também é válida, pois, segundo Corry (2010), as forças sociais estão tentando mudar os discursos dominantes da sociedade.

Por fim, a teoria crítica considera o Terceiro Setor como uma zona de diálogo ou de luta entre diversos atores e detentores de poder institucional. Nesse ambiente, as forças sociais disputam a posição

dominante. Segundo Corry (2010), os blocos hegemônicos acendem suas próprias forças contra hegemônicas e vice-versa. Isso permite a dominação da sociedade, mas não está livre de mudanças possam acontecer, quando as forças dominadas conseguem se unir e se afirmar.

Dessa forma, o terceiro setor é visto como um processo potencial de cooperação ou conflito, dependendo das forças sociais em ação. A esse respeito, Kaldor (2002) citado por Corry (2010, p. 18, tradução nossa) considera a sociedade civil como “um processo de negociação ou interação comunicativa (não necessariamente harmoniosa) entre governantes e governados”.

Em um sentido amplo, o Terceiro Setor é visto como um processo, não um ponto final. Nesse processo, a racionalidade comunicativa (força do melhor argumento) predomina sobre a racionalidade instrumental (força da tradição ou da coerção). Assim, os movimentos sociais, as ONGs, as empresas sociais e as cooperativas seriam incluídos ao Terceiro Setor, enquanto promotores de processos deliberativos, verbais ou simbólicos (CORRY, 2010).

O referencial apresentado nesta seção destaca o Terceiro Setor como um campo dinâmico, que envolve diferentes interesses e aspectos sociais, culturais e econômicos. As pesquisas sobre o tema surgem no âmbito dos estudos organizacionais, mas durante sua evolução acabaram por se estender à outras áreas. A análise da produção científica sobre este tema aponta padrões e sinaliza tendências para o desenvolvimento das pesquisas. Pôde ainda identificar as principais áreas que se dedicam ao assunto e descrever a relação entre elas.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A busca pelo conhecimento é uma das características dos seres humanos e está relacionada à necessidade de solucionar problemas cotidianos da sociedade, bem como à curiosidade inerente aos indivíduos, que procuram compreender a realidade que os cerca. Já a construção do conhecimento científico se faz de forma gradual e por meio de procedimentos sistemáticos. Assim, esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados pela presente pesquisa, que por sua vez levaram em conta as características da pesquisa, suas etapas, bem como seus objetivos.

O estudo partiu da identificação e recuperação de referências bibliográficas de dissertações e teses, que tratam da temática do Terceiro Setor, defendidas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, junto ao Banco Teses da CAPES, entre os anos de 1994 a 2009. As referências recuperadas foram analisadas, no sentido de mapear a produção científica sobre Terceiro Setor, por meio de técnicas bibliométricas e cienciométricas, utilizando gráficos e mapas de visualização e representação da informação.

A partir dessa análise e mapeamento foi possível diagnosticar o conhecimento científico sobre Terceiro Setor, produzido no Brasil; identificar as áreas e os cursos que se dedicam ao tema; e caracterizar os padrões da produção científica brasileira sobre esse tema.

Oliveira (2001) menciona que pesquisa científica tem objetivo e finalidade. O objetivo é estabelecer uma série de compreensões no sentido de descobrir respostas para as indagações e questões que existem em todos os ramos do conhecimento humano. Já a finalidade é conhecer e explicar fenômenos que ocorrem nas suas diferentes manifestações e a maneira como se processam os seus aspectos estruturais e funcionais. O autor comenta ainda:

aqueles que se submetem a pesquisar necessitam utilizar uma série de conhecimentos teóricos e práticos, além da capacidade de manipular técnicas, conhecer métodos e outros tipos de procedimentos, com o objetivo de alcançar resultados para as questões e perguntas formuladas (OLIVEIRA, 2001, p. 118).

Sobre essa capacidade de manipular conhecimentos e técnicas, Almeida (2005, p. 161) esclarece que, “a partir da interação e do confronto com a realidade [...] e por meio de suas reflexões, [...] o pesquisador altera,

modifica e transforma o conhecimento organizado”. Isso pressupõe uma interferência, mesmo que indesejada do pesquisador com os resultados da pesquisa. Isso confere ao pesquisador um caráter ativo e não neutro, especialmente para a área de Ciência da Informação.

A interferência de quem estuda com os resultados das pesquisas está constantemente presente no cotidiano de alunos, pesquisadores e profissionais, como uma importante tarefa na elaboração de projetos de pesquisa e também como fonte de atualização (ALMEIDA, 2005).

Os procedimentos metodológicos procuraram assegurar o adequado desenvolvimento da pesquisa, bem como “atestar seu caráter científico e conferir qualidade e validade ao estudo e ao conhecimento resultante” (BRAGA, 2007 p. 18). Nesse sentido, as etapas de desenvolvimento da pesquisa e da escolha dos procedimentos concernem: a caracterização da pesquisa, o delineamento do universo de estudo, as técnicas e instrumentos para coleta de dados, as técnicas de análise e interpretação dos dados e as limitações da pesquisa, conforme exposto a seguir.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando os objetivos propostos, a abordagem de pesquisa e os procedimentos técnicos empregados, este estudo pode ser caracterizado como: quantitativo, exploratório, descritivo e documental.

Estudos quantitativos trabalham com amostras representativas e utilizam técnicas para classificar fenômenos, de acordo com sua frequência e distribuição. Flick (2004, p. 18) salienta que a pesquisa quantitativa tem por objetivo “isolar claramente causas e efeitos, operacionalizar corretamente relações teóricas, medir e quantificar fenômenos, criar planos de pesquisa (que permitam a generalização de descobertas) e formular leis gerais”.

Como exploratório, sua principal função foi realizar uma primeira aproximação, criar maior familiaridade e apresentar uma visão geral a respeito do fenômeno analisado (SANTOS, 2004). A natureza da pesquisa exploratória é de sondagem e realiza investigações em áreas em que haja pouco acúmulo de conhecimento. Sua finalidade é “descrever, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2002, p. 43).

Ainda sobre a pesquisa exploratória, Braga (2007) afirma que:

a pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideais ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com

pouco ou nenhum estudo anterior. Esse tipo de pesquisa não tem o objetivo de testar uma hipótese, mas de procurar padrões. Não costuma produzir resultados muito conclusivos ou respostas para determinados problemas, mas indica pesquisas futuras (BRAGA, 2007, p. 25).

A respeito de estudos que exploram bases de dado, como o Banco de Teses da CAPES, Kobashi e Santos (2006, p.2) salientam que “analisar, descrever e formular indicadores para a produção científica que elas armazenam tem o sentido de rememorar e reavaliar a atividade científica desenvolvida na universidade”. Essa intenção de rememorar e reavaliar pode auxiliar ainda na identificação de tendências para a produção científica para uma determinada área do conhecimento, uma região ou país.

Como pesquisa descritiva, o principal objetivo desse estudo foi identificar e descrever as características e os padrões da produção científica brasileira sobre Terceiro Setor (GIL, 2002), representada por dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, de todas as regiões do país, que sejam reconhecidos pela CAPES e se encontrem indexados em seu Banco de Teses.

A pesquisa descritiva também envolve a observação, registro, análise e interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador, ou seja, os fenômenos são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. A pesquisa descritiva possibilita ainda o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação (BRAGA, 2007). Assim, o presente estudo visa identificar, classificar e estabelecer relações entre variáveis como: área de estudo, curso, região, ano de publicação, entre outras.

Enquanto exploratório e descritivo “baseado em uma amostra grande e representativa” as metodologias mais adequadas são a análise histórica, o levantamento (*survey*) em fontes secundárias, como informações bibliográficas e documentais, apoiados por análise por meio de softwares estatísticos (BRAGA, 2007, p. 25).

Os procedimentos de coleta de dados também caracterizam o estudo como uma pesquisa documental, ou seja, as informações coletadas se restringem a documentos. Esses documentos se constituem em fontes primárias ou secundárias. As primárias são compiladas na ocasião pelo autor (documentos de arquivos públicos ou privados, cartas, contratos, entre outros), as secundárias são transcritas de fontes primárias contemporâneas (relatórios de pesquisa, como dissertações e teses, entre outros) (MARCONI; LAKATOS, 2007).

## 4.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O contexto do presente estudo refere-se aos produtos da pesquisa científica, materializados em dissertações e teses, produzidas no Brasil, no período de 1994 a 2009, que tratam da temática do Terceiro Setor. Estudos semelhantes delimitaram o universo à regiões geográficas, áreas de pesquisa e cursos específicos. Giustina (2005) realizou um estudo sobre a produção científica em empreendedorismo, limitando o universo aos cursos de administração da região sul do país e reconhecidos pela CAPES.

Momm (2009) estudou a institucionalização social e cognitiva do turismo, enquanto campo de estudo. Para isso, analisou dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES, que se dedicam ao turismo ou áreas correlatas. Ao contrário desses estudos, a presente pesquisa não se limita a regiões geográficas ou a áreas do conhecimento. Seu interesse está justamente em identificar a diversidade de regiões, áreas de estudo e ainda os cursos nos quais os estudos foram realizados. Isso contribuirá para alcançar os objetivos propostos.

Devido à falta de estudos anteriores, optou-se por levantar todas as referências, desde a primeira aparição da expressão Terceiro Setor. O recorte temporal vai de 1994, ano que aparece a primeira referência sobre a expressão, até 2009. Assim, o universo da pesquisa está contido em 574 referências identificadas junto ao Banco de Teses da CAPES<sup>18</sup>. Dessas referências, 483 são dissertações e 91 são teses.

Optou-se por dissertações e teses, pois, segundo Kobashi e Santos (2006, p. 29),

analisar a produção científica, a partir de artigos científicos pode não contemplar as peculiaridades da [...] pesquisa nas diversas áreas do conhecimento. Certas áreas privilegiam a comunicação por meio de livros [...] ou trabalhos publicados em anais de eventos, sendo secundária a publicação de artigos em periódicos científicos. Avaliar a produção científica por meio da mensuração de artigos publicados em revistas internacionais de alto impacto parece não ser suficientemente potente para dar conta da produção científica efetiva de cada país.

---

<sup>18</sup> <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.



Esses autores comentam ainda que, no caso brasileiro, a análise por meio de dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* pode fornecer dados preciosos sobre a pesquisa feita no país. Esses programas são instâncias altamente institucionalizadas e sistematicamente avaliadas, que criam repositórios com fins administrativos e para responder as avaliações. Esses repositórios formam uma significativa massa de dados sobre a produção brasileira. Parte desse material é também publicado sob a forma de artigos ou livros. Assim, as dissertações e teses representam informações bastante confiáveis para mapear temas, orientadores e linhas de pesquisa e transformá-los em indicadores (KOBASHI; SANTOS, 2006, p. 29).

### 4.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DOS DADOS

A primeira fase da coleta de dados diz respeito à recuperação das referências bibliográficas de dissertações e teses defendidas em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES. Essa recuperação envolveu uma estratégia de busca, cujo objetivo foi garantir um amplo levantamento de referências. Inicialmente foram identificadas bases de dados que contemplam dissertações e teses brasileiras. A partir do Portal de Periódicos CAPES (<http://novo.periodicos.capes.gov.br>), em suas áreas de “Metabusca” e “Buscar base” foi possível identificar 58 bases, utilizando-se como critérios o tipo (dissertações e teses) e a origem da base (nacionais), conforme ilustram as figuras 6 e 7.

Em seguida realizou-se um pré-teste, considerando quatro das 58 bases identificadas: o Banco de Teses da CAPES; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP); e Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A razão para escolha dessas bases foi que as duas primeiras têm objetivo de cobrir as referências em nível nacional, e as demais representarem unidades individuais de produção.

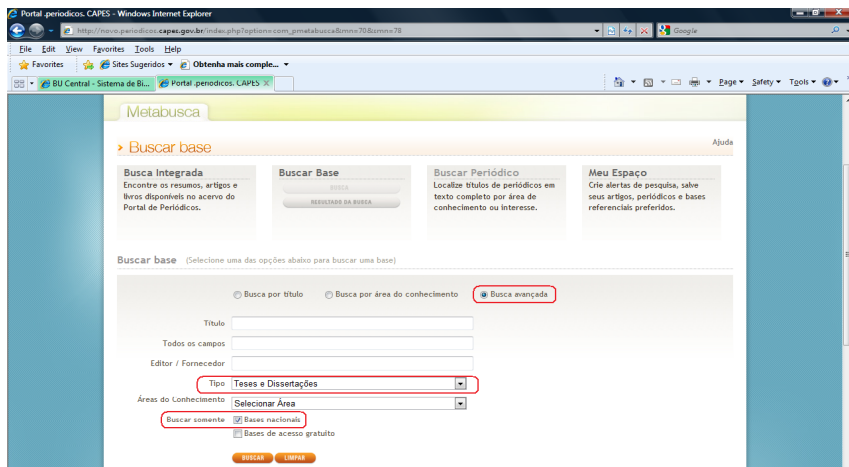


Figura 6 - Busca por bases.

Fonte: Portal de Periódicos CAPES (2010).

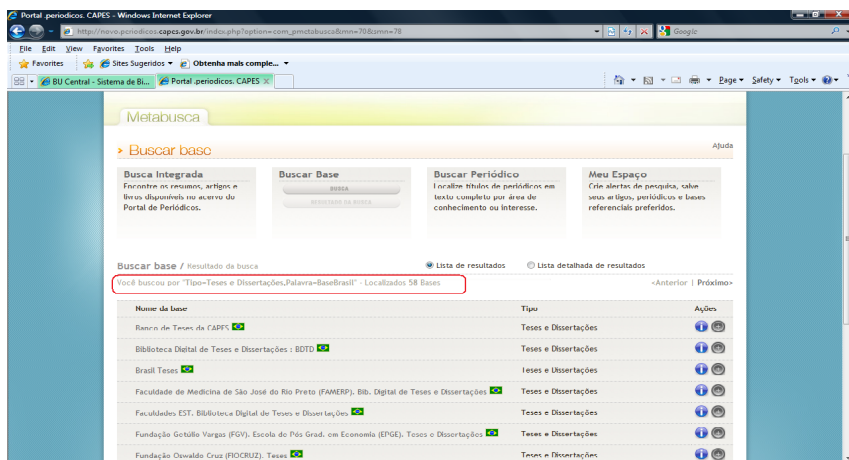


Figura 7 - Resultados da busca por bases.

Fonte: Portal de Periódicos CAPES (2010).

As buscas dentro de cada base priorizaram os campos “palavras-chave”, “assunto” e “título” respectivamente. Assim, quando as ferramentas de busca oferecidas pelas bases permitiram, a consulta foi realizada no campo “palavra-chave”. Caso a base não admitisse busca nesse campo, a consulta era realizada, então, no campo “assunto”, e assim sucessivamente. Foram realizadas consultas em cada base, considerando-se a exata expressão “Terceiro Setor”. O resultado dessas consultas (tabela 6) aponta para uma concentração de dados no Banco de Teses da CAPES.

Tabela 6 - Número de Dissertações e Teses

BASES	Número de Referências Identificadas		
	Dissertações (D.)	Teses (T.)	Total
CAPES	547	96	643
IBICT	134	17	151
USP	10	5	15
UFSC	17	-	17

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa (2011).

Analisando esses resultados prévios, optou-se por utilizar o Banco de Teses da CAPES. A escolha se deve ao fato de que essa base concentra o maior volume de referências, permite consultas pela expressão exata no campo assunto e filtra as referências entre dissertações e tese (figura 8). Essa base apresenta ainda as principais informações para análise sem a necessidade de acessar o documento original. Além dos campos com registros de dados físicos dos documentos como: autor, título, anos de defesa, nome do programa de pós-graduação e instituição de ensino, a base oferece também campos com registro de dados semânticos, como resumos e descritores dos documentos (palavras-chave e áreas do conhecimento) (figura 9).

The screenshot displays the search interface of the CAPES Banco de Teses. It features several search criteria sections:
 

- AUTOR:** A text input field for the author's name.
- ASSUNTO:** A text input field for the subject, with a red box highlighting the field and the 'expressão exata' radio button selected.
- INSTITUIÇÃO:** A text input field for the institution name.
- NÍVEL/ANO BASE (opcional):** A dropdown menu for selecting the level and year, with a red box highlighting the field and 'Doutorado' selected.

 At the bottom, there are buttons for 'Pesquisar', 'Exemplo', and 'Limpar'. The footer contains copyright information and technical details.

Figura 8 - Interface de busca.

Fonte: Banco de Teses da CAPES (2010).

A partir da definição da base para pesquisa, a terceira etapa foi a de compilação dos dados de cada referência, e a reformatação desses dados para a constituição de uma base *ad hoc*. A figura 9 mostra a estrutura de dados do Banco de Teses da CAPES, que é composta pelos elementos: Autor, Título, Data de defesa, Volume, Número de folhas, Nível de graduação, Instituição de Ensino, Nome do Programa, Orientador, Biblioteca Depositária, E-mail do Autor, Palavras-Chave, Área(s) do Conhecimento, Banca Examinadora, Linhas de Pesquisa, Agência(s) Financiadora(s), Idioma, Dependência Administrativa e Resumo.

The screenshot shows a web browser window displaying the CAPES Banco de Teses interface. The page title is "BANCO DE TESES" and the search results are for a thesis by Adelaide Ferreira Coutinho. The abstract discusses the role of Non-Governmental Organizations (ONGs) in social education for the poor in Brazil from 1992 to 2002. The interface includes a search bar, navigation buttons like "Voltar" and "Entrar", and a list of search criteria.

**RE SUMO**

**ADAIDE FERREIRA COUTINHO. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A EDUCAÇÃO OFERECIDA AOS POBRES: DO CONSENSO DA OFERTA À AÇÃO PRIVATIZANTE. 01/05/2005**

Tp. 379v. Curitiba: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - EDUCAÇÃO

Orientador(s): MARIA DOMINHA DE ALMEIDA

Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL DO CCSA

Email do autor:

**Palavras - chave:**

ESTADO, EDUCAÇÃO, ONGS, POBREZA

**Área(s) do conhecimento:**

EDUCAÇÃO

**Banca examinadora:**

ALDA MARIA DUARTE ARAUJO CASTRO  
ANTONIO CARVALHO NETO  
DENISE CAMARA DE CARVALHO  
ELZA MARIA FRANCO BRAGA  
SILVA MARIA DA TRINDADE FRESTES  
MARIA DOMINHA DE ALMEIDA  
MELANIA MENDONÇA RODRIGUES

**Linha(s) de pesquisa:**

4.1 POLÍTICA E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO; DESENV. ESTUDOS E PESQ. SOBRE TEMÁTICAS RELACIONADAS ÀS POLÍ. EDUCACIONAIS EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E CONTEXTUALIZADA; CONTEMPLA OS EIXOS: POLÍ. E EXPERIÊNCIAS EDUC. EDU E TRAB. EDUC. E ENS. MUNIC. E RURAL; POLÍ. DE FORMAÇÃO DE DOCENTES, FNAN. E GESTÃO

**Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**

CAPES - Outros

**Idioma(s):**

Português

**Dependência administrativa**

Federal

**Resumo tese/dissertação:**

Este trabalho desenvolve uma reflexão sobre a atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no cenário das políticas sociais, privilegiando a educação básica dirigida aos pobres no Brasil, no período de 1992 a 2002. Trata-se de uma temática relevante, particularmente pela importância que as ONGs assumem, tanto no plano internacional quanto em âmbito nacional. Trata-se do pressuposto de que as ONGs são instrumentos de controle (social) para frearem as demandas sociais em direção ao Estado, especialmente no que se refere à educação básica destinada à pobreza. Reflete-se sobre o processo de reconhecimento e expansão das ONGs como reflexo de uma conjuntura política e econômica que deu origem à reforma do Estado. Não que atreva o campo das políticas sociais. O exame dessas relações complexas somente foi possível pela catalogação das mediações necessárias para desvendar a construção do terceiro setor, com destaque para as ONGs. Nesse movimento, consideram-se dados relevantes da realidade, para denunciar a amplitude desse fenômeno, com uma breve referência a suas origens, aos impactos de suas ações conjunturais, registrando-se as múltiplas faces dessas Organizações e os elementos constitutivos do debate entre diferentes visões quanto à questão do terceiro setor, tendo as ONGs como parte de sua composição. Para tal alcance, prioriza-se o registro de documentos e publicações das ONGs e do governo. A partir desse material, analisam-se os produtos que estas organizações anunciam em correspondência com as necessidades das segmentos sociais a quem prestam seus serviços, considerando-se a conjuntura social, política e econômica brasileira. Escolheu-se o Estado do Maranhão como exemplo desse contexto, pelos altos índices de pobreza e baixo desempenho escolar, e também por ser o espaço onde se vem expandindo a ação das ONGs na implementação das políticas sociais. Conclui-se que as ONGs procedem de modo a fortalecer as teses que fundamentam a diminuição da ação estatal na responsabilidade pela educação pública, gratuita e com qualidade social, princípio que está sendo negociado por meio da ação das parcerias.

Para alterar os dados da tese, digite o CPF:

Entrar

Figura 9 - Resultados da busca por bases.

Fonte: Banco de Teses da CAPES (2010).

A figura 9 mostra que alguns elementos não estão devidamente formatados, ou seja, a base não está preparada para a realização de estudos bibliométricos e cientiométricos. Os campos Autor, Título, Data de defesa, Volume, Número de folhas, Nível de graduação, Instituição de Ensino e Nome do Programa estão agrupados como um dado único. Assim, foi necessário realizar uma reformatação dos dados, no sentido de separar e identificar cada um desses campos. Essa tarefa foi realizada a partir do Microsoft Word, sendo que parte do trabalho de organização e tratamento dos dados coletados foi realmente feito por meio desse software.

Contudo, devido ao volume de dados será necessário utilizar um software específico para reformatação de textos – o Infotrans. Esse software foi desenvolvido pela empresa alemã I+K e permitiu o rearranjo automatizado da estrutura dos dados compilados do Banco de Teses da CAPES (figura 9), de modo a facilitar o trabalho de análise. O resultado desta reformatação (figura 10) serviu de base para o trabalho de outros softwares, que fazem a análise bibliométrica e cienciométrica.

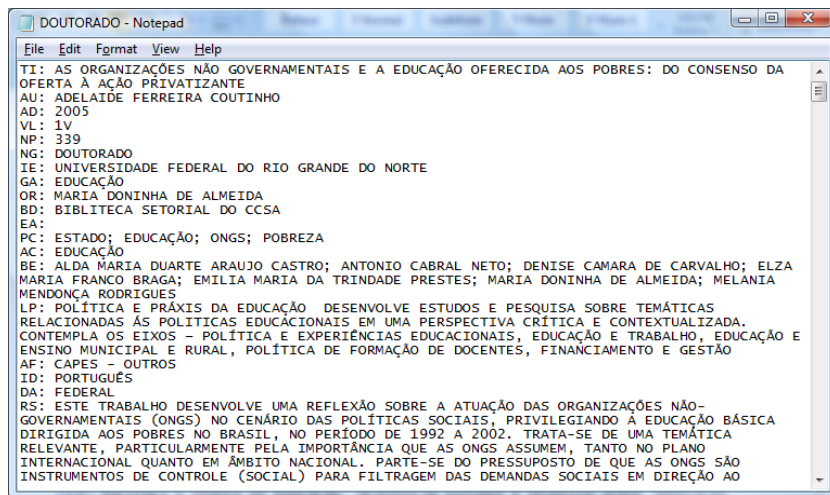


Figura 10 - Estrutura da base *ad hoc*.

Fonte: Adaptado do Banco de Teses da CAPES (2010).

A partir da construção da base *ad hoc* foi possível gerar indicadores e mapas de visualização para mostrar a evolução da produção científica sobre o Terceiro Setor, desenvolvida no Brasil.

#### 4.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados envolveu, inicialmente, uma preparação e descrição do material bruto, pois, na opinião de Contandriopoulos *et al.* (1994, p. 90), “todos os estudos utilizando dados quantitativos, independente das questões ou hipóteses da pesquisa, requerem análises descritivas”. Os constantes avanços da informática têm possibilitado o desenvolvimento de uma série de ferramentas que agilizam o processamento de documentos, favorecendo a execução dessa tarefa inicial.

Entretanto, especificamente para análises bibliométricas e cienciométrica, ainda são escassos os programas que possibilitam análises mais detalhadas e que combinem diferentes tipos de indicadores. Dentre os poucos programas disponíveis, cabe ressaltar o *Dataview*, elaborado pelo *Centre de Recherche Rétrospective de Marseille* (CRRM) da Universidade Aix-Marseille II, na França. Esse software multiplica as possibilidades de análises, facilitando o processamento da informação e apresentação dos resultados. Ele permite gerar listas e matrizes para contagem simples e análise da co-ocorrência de palavras.

Os dados processados por esse software podem ser usados em outros softwares de análise estatística, como o *Statistic* desenvolvido pela empresa americana *StatSoft Incorporation*, que permite a elaboração de gráficos e mapas de visualização.

#### 4.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, alguns aspectos podem ocasionar limitações ao estudo. Características da área, do tipo de estudo escolhido, dos instrumentos e técnicas definidos ou ainda dos dados coletados para pesquisa, que são explicitados a seguir.

Um aspecto importante foi a própria utilização do termo “Terceiro Setor” para consultar as bases de dados. Essa escolha envolveu um recorte em termos de posicionamento teórico e de conteúdo dos documentos recuperados para análise. Esse recorte incorre em um viés das pesquisas sobre o tema, que reflete alguns dos resultados encontrados. Como exemplo é possível mencionar a distribuição temporal identificada e o domínio da área de ciências sociais aplicadas.

Os dados indicam que as pesquisas iniciaram em 1994. Contudo, sabe-se que alguns autores já pesquisavam o tema em períodos anteriores. Leilah Landim defendeu sua dissertação, intitulada “A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissionalização sem nome”, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1988, mas a autora não utilizou o termo “Terceiro Setor”. Essa limitação ocultou outros autores, tais como: Fernando Guilherme Tenório da FGV e Tânia Maria Diederichs Fischer da UFBA, por não citarem o termo em seus trabalhos.

Os dados escolhidos para análise também representam uma limitação do estudo. Neste estudo foram abordados aspectos de natureza externalista, bem como internalista. Os externalistas foram tratados com maior profundidade e visam quantificar dados como: a distribuição

temporal e geográfica da produção científica (quando e onde os estudos foram realizados); o comportamento dos pesquisadores e a participação dos centros de pesquisa (quem foram os autores e avaliadores estudos e em quais instituições foram realizados); as áreas do conhecimento representadas (áreas às quais os estudos estão vinculados).

Já sobre os aspectos internalistas foi realizada uma aproximação, visando caracterizar o conteúdo dos trabalhos científicos, quantificando dados como os termos utilizados pelos pesquisadores para descrever as pesquisas no que se refere às áreas do conhecimento as quais essas pesquisas estão relacionadas e as palavras-chave, que indicam os temas abordados pelas pesquisas. Não foram incluídos dados sobre o referencial teórico e metodológico, bem como sobre os resultados alcançados pelos estudos analisados, devido à inviabilidade de acesso aos documentos completos. Essa escolha de dados analisados também se configura como uma limitação para o estudo.

Contudo, a limitação mais expressiva foi a falta de estrutura do Banco de Teses da CAPES, que não prevê a realização de estudos bibliométricos e cienciométricos. Este fato acaba por acarretar diversas limitações. As ferramentas de busca não permitiram o cruzamento de informações, limitando o estudo a expressão Terceiro Setor. A falta de estrutura da base também acarretou um trabalho manual de reformatação dos dados coletados.

A experiência de estudo dessa natureza (GIUSTINA, 2005; MON, 2009) revela que os dados coletados, elaborados pelos autores das dissertações e teses podem apresentar inconsistências, ocasionando um tempo superior ao estimado para organização do *corpus* da pesquisa.

A falta de um vocabulário controlado ou um tesauro específico para o tema (Terceiro Setor) impossibilitou a reindexação semântica das referências recuperadas, impedindo a discussão dos aspectos cognitivos do conteúdo dos documentos e do conhecimento científico que eles representam.





## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados das análises dos registros dos dados bibliográficos obtidos junto ao Banco de Teses da CAPES. A estrutura desse banco de dados (figura 9) foi reformatada para o modelo de referência bibliográfica (Apêndice A). Esse processo permitiu a organização das referências recuperadas em uma base de dados *ad hoc*, sobre a qual foram realizadas as análises.

Inicialmente foram recuperadas 643 referências, sendo 547 dissertações e 96 teses, conforme descrito na *subseção 4.3 Instrumentos e técnicas para coleta dos dados*. Após leitura geral dos títulos dos trabalhos, identificou-se que algumas referências poderiam tratar de temas que não dizem respeito ao Terceiro Setor nos termos deste trabalho. Identificou-se, por exemplo, referências abordando o setor de serviços da econômica (também chamado de terceiro setor).

Para essas referências efetuou-se também a leitura dos resumos, o que pode confirmar, ou não, a exclusão do trabalho do *corpus* da pesquisa. Assim, o número de referências foi reduzido para 483 dissertações e 91 teses, totalizando 574 publicações.

Essas publicações representam parte da produção acadêmica brasileira, que trata do tema Terceiro Setor. Conforme já mencionado na *subseção 2.2 Estudos métricos da informação científica*, as características, o comportamento e a amplitude dessa produção podem ser apontados por meio da mensuração dos dados bibliográficos das dissertações e teses. Esse material bibliográfico representa um segmento específico da literatura científica, denominado *literatura cinzenta*, cujas características foram discutidas no *item 2.2.1 Literatura: o registro da informação científica*.

O mapeamento da produção científica sobre Terceiro Setor abrange cinco aspectos: i) a distribuição temporal e geográfica das dissertações e teses; ii) o comportamento dos pesquisadores envolvidos, representados pelos autores, orientadores e avaliadores dos documentos; iii) a participação dos centros de pesquisa, representados pelas instituições de ensino, programas de pós-graduação e linhas de pesquisa, nos quais os estudos foram realizados; iv) as áreas do conhecimento que se dedicam ao assunto, conforme a classificação dos programas de pós-graduação realizada pelas CAPES; e v) os termos utilizados pelos autores para descrever as pesquisas realizadas. Esses aspectos são apresentados individualmente a seguir.

## 5.1 DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL E GEOGRÁFICA

Essa distribuição não é uniforme e apresenta crescimento e oscilações variáveis, como mostra o gráfico 1 a seguir

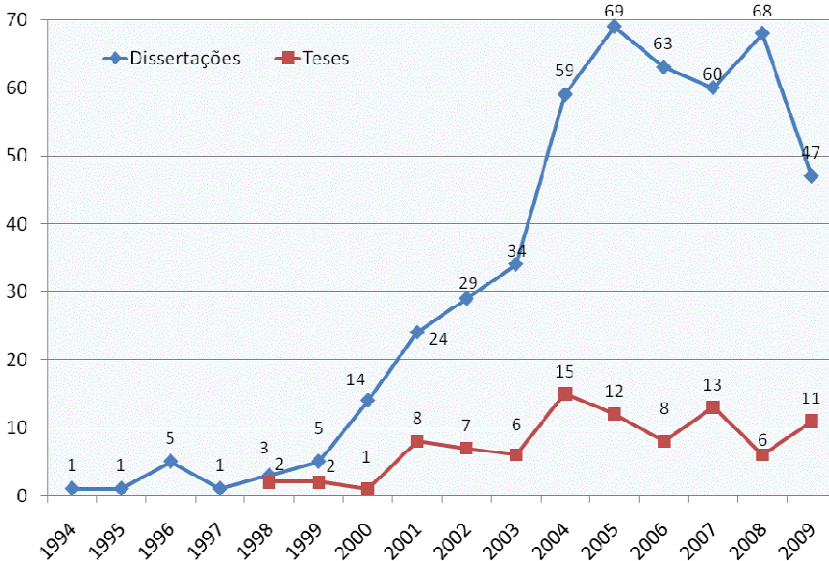


Gráfico 1 - Distribuição anual das dissertações e teses.

Fonte: dados da pesquisa (2011)

O gráfico 1 mostra que a produção inicia em 1994 com a defesa da primeira dissertação. Considerando o tempo necessário para produção de uma dissertação, é razoável pensar que as pesquisas sobre Terceiro Setor, em nível de mestrado, tenham iniciado em torno de 1992. Tendo em vista que o surgimento do termo Terceiro Setor, tenha ocorrido nos Estados Unidos em 1973, conforme descrito na *seção 3 Pesquisas sobre Terceiro Setor*, observa-se então, um intervalo de tempo decorrido de quase duas décadas entre o surgimento do termo e sua utilização nas pesquisas em nível de mestrado no Brasil.

Nos primeiros anos são produzidas apenas dissertações e em um volume incipiente. Apesar do pico em 1996 com cinco trabalhos defendidos, entre os anos de 1994 e 1998 foram produzidas onze dissertações, o que representa apenas 2,3% do total de trabalhos defendidos durante todo o período analisado.

A partir do ano 2000 observa-se que a produção de dissertações se eleva acentuadamente. Entre 1999 e 2005 a produção salta de cinco para 69 defesas por ano. Durante esse período são defendidas 234 dissertações, o que representa 48,4% do total produzido no período analisado. O período seguinte, compreendido entre os anos 2005 à 2009 foi o mais produtivo, mesmo apresentando oscilações.

As teses começam a ser produzidas em 1998, exatamente quatro anos após a defesa da primeira dissertação. Considerando o tempo necessário para produção de uma tese, é também razoável pensar que as primeiras pesquisas sobre o Terceiro Setor, em nível de doutorado, tenham iniciado a partir da defesa da primeira dissertação.

A elevação da produção de dissertações e o início da produção de teses coincidem com o período de publicação dos principais instrumentos jurídicos, regulamentando a atuação das organizações sem fins lucrativos no Brasil. Conforme exposto na *seção 3 Pesquisas sobre Terceiro Setor*, a Lei 9.637/98, conhecida como a Lei das Organizações Sociais e a Lei 9.790/99, conhecida como a Lei das OSCIPs, trouxeram reconhecimento e um aparato legal para compor o cenário institucional do Terceiro Setor brasileiro. A partir desse período a produção de dissertações e teses sobre o tema parece ganhar força.

Assim como no caso das dissertações, a produção de teses é incipiente nos primeiros anos. Entre 1998 e 2000 foram produzidas cinco teses, o que representa 5,5% do total de teses defendidas durante todo o período analisado. A produção de teses não apresenta o mesmo ritmo de elevação que a de dissertações. Em 2001 há uma elevação considerável, quando a produção salta de uma para oito defesas por ano. A produção de 2001 representa 8,8% do total de dissertações analisadas. Contudo, nos anos seguintes observa-se uma oscilação irregular com a produção atingindo um mínimo de seis defesas em 2003, chegando a um máximo de 15 em 2004 e novamente atingindo o mínimo de seis em 2008.

Sobre a distribuição temporal, destaca-se a proporção entre dissertações e teses ao longo dos anos. Considerando todo o *corpus* da pesquisa, as dissertações representam 84,1% (483) e as teses representam 15,9% (91). Contudo, essa proporção apresenta variações durante o período analisado. Em 1998 a proporção era mais equilibrada (3 dissertações – 60% e 2 teses – 40%), ano seguinte a proporção de teses cai para menos de 30%, devido ao crescimento no o número de dissertações.

Nos anos seguintes, o crescimento na produção de teses não acompanha o das dissertações. Isso fez com que a proporção entre os tipos de documentos oscilasse ainda mais.

Os percentuais de 1998 (40%) e 1999 (28,6%) “puxam” a média das teses para cima. Considerando todo o período analisado (1994 à 2009), o

percentual médio de teses é de 18,8%. Por outro lado, desconsiderando os dois primeiros anos, o percentual médio de teses cai para 15,7%. Essa proporção equipara-se ao percentual do total de documentos analisados nesta pesquisa (dissertações 84,1% e teses 15,9%).

A baixa produção de teses vai ao encontro das ideias de Taylor (2010), quando o autor menciona a subteorização do campo. As pesquisas sobre Terceiro Setor acabam sendo fragilizadas pela falta de reflexões mais aprofundadas, que são próprias das pesquisas de doutorado.

Quanto à distribuição geográfica, foram identificadas dissertações nas cinco regiões brasileiras, mas a região norte não registra produção de teses, como mostra o gráfico 2 a seguir.

Este gráfico apresenta o percentual de participação de cada região, em relação ao total de dissertações e teses produzidas no país. O arco externo do gráfico representa a produção de dissertações e o arco interno a de teses. A região sudeste apresenta os maiores percentuais, tanto para produção de dissertações (56%) como para produção de teses (70%).

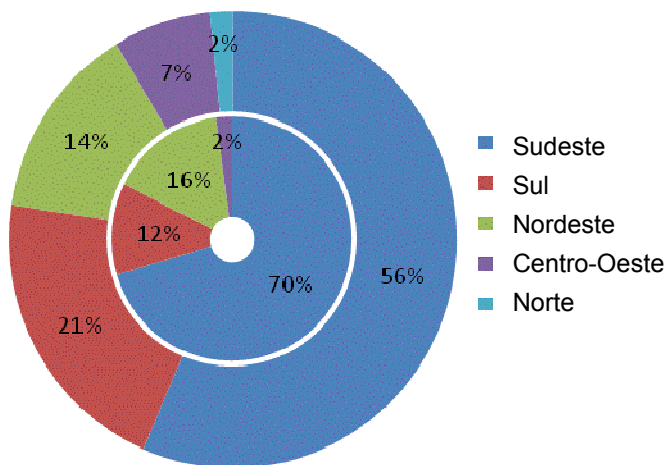


Gráfico 2 - Distribuição regional das dissertações e teses.

Fonte: dados da pesquisa (2011)

Situação semelhante pode ser observada na distribuição estadual da produção acadêmica sobre Terceiro Setor. A produção de dissertações ocorre em 20 dos 26 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Já a produção de teses ocorre em apenas 11 Estados, mais o Distrito Federal. A distribuição entre os Estados é apresentado pelo gráfico 3 a seguir.

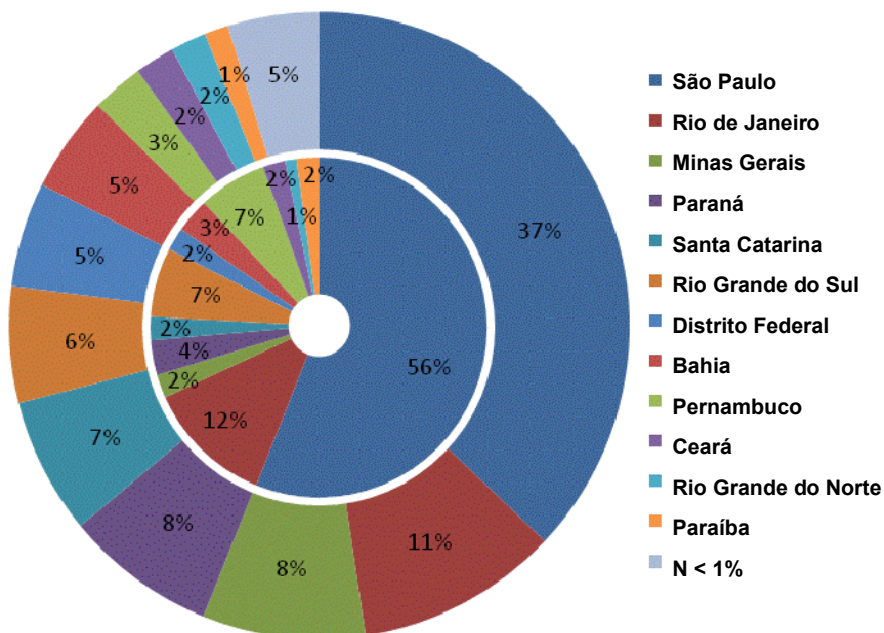


Gráfico 3 - Distribuição estadual das dissertações e teses.  
Fonte: dados da pesquisa (2011).

O gráfico 3 apresenta o percentual de participação dos Estados, em relação ao total produzido no país. Este gráfico também está organizado de modo que o arco externo represente as dissertações e o interno as teses. Os dados mostram que o Estado de São Paulo possui a maior participação na produção, tanto de dissertações (37%) como de teses (56%). O Estado do Rio de Janeiro aparece como o segundo maior produtor de dissertações (11%) e de teses (12%). Esses dois Estados impulsionam o percentual de participação da região sudeste. O Estado de Minas Gerais apresenta o terceiro maior percentual na produção de dissertações (8%), mas é o sétimo na produção de teses (2%).

Rio Grande do Sul (7%), Pernambuco (7%), Paraná (4%) e Bahia (3%) estão à frente do Estado mineiro na produção de teses. Situação semelhante ocorre com o Estado de Santa Catarina, que é o quinto na produção de dissertações (7%), mas o oitavo na produção de teses (2%). Os demais Estados apresentam produção inferior a 1% e quando somados atingem 5% do total nacional e estão representados pela letra N.

A comparação entre a distribuição geográfica das pesquisas sobre Terceiro Setor e das organizações que se declaram como sendo sem fins lucrativos revela um dado interessante. O relatório das Fundações Privadas

e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), já mencionado na subseção 3.2 *Expansão do Terceiro Setor*, apresenta a distribuição geográfica das organizações que compõem o Terceiro Setor no cenário brasileiro.

Essa comparação demonstra que existem estados e regiões em que o número de pesquisas é, proporcionalmente, maior que o número de organizações e vice-versa. Para explicitar essa situação, o gráfico 4 apresenta a distribuição regional do total de dissertações e teses identificadas pela pesquisa e das instituições listadas pelo diagnóstico das FASFIL. O gráfico está organizado de modo a agrupar regiões onde, proporcionalmente, o volume de produção científica é maior que o número de organizações.

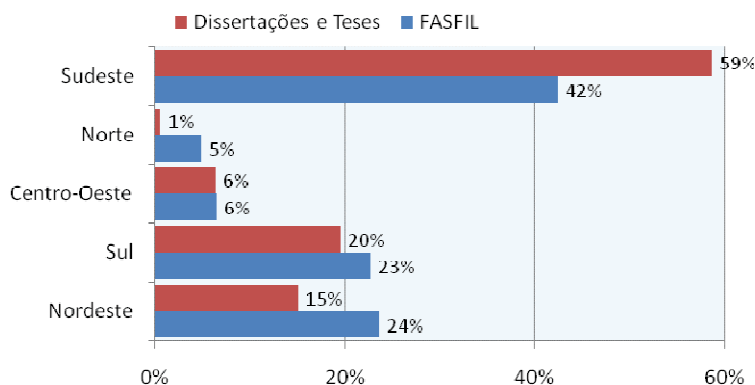


Gráfico 4 - Distribuição regional do número de FASFIL e da produção acadêmica sobre Terceiro Setor.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Observa-se que a região sudeste (parte superior do gráfico) concentra o maior volume de pesquisas e também número de FASFIL. Isto é, mais de 59% das pesquisas e mais de 42% das organizações se concentram nesta região. Observa-se também que, proporcionalmente, esta região concentra mais produção científica que organizações. Nas demais regiões essa proporção se inverte, ou seja, o número de organizações é, proporcionalmente, superior ao volume da produção científica. A região sul, por exemplo, concentra 20% das pesquisas e 23% das organizações, já a região nordeste concentra 15% das pesquisas e 24% das organizações.

A mesma comparação entre a distribuição das pesquisas e do número de FASFIL pode ser realizada, considerando os estados brasileiros, como mostra o gráfico 5 a seguir.

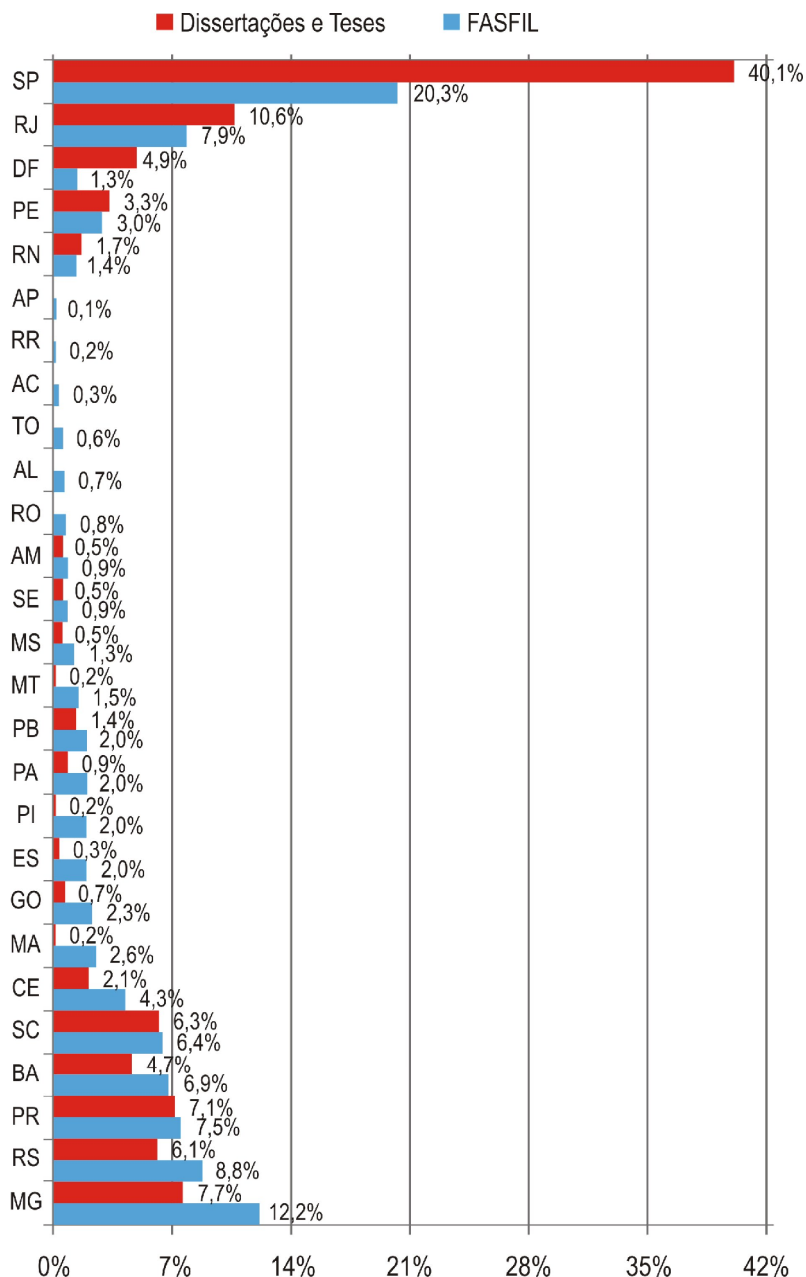


Gráfico 5 - Distribuição estadual do número de FASFIL e da produção acadêmica sobre Terceiro Setor.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Neste gráfico a proporção entre o volume de pesquisas e o número de FASFIL é mais nítida. A posição das barras forma uma curva que se assemelha a uma parábola voltada para o lado direito da página. O vértice desta parábola está deslocado para cima, entre os estados do Rio Grande do Norte (RN) e Amapá (AP).

A área superior do gráfico agrupa os estados nos quais o volume de pesquisas é, proporcionalmente, maior que o número de FASFIL. O Estado de São Paulo (SP) apresenta os maiores percentuais, tanto para as pesquisas (40,1%), como para as FASFIL (20,3%). O estado do Rio de Janeiro (RJ) apresenta o segundo maior percentual de pesquisas (10,6%), mas apresenta o terceiro maior de organizações (7,9%).

Os demais estados, posicionados na área inferior do gráfico, apresentam número de pesquisas, proporcionalmente, inferior ao número de FASFIL. Minas Gerais, por exemplo, apresenta o segundo maior percentual de organizações (12,2%), mas fica atrás do Rio de Janeiro em pesquisas (7,7%).

Considerando que as pesquisas sobre o Terceiro Setor têm sido facilitadas por estudos de caso, análise comparativa e acúmulo de dados empíricos e estatísticos sobre as organizações que o compõem (Taylor, 2010; Corry, 2010), a concentração de pesquisas em alguns estados pode indicar uma saturação. Isso reforça o argumento de Taylor (2010, p.7, tradução nossa), de que as pesquisas sobre Terceiro Setor devem ir além da teoria empírica, buscando uma “abordagem mais explícita com intenção crítica: articular e efetivar uma política mais democrática e emancipatória que, devidamente abrace o surgimento de novas formas de organização, novos métodos de governança, e o advento de uma sociedade civil global”.

Cabe ressaltar que as organizações sem fins lucrativos representam um único aspecto das pesquisas sobre o Terceiro Setor. Além delas, estão envolvidos diversos atores e aspectos sociais, culturais e políticos. Para identificar como as pesquisas abordam essas organizações se faz necessário investigar o conteúdo dos documentos e analisar os objetos de estudo, o universo de pesquisa, bem como as metodologias empregadas.

## 5.2 COMPORTAMENTO DOS PESQUISADORES

O segundo aspecto considerado no mapeamento das dissertações e teses refere-se ao comportamento dos pesquisadores. Foram identificados dois mil e dez (2010) nomes entre autores, orientadores e examinadores das dissertações e teses analisadas.



Os pesquisadores transitam entre essas três funções e não se observa uma concentração expressiva em nenhuma das três funções. No entanto, alguns nomes se destacam conforme a tabela 7 a seguir.

**Tabela 7 - Pesquisadores que se destacaram na produção acadêmica sobre o Terceiro Setor.**

<i>Pesquisadores</i>	<i>Instituição de Ensino</i>	<i>Autor</i>		<i>Orientador</i>		<i>Examinador</i>	
		<i>D.</i>	<i>T.</i>	<i>D.</i>	<i>T.</i>	<i>D.</i>	<i>T.</i>
MARANHÃO, C. H. M. C.	UFPE	1	1				
HECKERT, C. R.	USP	1	1				
SANTOS, D. P. B.	UPM – PUC/SP	1	1				
MILANI, M. A. F.	USP	1	1				
DIAS, M. T. F.	UFMG	1	1				
ARBACHE, N.	UNESP/FR	1	1				
ALVES, M. A.	FGV/SP	1	1	3		3	2
CAMPOS, L. M. de S.	UNIVALI			7			
FISCHER, R. M.	USP			6	3	2	1
JUNQUEIRA, L. A. P.	PUC/SP			4		7	2
DOWBOR, L.	PUC/SP			2		7	3

FONTE: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2011).

A tabela 7 apresenta onze nomes de pesquisadores. Os sete primeiros são autores de dissertações e teses. O fato desses autores terem realizado dissertações e teses sobre o Terceiro Setor indica uma continuidade em sua formação acadêmica. Contudo, o percentual de pesquisadores que apresentam essa continuidade é baixo, apenas 1,2% do total de autores das dissertações e teses. Essa continuidade é mais expressiva quando se observa a atuação de Mário Aquino Alves, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que além de ser autor de dissertação e tese sobre o tema, aparece também como orientador de mestrado e membro de bancas examinadoras de mestrado e doutorado.

Além da autoria destaca-se a distribuição de orientações em relação ao número de orientadores. Segundo Momm (2009), esse aspecto pode sinalizar equilíbrio entre os orientadores e dispersão da produção científica em um campo de estudo. Os dados mostram que, 341 (85,7%) dos orientadores realizaram uma única orientação, 41 (10,3%) realizaram duas, dez (2,5%) realizaram três e seis (1,5%) realizaram entre quatro e sete orientações.

Esses dados sinalizam que o número de orientações está próximo de um equilíbrio entre o número de orientadores. Isso significa também que a produção está dispersa entre os orientadores, tanto para as dissertação como para as teses, como mostra o gráfico 6 a seguir.

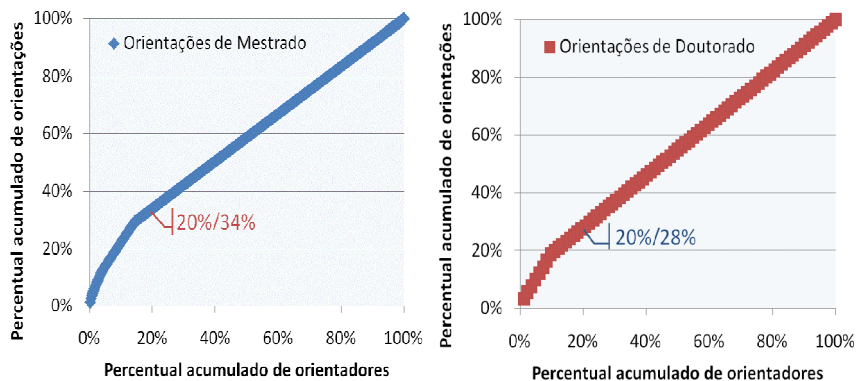


Gráfico 6 - (a) Distribuição das orientações de mestrado; (b) Distribuição das orientações de doutorado.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

O gráfico 6 (a) mostra que 20% (80) dos orientadores cobrem 33% (160) das orientações de mestrado realizadas. Já o gráfico 7 (b) mostra que 20% (16) dos orientadores cobrem 28% (25) das orientações de doutorado realizadas.

Mesmo com a baixa concentração, alguns orientadores se destacam (tabela 7), são eles: Lucila Maria de Sousa Campos, pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí, que aparece com sete orientações de mestrado; Rosa Maria Fischer, pesquisadora da Universidade de São Paulo, que aparece com seis orientações de mestrado e três de doutorado; Luciano Antônio Prates Junqueira e Ladislau Dowbor, ambos os pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que realizaram quatro e duas orientações de mestrado respectivamente.

### 5.3 A PARTICIPAÇÃO DOS CENTROS DE PESQUISA

O terceiro aspecto considerado no mapeamento das dissertações e teses refere-se aos centros de pesquisa, representados pelas instituições de ensino, programas de pós-graduação e linhas de pesquisa, nos quais os estudos sobre o Terceiro Setor foram realizados. Foram identificadas 105

instituições de ensino, das quais 77 produziram apenas dissertações, 22 produziram dissertações e teses e seis produziram apenas teses. Segundo o Relatório de Avaliação Trienal da CAPES (2007 à 2009), o país conta com 330 instituições de ensino, com programas de mestrado e doutorado reconhecidos.

Isso significa que, as instituições de ensino que registram produção de teses e dissertações sobre Terceiro Setor representam 31,8% de todas as instituições de ensino do país. Para conhecer melhor as características dos centros de estudo em que se realiza produção científica sobre Terceiro Setor apresenta-se a seguir a distribuição geográfica, bem como a dependência administrativa (federal, estadual, municipal ou particular) das instituições de ensino.

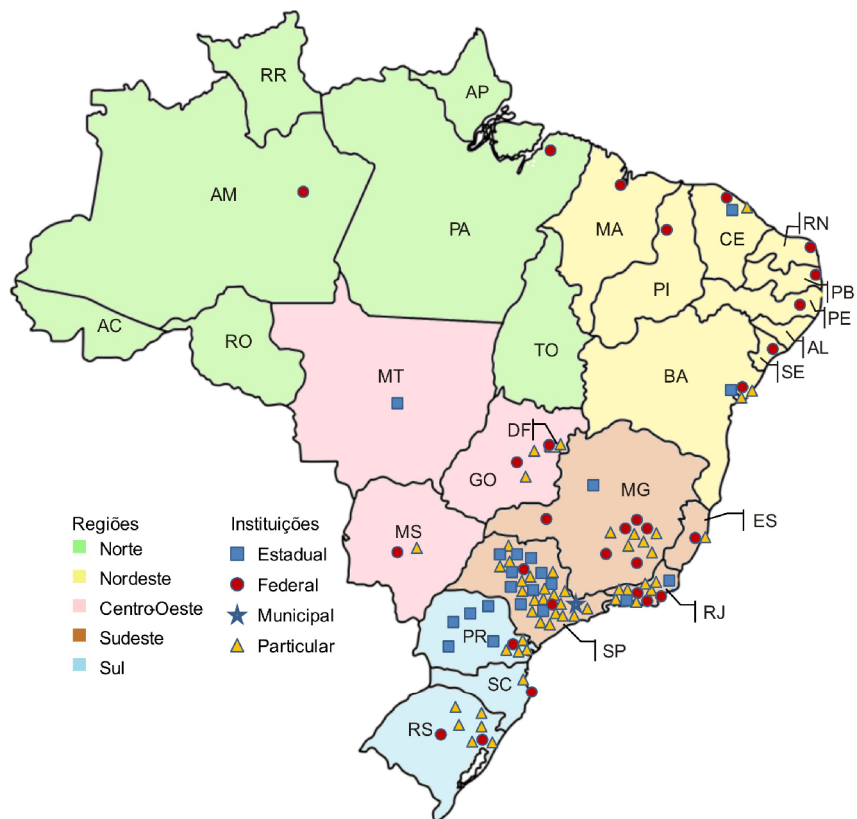


Figura 11 - Distribuição geográfica das instituições de ensino.

Fonte: adaptado de IBGE (2011).

A figura 11 mostra que as instituições estão concentradas nas regiões sudeste e sul, e a região norte apresenta o menor número de instituições que produziram dissertações e teses sobre o Terceiro Setor. A região sudeste concentra 62 (59%) das instituições, a região sul 20 (19%), a região nordeste 13 (12%), a região centro-oeste oito instituições (8%) e a região norte apenas duas instituições (1%).

A análise da dependência administrativa revela que as instituições particulares dominam a produção de dissertações e as federais dominam a produção de teses. O gráfico 7 apresenta a produtividade das instituições de ensino que registraram produção científica sobre Terceiro Setor em relação à dependência administrativa.

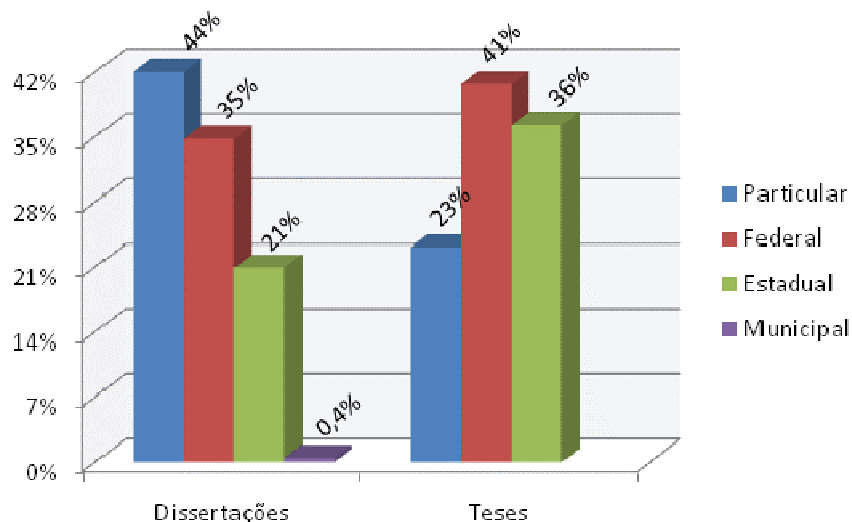


Gráfico 7 - Produção em relação a dependência administrativa das instituições.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

As instituições particulares destacam-se na produção de dissertações. Das 483 referências de dissertações identificadas, 212 (44%) foram produzidas por instituições particulares, 168 (35%) por instituições federais, 101 (21%) por instituições estaduais e duas (0,4%) pela única instituição municipal identificada pela pesquisa.

Por outro lado, as instituições federais dominam a produção de teses. Das 91 referências de teses identificadas, 37 (41%) foram produzidas por instituições federais, 33 (36%) por instituições estaduais e 21 (23%) por instituições particulares.

Um fator que contribuiu para a produtividade das instituições é a concessão de bolsas para os pesquisadores. Os dados mostram que, das 574 referências recuperadas 36,2% (208) indicam que as pesquisas receberam algum tipo de financiamento. Os outros 63% (366) aparecem com campo vazio para esse dado. Isto pode sinalizar que menos da metade recebeu financiamento. Contudo, cabe ressaltar que o campo vazio não indica necessariamente que há falta de financiamento.

Entre as pesquisas que receberam financiamento, 40% (83) foram realizadas em instituições federais, 39% (82) em instituições particulares e 21% (42) em instituições estaduais. Entre as instituições que mais receberam financiamento, destaca-se a PUC-SP com 26 pesquisas financiadas, a USP com 15 pesquisas financiadas e a FGV/SP com 12 pesquisas financiadas.

A concessão de bolsas para essas instituições contribuiu para que elas aparecessem entre mais produtivas. Para destacar as instituições de ensino que mais produziram dissertações e teses sobre o Terceiro Setor efetuou-se um recorte para produção igual ou superior a nove documentos (dissertações ou teses). Esse recorte selecionou 18 instituições, conforme mostra o gráfico 8 a seguir.

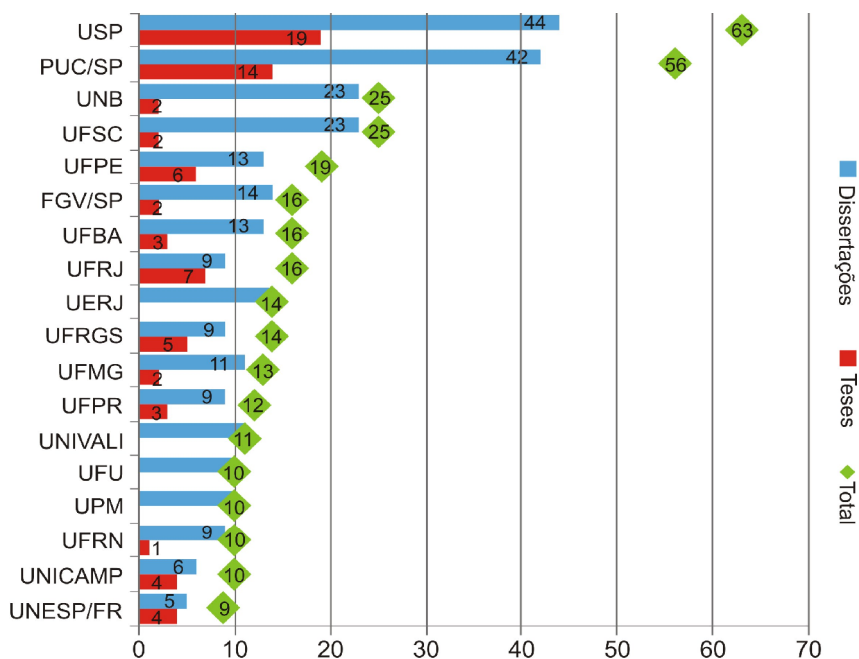


Gráfico 8 - Instituições de ensino com maior volume de produção.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Observa-se que os maiores volumes de produção são da USP, com 63 documentos (44 dissertações e 19 teses). Em segundo lugar aparece a PUC-SP, com um total de 56 documentos (42 dissertações e 14 teses). Na sequência aparecem a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Santa Catarina, ambas com 25 documentos (23 dissertações e 2 teses). Essas instituições são exemplos de que uma expressiva produção de dissertações não significa que também se destaquem na produção de teses. Instituições como a Universidade Federal de Pernambuco (13 dissertações e 6 teses) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (9 dissertações e 7 teses) produziram menos documentos no total, mas registram um número superior de teses.

Situação inversa ocorre com duas instituições que produziram apenas dissertações. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Vale do Itajaí (14 e 11 dissertações respectivamente), produziram mais documentos que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (9 dissertações e 1 tese), a Universidade Estadual de Campinas (6 dissertações e 4 teses) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de M. F./Franca (5 dissertações e 4 teses).

O total de pesquisas realizadas pode demonstrar o equilíbrio ou desequilíbrio entre as instituições de ensino, bem como o grau de inserção ou dispersão da produção científica de uma área de estudo (MOMM, 2009). Isso pode ser observado pela distribuição da produção das instituições de ensino, como mostra o gráfico 9 a seguir.

O gráfico sinaliza um aspecto referente aos instrumentos e técnicas bibliométricas, já discutidos no *item 1.1.1 Técnicas de mensuração da informação* (p. 41) – a Lei de Lotka. Segundo Guedes e Borschiver (2005, p. 3), esta lei “considera que alguns pesquisadores, supostamente de maior prestígio em uma determinada área do conhecimento, produzem muito e muitos pesquisadores, supostamente de menor prestígio, produzem pouco”.

Na opinião desses autores, a Lei de Lotka está fortemente relacionada com produtividade dos autores, mas também pode ser aplicada na “identificação dos centros de pesquisa mais desenvolvidos, [...] e no reconhecimento da solidez de uma área científica” (GUEDES; BORSCHIVER, 2005, p. 5).

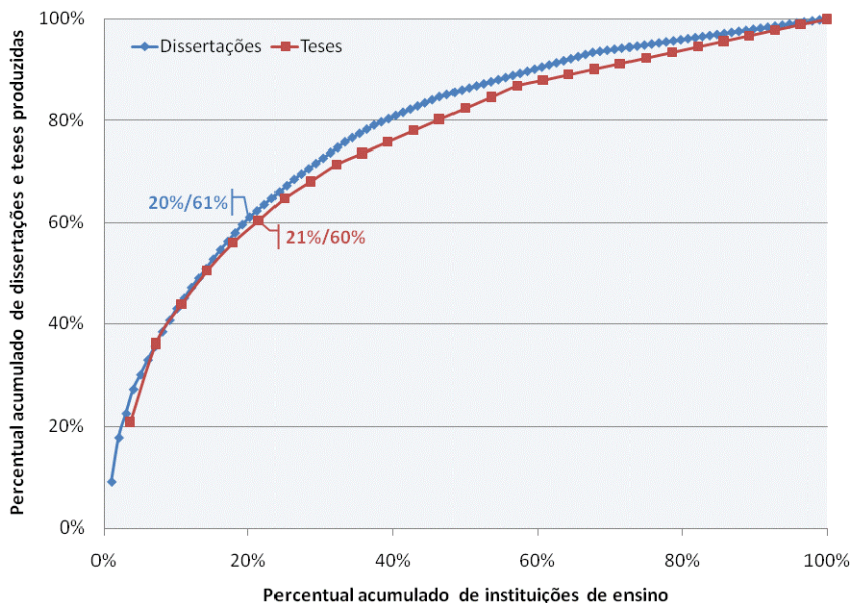


Gráfico 9 - Curva de distribuição do percentual de instituições de ensino pelo percentual de dissertações e teses produzidas.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

O gráfico 9 mostra que, 20% das instituições produtoras de dissertações (99) são responsáveis por 61,3% do total produzido no período analisado. Considerando o corpus de estudo, que totalizou 483 referências bibliográficas provenientes das dissertações produzidas, observa-se que 295 destas dissertações foram produzidas por 20 instituições.

O gráfico 9 mostra ainda que, 21,4% das instituições produtoras de teses (28) são responsáveis pela produção de 60,4% do total produzido no período analisado. Considerando o corpus de estudo, que totalizou 91 referências bibliográficas provenientes das teses produzidas, observa-se que 55 destas teses foram produzidas por seis instituições. Esses dados apontam para um desequilíbrio entre as instituições que apresentam produção científica sobre Terceiro Setor. A produção encontra-se concentrada em um pequeno grupo de instituições.

Aprofundando a análise dos centros de estudo que se dedicam às pesquisas sobre Terceiro Setor, destaca-se a participação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados às instituições de ensino. Segundo o Relatório de Avaliação Trienal (2007-2009) da CAPES, o país conta com 2.718 programas, dos quais 2.475 são *stricto sensu*.

A avaliação da CAPES conferiu notas aos programas “numa escala de 1 a 7, sendo que: 1 e 2 indicam o descredenciamento do programa, enquanto 6 e 7 indicam desempenho de referência e inserção internacional” (CAPES, 2010, p. 1). Conforme essa avaliação, 2.431 programas estão credenciados atualmente.

A presente pesquisa identificou 251 programas, que apresentaram produção de dissertações ou teses tratando da temática do Terceiro Setor. Resgatando o *status* desses programas junto ao Relatório de Avaliação Trienal (2007-2009) da CAPES, verifica-se que 243 permanecem credenciados, nove obtiveram resultado de avaliação insuficiente para manter o credenciamento e dois não estão listados no relatório. Ao que tudo indica, esses dois últimos também foram descredenciados, pois apareciam no Relatório de Avaliação Trienal anterior (2003-2006).

Considerando o total de programas credenciados (2.431) e o número de programas (também credenciados) que apresentam produção científica sobre o Terceiro Setor, pode-se inferir que o tema está inserido em 10% do total de programas do país. As 18 instituições que mais produziram dissertações e teses sobre o tema (gráfico 8) concentram 119 programas de pós-graduação. Isso quer dizer que, 17,1% das instituições concentram 47,2% dos programas, nos quais as pesquisas sobre Terceiro Setor foram realizadas.

Como as instituições que mais produziram apresentam também o maior número de programas, a produção concentrada nessas instituições acaba sendo pulverizada entre os diferentes programas de pós-graduação. A USP, por exemplo, é responsável por 63 documentos e concentra 18 programas de pós-graduação. A UNB e a UFSC, ambas responsáveis por 25 documentos, concentram 10 programas cada uma. Por outro lado, a FGV/SP e a UFU, responsáveis por 16 e 10 documentos respectivamente, concentram 2 programas cada uma. A UNESP/Franca, responsável por 9 documentos, contam com apenas 1 programa.

Como o grau de inserção das pesquisas sobre Terceiro Setor é menor em relação aos programas de pós-graduação, para destacar os que mais produziram, efetuou-se um recorte entre os que registraram produção igual ou superior a nove documentos (dissertações ou teses). Esse recorte identificou dez programas, como mostra o gráfico 10 a seguir.



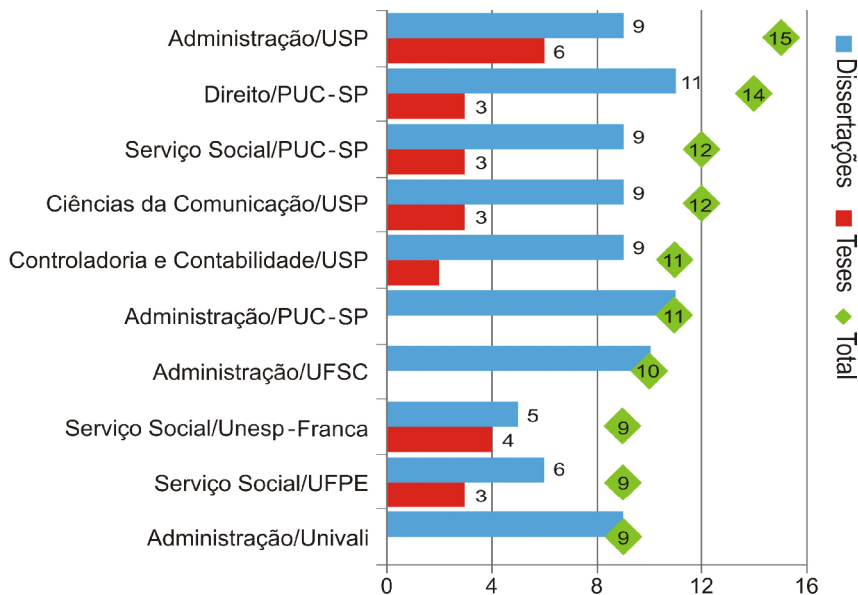


Gráfico 10 - Programas de pós-graduação com maior volume de produção.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Os dez programas que mais produziram dissertações e teses sobre Terceiro Setor estão vinculados a seis instituições de ensino. A USP e a PUC-SP contam com três programas cada uma. Já a UFSC, a UNESP/FR, a UFPE e a UNIVALI contam com um programa cada.

Percebe-se um predomínio dos programas de pós-graduação em administração. Dos dez programas mais produtivos, quatro são dessa área (USP, PUC-SP, UFSC e Univali). O Serviço Social também se destaca. Três programas dessa área estão entre os dez que mais produziram (PUC-SP, UNESP/FR e UFPE). Os programas de Direito da PUC-SP, Ciências da Comunicação e Controladoria e Contabilidade da USP completam a lista dos programas que mais produziram.

Ainda analisando os centros de estudo, destaca-se a produção das linhas de pesquisa vinculadas aos programas de pós-graduação. A análise das linhas enfrentou um problema de inconsistências de dados. Dos 574 documentos pesquisados, 54 (44 dissertações e 10 teses) apresentam campo vazio para esse dado. A pesar disso, foram identificadas 370 linhas de pesquisa, das quais 298 vinculadas à programas de mestrado, 59 à programas de doutorado e 12 à programas de mestrado e doutorado. Para destacar as linhas que mais registram produção de dissertações e teses sobre o Terceiro Setor, efetuou-se um recorte para as linhas com produção igual ou superior a cinco documentos, conforme o quadro 4 a seguir.

<b>Instituição/ Programa</b>	<b>Linha de Pesquisa</b>	<b>D.</b>	<b>T.</b>	<b>Status</b>
UNESP-FR/Serviço Social	Serviço Social: mundo do trabalho	3	4	Ativa
UniFECAP/Ciências Contábeis	Controladoria aplicada a gestão	6		Ativa
USP/Controladoria e Contabilidade	Controladoria e contabilidade gerencial	5	1	Ativa
USP/Administração	Responsabilidade socioambiental	3	3	Ativa
PUC-SP/Direito	O estado e as transformações constitucionais, administrativas e urbanas	4	2	Inativa
UFRS/Educação	Políticas de formação, políticas e gestão da educação	4	2	Inativa
PUC-SP/Serviço Social	Política social: estado, movimentos sociais e associativismo civil	4	1	Ativa
UFU/Administração	Estratégia e mudança organizacional.	5		Inativa
UNIFACS/Administração Estratégica	Gestão estratégica e desenvolvimento regional	5		Inativa
UNIVALI/Administração	Relações e gestão socioambientais e interorganizacionais	5		Ativa

Quadro 4 - Linhas de pesquisa com volume de produção.

FONTE: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2011).

O quadro 4 destaca dez linhas de pesquisa, vinculadas a programas de pós-graduação em administração (4), ciências contábeis (2), serviço social (2), Direito (1) e Educação (1). O quadro destaca também o status dessas linhas (ativa ou inativa). Segundo os sítios dos próprios programas de pós-graduação, das dez linhas que mais registram dissertações e teses sobre o Terceiro Setor, quatro foram extintas ou sofreram alterações.

Observa-se que, a produção científica sobre Terceiro Setor é também pulverizada entre as linhas de pesquisa vinculadas aos programas de pós-graduação. Com essa pulverização, linhas de pesquisa vinculadas a programas com menor estrutura, os quais estão divididos em um número menor de linhas, podem registrar produção equivalente ou mesmo superior a linhas de pesquisa vinculadas a programas mais estruturados, que por sua vez se dividem em mais linhas.

Assim, o quadro 4 apresenta instituições já mencionadas pela produção de seus programas, que também se destacam pela produção das linhas vinculadas à esses programas, como é o caso da USP e da PUC/SP. Ambas aparecem com duas linhas de pesquisa vinculadas aos cursos de Administração, Contabilidade e Controladoria, Direito e Serviço Social.

Por outro lado, o quadro também apresenta instituições de ensino cuja produção de seus programas não é tão expressiva, mas devido à estrutura simplificada, suas linhas de pesquisa apresentam produção elevada, como é o caso do programa de Ciências Contábeis do Centro Universitário Álvares Penteado (UniFECAP) e a linha “Controladoria Aplicada a Gestão”.

Além das instituições de ensino, dos programas de pós-graduação e das linhas de pesquisa, destaca-se também a existência de grupos de pesquisa que se dedicam às pesquisas sobre o Terceiro Setor. Conforme já mencionado na *subseção 3.2 Expansão do Terceiro Setor* (p. 76), em agosto de 2010 a base corrente do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq<sup>19</sup> indicou a existência de 71 grupos relacionados ao tema.

Analisando os dados sobre esses grupos, verificou-se que 29 deles estão vinculados a instituições com volumes de produção superior a dez documentos (gráfico 8). Das 18 instituições que mais produziram dissertações e teses sobre o Terceiro Setor, somente a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) não possuem grupos de pesquisa cadastrados. As demais instituições possuem ao menos um grupo, cobrindo 29 dos 71 grupos identificados.

#### 5.4 AS ÁREAS DO CONHECIMENTO

O quarto aspecto considerado no mapeamento da produção científica sobre o Terceiro Setor refere-se às áreas do conhecimento envolvidas. A CAPES classifica os programas de pós-graduação brasileiros em áreas do conhecimento, as quais ela chama de “Áreas de Avaliação”. Segundo o Relatório de Avaliação Trienal (2007-2009) da CAPES, os programas de pós-graduação brasileiros são classificados em 47 áreas.

Os programas que apresentaram produção científica sobre Terceiro Setor estão presentes em 28 áreas, conforme o quadro 5 a seguir. Para otimizar a visualização dos gráficos apresentados nas próximas páginas, optou-se por renomear as áreas de avaliação.

---

<sup>19</sup> <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

<b>Áreas de Avaliação</b>	<b>Áreas Renomeadas</b>	<b>D.</b>	<b>T.</b>
Administração, Ciências Contábeis e Turismo	AV-ADM	173	12
Antropologia/Arqueologia	AV-AN-AR	4	
Arquitetura e Urbanismo	AV-ARQ-URB	1	
Artes/Música	AV-ART-MUS	2	
Ciência Política e Relações Internacionais	AV-C.POL-R.INT	7	1
Ciências Agrárias I	AV-C.AGR	3	
Ciências Biológicas I	AV-C.BIO	1	
Ciências Sociais Aplicadas I	AV-C.SOAPL	22	6
Direito	AV-DIR	67	11
Economia	AV-ECO	4	1
Educação	AV-EDU	52	16
Educação Física	AV-EDU.FIS		2
Enfermagem	AV-ENF		2
Engenharias I	AV-ENG I	1	
Engenharias III	AV-ENG III	12	4
Engenharias IV	AV-ENG IV	1	
Ensino de Ciências e Matemática	AV-C.MTM	1	
Filosofia/Teologia	AV-FIL-TEO	2	
Geografia	AV-GEO	5	1
Interdisciplinar	AV-INTER	33	2
Letras/Linguística	AV-LETR-LING	1	
Medicina II	AV-MED II		2
Odontologia	AV-ODONT		1
Planejamento Urbano e Regional	AV-PLAN-URB	5	1
Psicologia	AV-PISIC	12	3
Saúde Coletiva	AV-SA-COL	4	
Serviço Social	AV-SERV-SOC	46	13
Sociologia	AV-SOCI	24	13

Quadro 5 - Áreas de avaliação renomeadas.

FONTE: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2011).

A diversidade de áreas de atuação das organizações que compõem o Terceiro Setor no cenário brasileiro se reflete na diversidade de áreas do conhecimento que se dedicam as pesquisas científicas sobre o tema. Segundo o diagnóstico das FASFIL (IBGE, 2008), as organizações sem fins lucrativos brasileiras atuam em áreas como: assistência social, associações patronais e profissionais, cultura e recreação, desenvolvimento e defesa de direitos, educação e pesquisa, habitação, meio ambiente e proteção animal, religião e saúde.

Como já mencionado, o desenvolvimento das pesquisas sobre Terceiro Setor tem se pautado no acúmulo de dados estatísticos (Taylor, 2010; Corry, 2010). Enquanto prática social, o Terceiro Setor atua em diversas áreas. Com isso, as pesquisas científicas envolvendo essa prática também estão inseridas em diferentes áreas do conhecimento.

A atuação de organizações na defesa dos direitos do consumidor, por exemplo, pode fornecer dados para pesquisas na área do Direito. Por outro lado, a inserção das pesquisas sobre Terceiro Setor em determinadas áreas pode ser circunstancial. O estudo empreendido por Ivomar Gomes Duarte em 2009, por exemplo, está inserido na área de ciências da saúde, mais especificamente em medicina, mas o título do trabalho sugere uma aproximação com área de administração, pois se refere a “modelos de gestão para hospitais”.

Percebe-se então que, as pesquisas estão vinculadas a certas áreas, devido ao programa no qual foram realizadas, podendo, no entanto, abordarem áreas e temas diversos. Esta situação aponta mais uma vez para a necessidade de analisar o conteúdo dos documentos, de modo a identificar quais foram os objetivos das pesquisas, quais referenciais teóricos e conceituais abordados, bem como as metodologias empregadas e os resultados alcançados.

Para destacar as áreas que mais produziram, efetuou-se um recorte entre os que registraram produção igual ou superior a dez documentos (dissertações ou teses). Esse recorte selecionou nove áreas, cuja produção é apresentada pelo gráfico 11, que segue o mesmo padrão dos gráficos 3 e 4, de modo que o arco externo representa a produção de dissertações e o interno a produção de teses. As áreas com produção menor que dez documentos representam um volume individual inferior a 2% do total produzido. Contudo, essas áreas somadas representam 9% do total de dissertações e 12% do total de teses produzidas, e estão representadas no gráfico pela expressão “AV-N”.

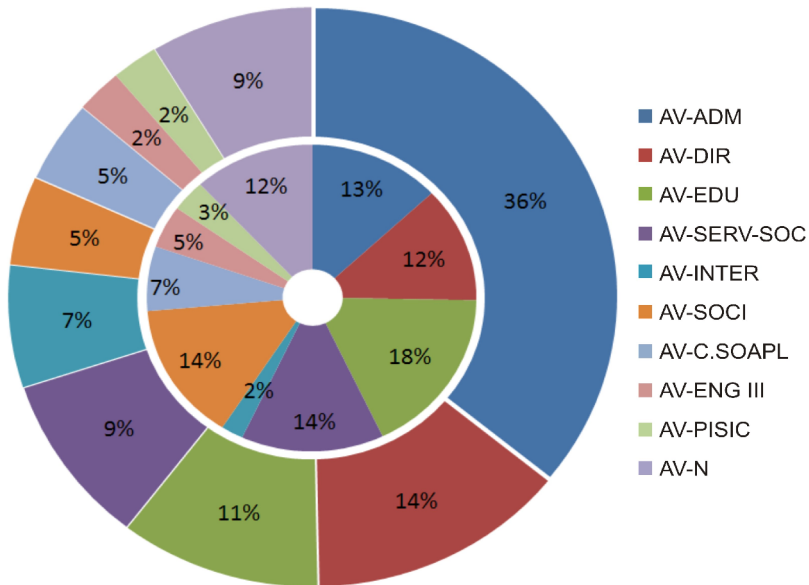


Gráfico 11 - Produção por áreas do conhecimento.

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Observa-se que a área AV-ADM (administração, contabilidade e turismo) domina a produção de dissertações com 36% do total. A área AV-DIR (direito) aparece na sequência com 14%, seguida pela área AV-EDU (educação) com 11%, pela área AV-SERV-SOC (serviço social) com 9% e pela área AV-INTER (interdisciplinar) com 7%. Esse domínio da área de administração reflete as origens dos estudos sobre o tema, mencionadas na *seção 3 Pesquisas Sobre o Terceiro Setor*.

A produção de teses é liderada pela área AV-EDU (educação) com 18% do total. Seguida pelas áreas AV-SERV-SOC (serviço social) e AV-SOCI (sociologia), ambas com 14%. Na sequência aparecem as áreas AV-ADM (administração, contabilidade e turismo) com 13%, e AV-DIR (direito) com 12%. Essa inversão na produção de teses reflete a forte influência de áreas como o Serviço Social nas pesquisas sobre o Terceiro Setor no Brasil.

Considerando o total de documentos produzidos, observa-se que as pesquisas sobre Terceiro Setor possuem maior inserção na área AV-ADM (Administração, Ciências Contábeis e Turismo) com 32%. Contudo, o tema também dialoga com outras áreas como AV-DIR (Direito) com 14%, AV-EDU (Educação) com 12% e AV-SERV-SOC (Serviço Social) com 10%. Observa-se ainda que 32% das pesquisas estão dispersos entre outras áreas, tais como: Engenharias, Psicologia e Sociologia.

## 5.5 TERMOS UTILIZADOS PARA DESCREVER AS PESQUISAS

O quinto aspecto considerado no mapeamento das dissertações e teses sobre Terceiro Setor diz respeito aos termos usado pelos pesquisadores para descrever suas pesquisas. A análise desses termos encontrou diversas variações, devido à falta de um vocabulário controlado para indexação das referências no Banco de Teses da CAPES. Os termos são indicados pelos próprios autores das dissertações e teses, que informam aos programas de pós-graduação. Por sua vez, os programas transferem os dados “diretamente à Capes e se responsabilizam por sua veracidade” (CAPES, 2011).

Essa forma de alimentação do Banco de Teses da CAPES acarreta a diversidade de termos utilizados e impede que sejam discutidos os aspectos cognitivos do conteúdo dos documentos. Assim como a análise das instituições, programas, linhas e grupos de pesquisa que se dedicam às pesquisas sobre Terceiro Setor remetem a institucionalização social do campo, os temas abordados remetem a institucionalização cognitiva. Contudo, para possibilitar essa discussão é necessário que os documentos sejam indexados sob o ponto de vista semântico, utilizando-se recursos bem estabelecidos sobre linguagem documentaria (principalmente tesauro) dentro do tema – Terceiro Setor. Sem essa indexação, as discussões aqui giram entorno do aspecto social, ou seja, as palavras e termos socialmente reconhecidos entre os pesquisadores.

A análise desses termos se divide em dois grupos: Áreas do Conhecimento (AC), que indicam com quais áreas as pesquisas se relacionam; e palavras-chave (PC), que indicam os temas abordados pelas pesquisas. Para destacar os termos mais utilizados efetuou-se um recorte para ocorrências iguais ou superiores a dez. Esse recorte identificou 16 termos utilizados para Áreas do Conhecimento (gráfico 12) e 12 para Palavras-Chave (gráfico 13).

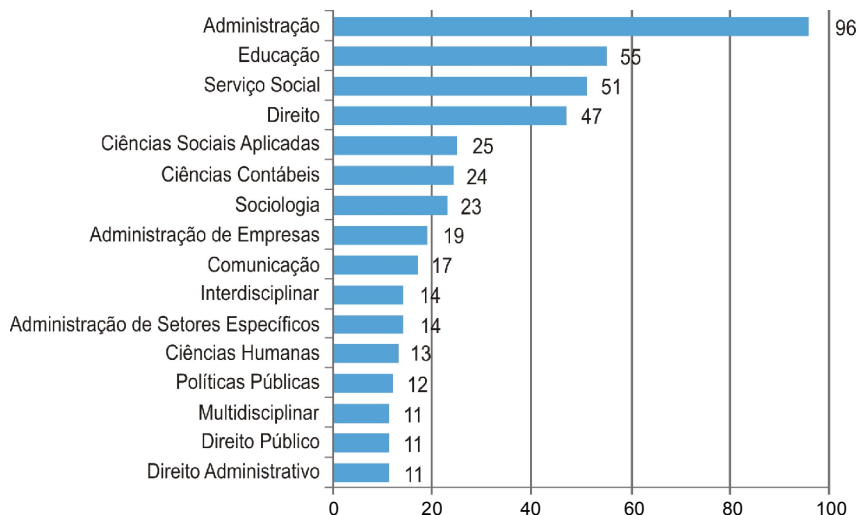


Gráfico 12 - Termos mais utilizados para descrever áreas do conhecimento.  
Fonte: dados da pesquisa (2011).

O gráfico 12 confirma a maior inserção das pesquisas sobre Terceiro Setor na área AV-ADM. Além do termo Administração (96), os pesquisadores utilizaram termos como Administração de Empresas (19), Administração de Setores Específicos (14) e Ciências Contábeis (24) para descrever áreas do conhecimento relacionadas com suas pesquisas. Contudo, a utilização de termos como Educação (55), Serviço Social (51), Direito (47) e Sociologia (23) demonstram que as pesquisas sobre Terceiro Setor também se inserem nas áreas AV-EDU, AV-SERV-SOC, AV-DIR e AV28.

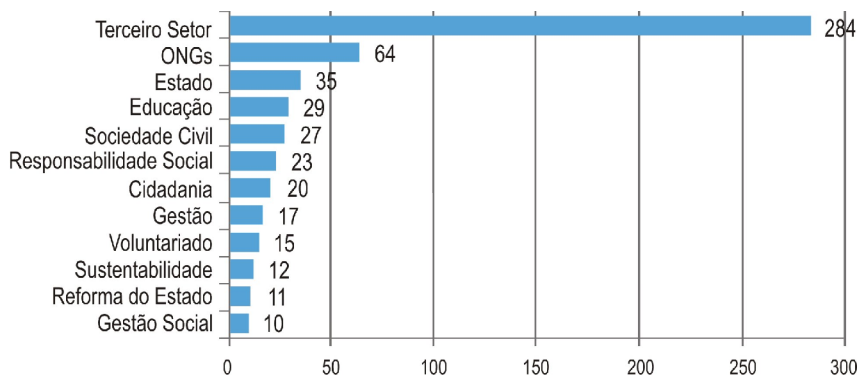


Gráfico 13 - Termos mais utilizados para indicar temas abordados pelas pesquisas.  
Fonte: dados da pesquisa (2011).



Observa-se que, além do termo Terceiro Setor, os pesquisadores utilizaram outros três termos citados pela literatura científica como sinônimos do tema (*item 3.3.1 – Diversidade de Termos*). São eles: ONGs (64) Sociedade Civil (27) e Voluntariado (15). Segundo a descrição dos autores, as pesquisas abordam ainda outros temas relacionados ao Terceiro Setor, tais como: Responsabilidade Social (23), Cidadania (20), Sustentabilidade (12) e Reforma do Estado (11).

Em continuidade a presente análise, apresenta-se a correlação entre cada grupo de termos (AC e PC) com as áreas de avaliação, conforme a classificação dos programas, nos quais as pesquisas foram realizadas. Para determinar essa correlação optou-se por utilizar o índice de similaridade/coeficiente de correlação de Jaccard, cujo princípio considera a relação entre a dupla presença de termos e a presença e a ausência dos mesmos (BARBETTA, 2010). Em outras palavras, o índice de Jaccard expressa a relação entre dois termos, considerando o número de vezes que tais termos aparecem juntos e no número de vezes que cada termo aparece separadamente.

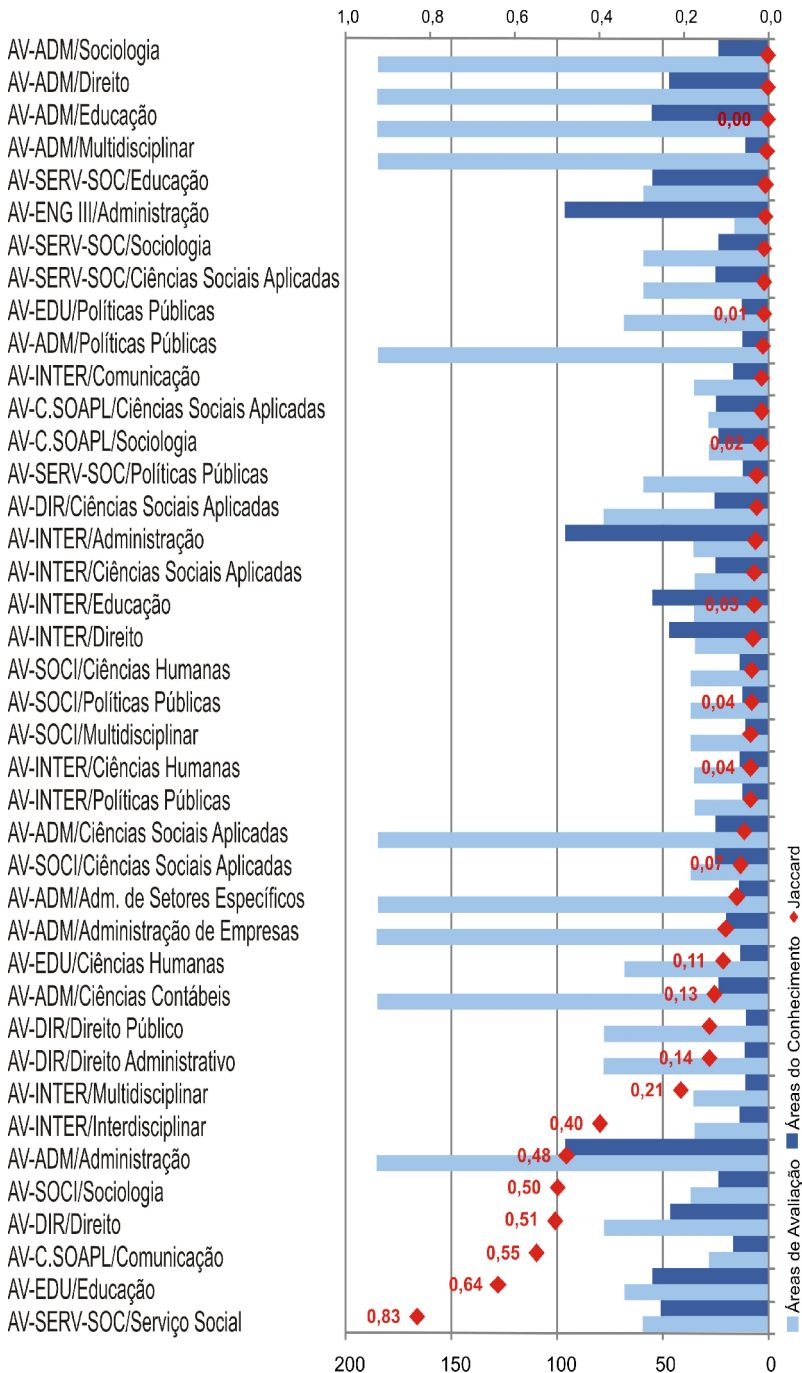


Gráfico 14 - Correlação entre áreas do conhecimento e palavras chave.  
 Fonte: dados da pesquisa (2011)

O gráfico 14 apresenta 40 pares de palavras, gerados a partir da combinação entre áreas de avaliação (AVs) e os termos mais usados para descrever áreas do conhecimento (ACs). Os índices de correlação entre ACs e AVs demonstram a aderência de cada termo em relação às áreas de avaliação, às quais os estudos estão efetivamente vinculados devido aos programas nos quais foram realizados. Essa aderência indica se há concordância entre os objetivos das pesquisas (e dos pesquisadores) e os programas de pós-graduação nos quais as pesquisas foram realizadas.

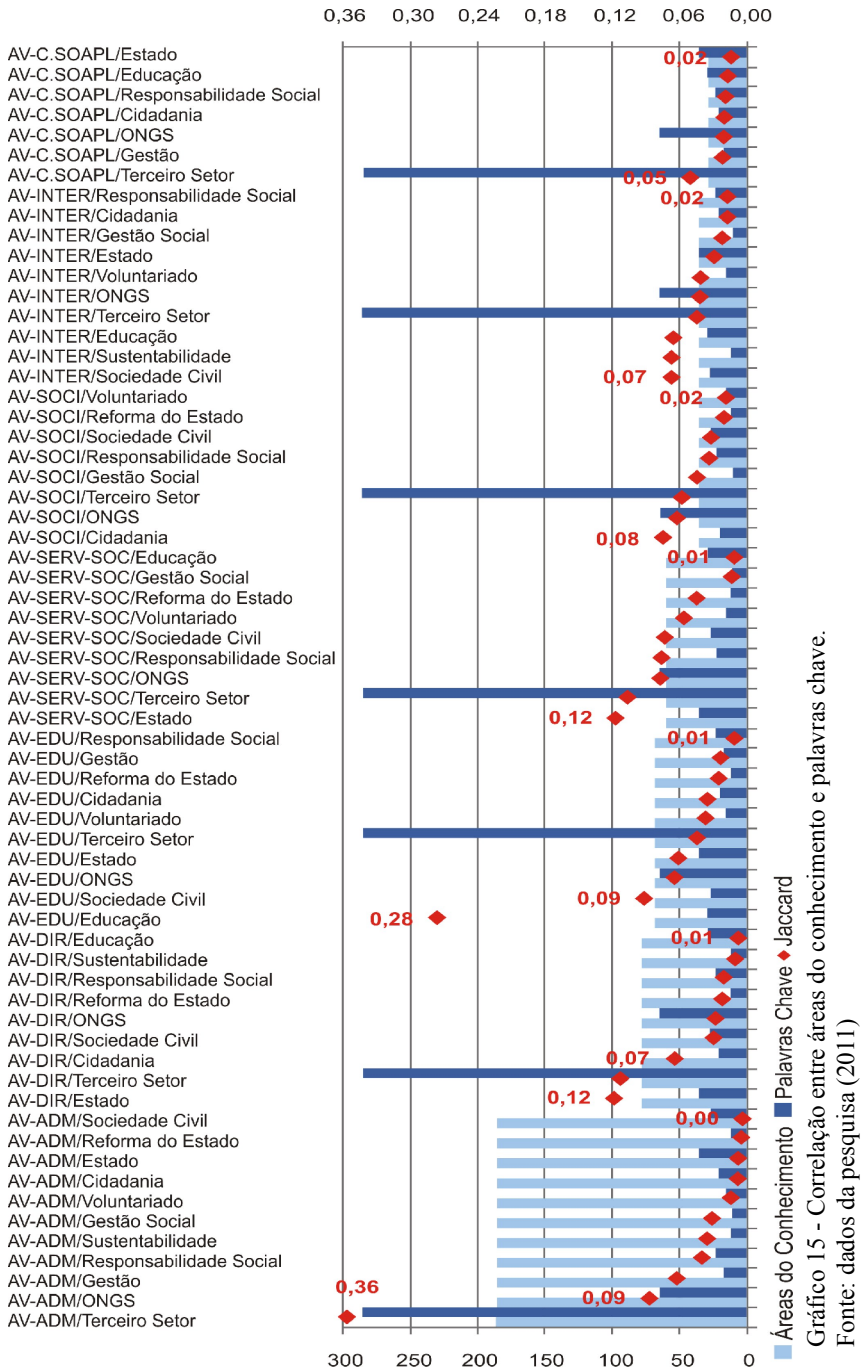
O termo Serviço Social e a área de avaliação AV-SERV-SOC apresentam o maior índice de correlação (0,83). Isso significa que dentro dos programas de pós-graduação em Serviço Social, a área do conhecimento mais discutida é o próprio Serviço Social.

Situação semelhante ocorre com a associação do termo Educação com a área de avaliação AV-EDU. O índice de correlação entre eles é 0,64, o que indica que a Educação é a área do conhecimento mais discutida nos programas de pós-graduação em Educação. Contudo, sua inserção é menor e outras áreas do conhecimento se fazem presentes.

Apesar de registrarem as maiores ocorrências, o termo Administração (96) e a área de avaliação AV-ADM (185) apresentam baixos índices de correlação, devido a ocorrência de termos semelhantes, tais como: Administração de Empresas e Administração de Setores Específicos. Situações como esta evidenciam a necessidade da utilização de um vocabulário controlado para a indexação das referências bibliográficas no Banco de Teses da CAPES.

Ainda que exista correlação entre as áreas do conhecimento, indicadas pelos autores, e as áreas de avaliação, às quais as pesquisas estão vinculadas, verifica-se que esses índices são baixos. Das 40 associações apresentadas pelo gráfico 16, 32 apresentam índices de correlação inferior a 0,20. Esses índices indicam um alto grau de dispersão da produção científica sobre o Terceiro Setor e em relação às áreas do conhecimento.

Situação semelhante ocorre com os termos utilizados pelos autores para descrever os temas abordados pelas pesquisas (PCs). A seguir, o gráfico 15 apresenta 64 pares de palavras, gerados a partir da combinação entre as áreas de avaliação (AVs), às quais os estudos estão vinculados e os termos indicados pelos autores. Os índices de correlação entre AVs e PCs evidenciam quais os temas mais abordados, bem como sua inserção em cada área.



Áreas do Conhecimento ■ Palavras Chave ◆ Jaccard  
 Gráfico 15 - Correlação entre áreas do conhecimento e palavras chave.  
 Fonte: dados da pesquisa (2011)

O gráfico 15 mostra que o nível de inserção dos temas entre as áreas se alterna. Na área AV-ADM (Administração, Ciências Contábeis e Turismo), por exemplo, os temas mais abordados são Terceiro Setor (0,36), ONGs (0,09), Gestão (0,06), Responsabilidade Social (0,04) e Sustentabilidade (0,04). A área AV-08 (Ciências Sociais Aplicadas) segue um padrão semelhante. Os temas mais abordados nessa área são Terceiro Setor (0,05), Gestão e ONGs (0,02).

Já na área AV-DIR (Direito) os temas mais abordados são Estado (0,12), Terceiro Setor (0,11) e Cidadania (0,07). A área AV-EDU (Educação) aborda mais os temas Educação (0,28), Sociedade Civil (0,09), ONGs (0,06) e Estado (0,06). A área AV-20 (Interdisciplinar) aborda mais os temas Sociedade Civil, Sustentabilidade e Educação, todos com o mesmo índice de correlação (0,07). Já para a área AV-SERV-SOC (Serviço Social) os temas mais abordados são Estado (0,12), Terceiro Setor (0,11), ONGs e Responsabilidade Social (0,08). Por fim, os temas mais abordados pela área AV-SOCI (Sociologia) Cidadania (0,08), ONGs e Terceiro Setor (0,06).

Contudo, mesmo com alguns temas apresentando índices de correlação mais elevados que outros, a dispersão é predominante. Das 64 combinações entre AVs e PCs, 58 apresentam índice de correlação inferior a 0,1. Isso demonstra o alto grau de dispersão ou baixo nível de inserção dos temas entre as áreas de avaliação. Observa-se ainda que temas como Terceiro Setor, ONGs e Responsabilidade Social são comuns a todas as áreas de avaliação. Isso demonstra que esses temas possuem uma maior inserção nas pesquisas. Por outro lado, temas como Sustentabilidade e Gestão Social são restritos a poucas áreas e não estão presentes em áreas como AV-EDU (Educação) e AV-SERV-SOC (Serviço Social), confirmando o baixo nível de inserção desses temas.

Além da relação dos temas com as áreas de avaliação é interessante observar a relação dos temas entre si. Essa relação revela a existência de uma hierarquização entre os temas. Essa hierarquização é demonstrada pelo gráfico 16, a seguir, que aponta os temas que mais se associam e os que estão mais dispersos. Para elaborar essa hierarquização optou-se por utilizar o Método Ward (*Ward's method*) e o coeficiente de correlação linear de Pearson (1-Pearson  $r$ ). Segundo Momm (2009, p. 99), no Método Ward a classificação hierárquica equivale à reunião de dois temas mais próximos tomando como distância entre ambos as relações de proximidade ou a ausência dessas. Já o coeficiente correlação (*linear*) de Pearson descreve a correlação de duas variáveis quantitativas (BARBETTA, 2010).

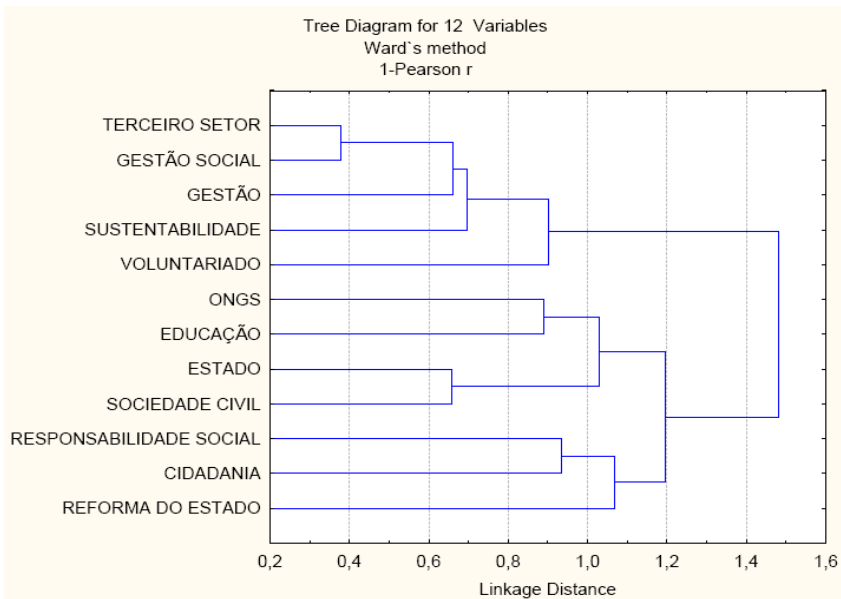


Gráfico 16 - Mapa de visualização na forma de dendograma hierárquico dos termos indicados pelos autores para descrever os temas abordados pelas pesquisas.  
Fonte: dados da pesquisa (2011).

O gráfico 16 representa um mapa de visualização da forma de dendograma, que demonstra a hierarquia existente entre as palavras-chaves, indicadas pelos pesquisadores para descrever as pesquisas realizadas. Observa-se que os termos estão organizados em dois grandes blocos. O primeiro compreende os termos Terceiro Setor, Gestão Social, Gestão, Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Voluntariado. O segundo compreende os termos ONGs, Educação, Sociedade Civil, Cidadania, Reforma do Estado.

A hierarquização existente se evidencia pelas relações de proximidade e distanciamento dos termos em associação com as frequências em que ocorreram. Assim, o termo Terceiro Setor apresenta um maior índice de correlação quando associado com o termo Gestão Social e menor índice de correlação quando associado com o termo Gestão.

Os termos com maior índice de correlação podem formar blocos médios, que por sua vez apresentam maior índice de correlação com outros blocos médios, cujos termos associados individualmente não apresentariam. Assim, o bloco formado pelos termos ONGs e Educação apresenta maior correlação com o bloco formado pelos termos Estado e Sociedade Civil, do que os termos associados individualmente.

## 6 CONCLUSÃO

Estudo de caráter exploratório, descritivo e de natureza quantitativa, objetivou investigar a produção científica brasileira sobre Terceiro Setor, por meio de análises bibliométricas e cienciométricas aplicadas às dissertações e teses, que tratam desta temática, defendidas no país e indexadas pelo Banco de Teses da CAPES. O corpus da pesquisa foi composto por 574 referências bibliográficas, sendo 483 dissertações e 91 teses, produzidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre os anos de 1994 à 2009.

Esse material bibliográfico foi organizado em uma base de dados *ad hoc*, sobre a qual foram realizadas as análises. Para constituição dessa base foram utilizados os softwares MS Word e *Infotrans*, que permitiram a reformatação da estrutura do Banco de Teses da CAPES para o modelo de referência bibliográfica (Apêndice A). Para as análises bibliométricas e cienciométricas propriamente ditas, foram utilizados os softwares MS Excel, *DataView* e *Statistic 8.0*, que permitiram gerar listas para comparação simples e cálculo de correlação, bem como a construção dos gráficos e mapas de visualização.

A análise e interpretação dos dados pautaram-se em referencial de natureza teórico-conceitual. O teórico destacou o caráter social do sistema de produção científica, o papel da Ciência da Informação para os estudos dos fenômenos ligados a informação e comunicação científica, bem como a utilização de técnicas e instrumentos para mensuração da informação científica, materializada em sua literatura. O conceitual destacou a configuração do Terceiro Setor, enquanto prática social e como objeto de estudo, o contexto dinâmico no qual está inserido, bem como o caráter interdisciplinar das pesquisas sobre o tema.

A análise e interpretação pautaram-se ainda em dados de duas fontes distintas. Primeiro, no diagnóstico das fundações privadas e associação sem fins lucrativos no Brasil, que caracteriza as entidades que compõem o Terceiro Setor no cenário Brasileiro, que por sua vez, constituem uma das principais fontes de informação para as pesquisas sobre o tema. Segundo, no relatório trienal de avaliação da CAPES (2007-2009), que apresenta os padrões nacionais de produção científica e organização dos programas de pós-graduação.

## 6.1 CONSIDERAÇÕES

A análise dos gráficos e mapas de visualização, elaborados a partir dos dados das referências bibliográficas recuperadas geraram resultados sobre cinco aspectos da produção científica que trata da temática do Terceiro Setor no país. i) a distribuição temporal e geográfica das dissertações e teses; ii) o comportamento dos pesquisadores envolvidos; iii) a participação dos centros de pesquisa, nos quais os estudos foram realizados; iv) as áreas do conhecimento que se dedicam ao assunto, conforme a classificação dos programas de pós-graduação realizada pelas CAPES; e v) os termos utilizados pelos autores para descrever as pesquisas realizadas.

A distribuição temporal da produção científica sobre Terceiro Setor apresenta crescimento e oscilações variáveis. As primeiras dissertações são produzidas a partir de 1994, o que representa um lapso temporal de quase duas décadas entre o surgimento do termo (1973) e a sua utilização nas pesquisas em nível de mestrado no Brasil. O período de 1994 a 1998 apresenta uma produção incipiente, representando 2,3% do total analisado. De 1999 a 2005 a produção apresenta um crescimento acelerado, representando 48,4% do total analisado. Os últimos quatro anos (2006 a 2009) a produção de dissertações apresenta uma tendência de queda, mas ainda assim é o período de maior produção, representando 49,3% do total.

A produção de teses se inicia em 1998, também de forma incipiente. Até o ano 2000 foram produzidas apenas 5,5% do total analisado. Em 2001 é registrada uma elevação considerável, que representa 8,8% do total produzido. Contudo, entre os anos de 2002 e 2009 a produção de teses apresenta uma forte oscilação e também com uma tendência de queda. Este é também o período de maior produção, representando 85,7% do total.

Verifica-se que o início da produção de teses e a intensificação da produção de dissertações coincidem com a promulgação dos principais instrumentos jurídicos, que regulamentam a atuação das entidades que compõem o Terceiro Setor no Brasil, a Lei das Organizações Sociais (9.637/98) e a Lei das OSCIPs (9.790/99).

A distribuição geográfica também é irregular. A produção se concentra nas regiões sudeste (58,7%) e sul (19,5%), sendo que a produção de dissertações ocorre nas cinco regiões brasileiras. Já a produção de teses não ocorre na região norte. Esse padrão de distribuição se confirma na distribuição entre os estados. Os Estados de São Paulo (40,1%) e Rio de Janeiro (10,8%) são os que mais produziram.

No entanto, uma expressiva produção de dissertações não significa também uma significativa produção de teses e vice e versa. O Estado de



Minas Gerais, por exemplo, é o terceiro na produção de dissertações, mas é o sétimo na produção de teses. A comparação entre a distribuição geográfica das dissertações e teses, com a distribuição das organizações que compõem o Terceiro Setor no Brasil revela que, existem estados e regiões em que o volume de pesquisas é, proporcionalmente, maior que o número de organizações e vice e versa.

A região sudeste, mais especificamente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, concentram um volume proporcionalmente maior de pesquisas sobre o Terceiro Setor, do que de organizações sem fins lucrativos. São Paulo, por exemplo, concentra mais de 40 % das pesquisas sobre o tema e apenas 20,3% do total de organizações sem fins lucrativos do país. Por outro lado, o Estado de Minas Gerais concentra 7,7% das pesquisas sobre o tema e 12,2% das organizações sem fins lucrativos.

Quando aos pesquisadores, foram identificados 2010 entre autores, orientadores e examinadores das dissertações e teses analisadas. Entre os autores, apenas sete (1,2%) defenderam suas dissertações e suas teses tratando da temática do Terceiro Setor. A produção apresenta um alto nível de dispersão entre os orientadores, estando próximo de um equilíbrio (um orientador para cada orientação realizada). Os dados mostram que 20% (80) dos orientadores cobrem 33% (160) das orientações de mestrado realizadas. Por outro lado, 20% (16) dos orientadores cobrem 28% (25) das orientações de doutorado realizadas.

As pesquisas sobre Terceiro Setor apresentam um baixo grau de inserção em relação às instituições de ensino. As instituições que registram produção científica sobre esse tema representam 31,8% do total nacional. O padrão de distribuição geográfica e entre as diferentes dependências administrativas das instituições equivale ao padrão das demais instituições do país. As regiões sudeste (59%) e sul (19%) concentram a maior parte das instituições de ensino, seguidas pelas regiões nordeste (12,4%), centro-oeste (7,6%), e norte (1,9%). As instituições particulares representam 50,5%, as federais 27,6%, as estaduais 21% e a única instituição municipal representa 0,95%.

As instituições particulares dominam a produção de dissertações (44%), seguidas das instituições federais (35%) e estaduais (21%). Já na produção de teses, as instituições federais se destacam. A concessão de bolsas para os pesquisadores é um fator incentivador da produção científica. Identificou-se que, das 547 pesquisas realizadas, 208 receberam algum tipo de financiamento.

As instituições com maior volume de produção são: a Universidade de São Paulo (USP), com 44 dissertações e 19 teses; a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com 42 dissertações e 14

teses; e a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Santa Catarina, ambas com 23 dissertações e 2 teses.

Os dados mostram que a produção científica sobre o Terceiro Setor está concentrada em poucas instituições de ensino. Verificou-se que, 20% das instituições produtoras de dissertações são responsáveis por 61,3% do total produzido no período analisado. Isso significa que, das 483 referências bibliográficas provenientes das dissertações produzidas, 295 foram produzidas por 20 instituições. Do mesmo modo, 21,4% das instituições que produziram teses são responsáveis pela produção de 60,4% do total produzido no período analisado. Isso significa que, das 91 referências bibliográficas provenientes das teses produzidas, 55 foram produzidas por seis instituições.

Por outro lado, a produção concentrada nas instituições acaba por se dispersar entre seus respectivos programas de pós-graduação. Essa dispersão se deve ao fato de que as instituições com maior volume de produção concentram também o maior número de programas de pós-graduação. A USP e a PUC-SP, por exemplo, concentram cada uma, três dos dez programas com maior volume de produção (Administração, Ciências da Comunicação e Controladoria e contabilidade na USP e Direito, Serviço Social e Administração na PUC-SP).

Considerando o número total de programas de pós-graduação no país, observa-se que as pesquisas sobre Terceiro Setor possuem um grau de inserção ainda mais baixo do que o das instituições de ensino. Dos 2.431 programas credenciados atualmente pela CAPES, apenas 10% (243) registram produção de dissertações ou teses sobre o tema.

A presença de grupos de pesquisa vinculados às instituições de ensino e aos programas de pós-graduação contribui para a produção. As instituições que apresentam os maiores volumes de produção são as que concentram também o maior número de grupos de pesquisa. As 18 instituições mais produtivas concentram 40,8% (29) dos grupos de pesquisa identificados.

A distribuição da produção científica sobre Terceiro Setor entre instituições de ensino, programas de pós-graduação, linhas de pesquisa, bem como entre as áreas do conhecimento, sofre um “efeito sanfona”. A produção se concentra em um pequeno número de instituições, se dispersa entre os programas e linhas de pesquisa e volta a se concentrar em áreas do conhecimento.

A análise das áreas do conhecimento mostra que, a produção científica sobre Terceiro Setor está inserida em 60% (28) áreas do conhecimento, conforme a classificação dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES. A área de Administração, Contabilidade e Turismo

domina a produção de dissertações, com 36%. Já a produção de teses é mais equilibrada, com destaque para a área de Educação (18%).

Considerando o total de documentos, a área de Administração, Contabilidade e Turismo (32,2%) permanece predominante, seguida pela área de Direito (13,6%), Educação (11,8%) e Serviço Social (10,3%). Esses volumes de produção confirmam a vocação da área de estudos organizacionais para as pesquisas sobre o Terceiro Setor.

A análise dos termos utilizados pelos pesquisadores para descrever a quais áreas do conhecimento suas pesquisas estão relacionadas confirmou a maior inserção das pesquisas sobre Terceiro Setor na área AV-ADM (Administração, Contabilidade e Turismo). Essa análise evidenciou ainda que as áreas AV-DIR (Direito), AV-EDU (Educação), AV-SERV-SOC (Serviço Social) e AV28 (Sociologia) também se destacam nas pesquisas sobre o tema.

A análise dos termos indicados pelos autores para descrever os temas abordados pelas pesquisas revelou a presença de outros três termos apresentados como sinônimos do Terceiro Setor (ONGs, Sociedade Civil e Voluntariado). Essa análise revelou ainda a abrangência dos temas discutidos pelas pesquisas, tais como: Responsabilidade Social, Cidadania, Sustentabilidade e Reforma do Estado.

Apesar da concentração das pesquisas em áreas de avaliação, conforme a classificação da CAPES, os índices de correlação entre ACs e AVs evidenciaram a dispersão da produção científica sobre Terceiro Setor entre as áreas do conhecimento. Os melhores índices foram registrados para os programas de Serviço Social (AV-SERV-SOC) e Educação (AV-EDU) discutindo questões ligadas ao próprio serviço social e a educação respectivamente.

Situação semelhante ocorre com a relação entre termos utilizados como descritores dos temas abordados pelas pesquisas (PCs) e as áreas de avaliação (AVs). Observa-se um alto grau de dispersão entre os termos. Os melhores índices são registrados para os termos Terceiro Setor associado a área AV-ADM, Educação associado a área AV-EDU e Estado associado a áreas AV-DIR e AV-SERV-SOC.

A correlação entre os termos mais utilizados para descrever os temas abordados revela também uma hierarquização, que agrupa os temas em dois grandes blocos. Terceiro Setor, Gestão Social, Gestão, Sustentabilidade e Voluntariado por um lado, ONGs, Educação, Estado, Sociedade Civil, Responsabilidade Social, Cidadania e Reforma do Estado, por outro. Considerando essa hierarquização de termos, é possível distinguir dois grupos de temas. Primeiro, as questões práticas envolvendo os aspectos operacionais das organizações e atividades que compõem o

Terceiro Setor. Segundo, os aspectos ligados a educação para a cidadania e para a participação no setor.

A presente pesquisa realizou uma aproximação com relação a produção científica sobre Terceiro Setor, representada pelas dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação brasileiros. Os resultados produzidos por esse estudo proporcionaram um melhor entendimento do contexto dinâmico e sistêmico que envolve a produção científica.

O desenvolvimento científico do Terceiro Setor requer mais atenção e dedicação dos pesquisadores (autores, orientadores e avaliadores), que compõem a massa crítica responsável por sua evolução e consolidação, enquanto campo de estudos. As pesquisas sobre Terceiro Setor têm um longo caminho em busca da construção de sua identidade e reconhecimento.

A aplicação de técnicas provenientes do arcabouço teórico e metodológico da Ciência da Informação, como a bibliométrica e a cienciométrica, configura-se como uma ferramenta segura para diagnosticar, monitorar e avaliar a produção científica. A Ciência da Informação, por meio dos estudos realizados em seus domínios, pode contribuir para a organização do conhecimento científico, tanto na área do Terceiro Setor, como de outras áreas do conhecimento.

O Banco de Teses da CAPES se configura como uma fonte de informações relevantes, que concentra dados de todo o sistema brasileiro de produção científica. Contudo, o potencial do banco encontra-se subutilizado, apresentando inconsistências nos dados e acarretando um minucioso trabalho de organização dos dados para posterior análise.

## 6.2 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Com base nos resultados apontados nesse estudo e visando reflexões sobre o desenvolvimento das pesquisas sobre Terceiro Setor, sugere-se para futuras pesquisas:

- 1) A construção ou identificação de linguagem documentária (tesauro ou vocabulário controlado) específica para o Terceiro Setor, com vistas a utilização de tal referencial em estudos de maior abrangência (global), com o objetivo de caracterizar o conhecimento científico sobre o tema;
- 2) Desenvolvimento de estudos que promovam melhorias na estrutura, nos processos de indexação e nas ferramentas de busca do Banco de Teses

da CAPES, de modo a ampliar a utilização do banco em pesquisas que visem discutir a produção científica brasileira;

- 3) Identificar a existência de redes de relacionamento entre os pesquisadores e os diferentes centros de estudo dedicados às pesquisas sobre Terceiro Setor e comparar a produção científica realizada dentro e fora desses centros;
- 4) Explorar outras bases de dados e investigar a produção científica sobre Terceiro Setor divulgada por meio de outros canais de comunicação (periódicos e eventos científicos);
- 5) Explorar o conteúdo dos documentos, de modo a caracterizar as pesquisas realizadas quanto aos objetivos e objetos de estudo, as metodologias empregadas e os resultados alcançados;
- 6) Explorar o conteúdo dos documentos, de modo a caracterizar também o referencial teórico consultado, por meio da análise de citações feitas pelos autores das dissertações e teses;
- 7) Explorar a utilização dos instrumentos e técnicas bibliométricas e cienciométricas, com vistas a estabelecer metodologias para análise e avaliação da produção científica;
- 8) Combinar as técnicas bibliométricas e cienciométricas com outros tipos de análises de caráter econômico e sociológico, com vistas a formulação de indicadores mais complexos, que consideram aspectos tanto quantitativos como qualitativos da produção científica;
- 9) Aprofundar a compreensão sobre a institucionalização social e cognitiva dos campos científicos, com vistas a identificar o nível de institucionalização do Terceiro Setor como campo de estudos;
- 10) Estruturação e disponibilização online dos dados referentes a produção científica sobre Terceiro Setor, como forma de incentivar a troca de informações entre os pesquisadores;

A pesquisa científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento humano. Estudos dessa natureza contribuem para o enriquecimento pessoal e profissional de seus realizadores (pesquisadores). A análise da produção científica sobre o Terceiro Setor proporcionou uma ampliação dos conhecimentos sobre a dinâmica da atividade científica, na medida em que lançou um olhar sobre sua evolução histórica e seu processo de configuração e organização.

Esse modo de analisar a organização da ciência mostrou que o Terceiro Setor é mais que um grupo de organizações, mas ainda tem um longo caminho, rumo a organização e afirmação como área de pesquisa. A pesquisa ampliou também as possibilidades dos estudos métricos da informação, para o diagnóstico, monitoramento e avaliação da produção científica.



## REFERÊNCIAS

ABONG. ONGs: pluralidades e identidades. In: **Ação das ONGs no Brasil** - perguntas e repostas. São Paulo, 2005.  
<<http://www2.abong.org.br/final/bibli.php?ID=150>>. Acesso em: 4 jun. 2010.

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ALMEIDA, O. F. de A. Sobre os Métodos e as Técnicas de Pesquisa: reflexões. In: VALENTIM, P. (org.) **Métodos qualitativos de Pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 161-172.

ALFONSO-GOLDFARB, A. M., FERRAZ, M. H. M. Raízes Históricas da Dificil Equação Institucional da Ciência No Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 16(3): 3-14, 2002.

ALVES, M. A. Terceiro setor: as origens do conceito. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD – ENANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais Eletrônicos**, Rio de Janeiro: Anpad, 2002.

AKERSTROM, N. **Discursive Analytical Strategies: Understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann**, 2003.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **TransInformação**, Campinas, n.19, v.2, p.129-137, maio/ago., 2007.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada as ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2010. 320p.

BARRETO, A. A. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O Campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002, v. 01, p. 49-59.

BECKMAN, D. Recent Experience and Emerging Trends. In: PAUL, S. et al. **Nongovernmental Organizations and the World Bank**: cooperation for development, Washington DC: World Bank, 1991.

BELKIN, N. **Information concepts for information science**. Journal of Documentation. n. 34, p.55-85, 1978.

BORKO, H. **Information science**: what is it? American Documentation. n. 19 v. 1, p. 3-5, 1968.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. M. **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Banco de Teses. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BRASIL, LEI Nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9637.htm)> Acesso em: jun. 2010.

BRASIL, LEI Nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm)> Acesso em: jun. 2010.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Tradução de Luciane Artêncio, Informação como coisa.



BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n.2, p.9-25, maio/ago. 2005.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2010. Tradução de Fábio Mascarenhas e Silva, Como podemos pensar.

BUTCHER, J. Volunteering in Developing Countries. In: TAYLOR, R. (Ed.) **Third Sector Research**. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, 2010, p. 91-104.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. **Saber preparar uma pesquisa: definição, estrutura e financiamento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

CORRY, O. Defining and Theorizing the Third Sector. In: TAYLOR, R. (Ed.) **Third Sector Research**. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, 2010, p. 11-20.

CÔRTEZ, P. L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 33-56.

DA PAZ, R. O. **Organizações não-governamentais: um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG**. Cadernos ABONG, n. 33, jun. 2005.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ETZIONI, A. **A Comparative Analysis of Complex Organizations: On Power, Involvement and their Correlates**, New York: Free Press. 1961.

ETZIONI, A. **The Untapped Potential of the “Third Sector”**. Business and Society Review, No. 1 Spring 1972, pp. 39-44.

ETZIONI, A. The third sector and domestic missions, **Public Administration Review**, Jul/Aug, p.314-27, 1973.

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de São Paulo. 1999.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa quantitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANÇA, G. C. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: trançando fronteiras conceituais**. Bahia Análise & Dados. Salvador, SEI v.12, n.1, p.9-19, Junho 2002.

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade. Estudos**, João pessoa, PB, v. 12, n. 1, p. 85-99, 2002.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectiva Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, abr. 2006.

FUNARO, M. B., NORONHA, V. O. D. P. Literatura cinzenta: canais de distribuição e incidência nas bases de dados. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 33-56.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUSTINA, A. P. D. **O Ensino e a Produção Científica em Empreendedorismo nos Programas de Pós-Graduação da Região Sul do Brasil**. 190 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, 2005.

GONÇALVES, A., RAMOS, L. M. S. V., CASTRO, R. C. F. Revistas Científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 163-190.

GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. (2005) Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: VI CIFORM, Salvador. **Anais eletrônicos**. 2005, Bahia: Salvador, 2005. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/vi\\_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf](http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2010.

HODGKINSON, V., PAINTER, A. Third Sector Research in International Perspective: The Role of ISTR. In: **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations** v. 14, n. 1, p. 1-14, Mar/2003.

IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. **Estudos e Pesquisas Informação Econômica**, Rio de Janeiro, n. 8, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

IBGE. Divisões Territoriais: unidades federativas 2005. **Mapas Interativos**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm>> Acesso em: 20 jan 2011.

INGWERSEN, P. Conceptions of Information Science. In.: VAKKARI, P. CRONIN, B. (ed.) **Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312. Tradução de Michele Jabala M. Vogel, **Conceitos de Ciência da Informação**.

JANOTTI, A. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. São Paulo: EDUSP, 1992.

KOBASHI, N. Y., SANTOS, R. N. M. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 27-36, jan/abr, 2006.

LANDIM, L. Múltiplas Identidades das ONGs. In: Sergio Haddad. (Org.). **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Fundação Petropolis, 2002, p. 17-50.

LARA, M. L. G. de. Termos e Conceitos da Área de Comunicação e Produção Científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. Glossário. p. 387-414.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEVITT, T. **The Third Sector: new tactics for a responsive society**. New York: Amacom, 1973.

LEWIS, D. Individuals, organizations and public action: trajectories of the non-governmental in development studies. In: KOTHARI, U. (ed.) **A radical history of development studies**. Zed Books: London, 2005. pp. 200-222, Disponível em: <<http://personal.lse.ac.uk/lewisd/images/Radical%20history%20Chapter%20Lewis.pdf>>. Acesso em 17 Maio 2010.

LORENTZEN, H. Sector Labels. In: TAYLOR, R. (Ed.) **Third Sector Research**. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, 2010, p. 21-36.

LOUREIRO-ALVES, M. F. **Conhecendo um campo de estudo: aspectos da institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação**. 240 f. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago, 1998

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999, 268 p.

MOMM, C. F., **O conhecimento científico em Turismo no Brasil**: cursos de pós-graduação (stricto sensu) - período de 2000 a 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Florianópolis, SC: UFSC, 2009.

MORETTI, S. L. A.; CAMPANARIO, M. A. . A produção intelectual brasileira em responsabilidade social empresarial - RSE sob a ótica da bibliometria. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 68-86, 2009.

MORIN, E. A ideia do progresso do conhecimento. In: MORIN, E. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005. Cap.3. p. 95-105.

MUGNAINI, R., Carvalho, T., OSTIZ, H. C. Indicadores da produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 313-340.

NOGUEIRA, V. M. R. Estado de Bem-estar-Social - origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n.5, p. 89-103, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001.

PINHEIRO, L. V. R., LOUREIRO, J. M. M. Traçados e Limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 45-53, jan./abr. 1995.

PRICE, D. S. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 77p.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília (DF): Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SALAMON, L., ANHEIER, H. **In search of the nonprofit sector I**: the question of definitions. *Voluntas*, v.3 n. 2, p.125-151, 1992.

SALVAROTE, V. A racionalidade do Terceiro Setor. In. VOTOLINI, R. (org.) **Terceiro Setor**: planejamento e gestão. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6.ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

SANTOS, R. N. M. KOBASHI, N. Y. Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações. **Pesquisa Brasileira Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.155-172, jan./dez. 2009.

SARACEVIC, T. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P., CRONIN, B. (ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992, p. 5 – 27. Tradução de Lara Rocha, *Ciência da Informação: origem, evolução e relações*.

SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995. Tradução de Durval de Lara Filho, *A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação*.

SAYÃO, F. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, set./dez. 1996.

SOARES-BAPTISTA, R. D. G. A construção simbólica do terceiro setor. In, PIMENTA, S. M. et. al. **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

TARGINO, M. das G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 2000. Disponível em:<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 05 set 2010.

TAYLOR, R. Moving Beyond Empirical Theory. In: TAYLOR, R. (Ed.) **Third Sector Research**. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, 2010, p. 1-10.

TELLES, V. da S. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: Scherer-Warren I., Kruschke P. J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TIL, J. V. A Paradigm Shift in Third Sector Theory and Practice: Refreshing the Wellsprings of Democratic Capacity. **American Behavioral Scientist**. v. 52 n. 7, p. 1069-1081, Mar, 2009. Disponível em:

<<http://abs.sagepub.com/content/52/7/1069.full.pdf>> Acesso em: 18 abril 2010.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Fundamentos de Economia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VELHO, L. Indicadores de C&T: Antecedentes e Estratégias. In: IV Taller Iberoamericano/Interamericano de Indicadores de Ciencia y Tecnología, 1999, México. **Anais del IV Taller Iberoamericano/Interamericano de Indicadores de Ciencia y Tecnología**. México: RICYT, 1999. p. 45-67.

VERGER, J. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

VIDAL, I. Social Economy. In: TAYLOR, R. (Ed.) **Third Sector Research**. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, 2010, p. 61-72.

WEISBROD, Burton. **Nonprofit Economy**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

WEITZEL, S. R. Fluxo da Informação Científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 81-114.



WHITLEY, Richard. **The intellectual and social organization of the sciences**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2000. 319 p.

WITTER, Geraldina Porto. Produção Científica: escalas de avaliação. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 287-311.

WORMELL, I. Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 210-216, maio/ago. 1998.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Modelo de referência bibliográfica**

AU: Adelmo Ferreira da Silva

TI: Organizações Questionadoras do Terceiro Setor: discutindo sua autonomia institucional.

AD: 2004

IE: Universidade Federal da Bahia

NP: Administração

NG: Mestrado

AV: Administração, Ciências Contábeis e Turismo

OR: Genauto Carvalho de França Filho

PC: Terceiro Setor; Sustentabilidade; Organizações Questionadoras

AC: Administração

BE: Genauto Carvalho de França Filho; José Antonio Gomes de Pinho; Napoleão dos Santos Queiroz

LP: poderes locais, organizações e gestão - estuda as organizações e interorganizações de diferentes escalas vistas em três dimensões: como espaços políticos e simbólicos, como espaço de ação e produção individual e coletiva e como espaço de gestão.

AF: CNPq

ID: Português

DA: Federal

RS: Este trabalho tem por objetivo colocar em evidência as questões relacionadas à sustentabilidade de um grupo específico de organizações atuantes no campo que se convencionou chamar terceiro setor: as organizações questionadoras. Destas, em razão de sua natureza reivindicatória e eminentemente política, interessa saber em que medida modificam-se para atender as eventuais exigências das entidades que financiam suas atividades. Por atuar em uma zona que favorece o surgimento de conflitos, dada a natureza política destas organizações, é plausível que estas tenham características muito peculiares no que diz respeito ao seu financiamento. Assim sendo, os conflitos referentes a este aspecto específico (financiamento) passam a ocupar papel central, já que o item recursos é primordial para a continuidade das organizações. Este trabalho analisa as consequências resultantes destas organizações, que assumem um posicionamento mais político-ideológico para atuar, não deixando de levar em consideração nas suas atividades cotidianas seus valores e princípios. Para explorar tal tema, este trabalho opta pelo estudo de caso, centrando sua análise em duas organizações, que, pela natureza de suas ações, defesa do meio ambiente e questões agrárias, tendem a entrar em conflito com os atores dos dois outros setores, o estado e o mercado. O intuito é verificar o grau de influência e interferência que os financiadores das organizações do terceiro setor podem exercer sobre seus financiados, no caso específico deste trabalho, sobre as organizações questionadoras.

Legenda:

AU: AUTOR

TI: TÍTULO

AD: ANO DE DEFESA

IE: INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NP: NOME DO PROGRAMA

AV: ÁREA DE AVALIAÇÃO

NG: NÍVEL DE GRADUAÇÃO

LP: LINHA(S) DE PESQUISA

OR: ORIENTADOR

PC: PALAVRAS-CHAVE

AC: ÁREA(S) DO CONHECIMENTO

BE: BANCA EXAMINADORA

AF: AGÊNCIA(S)

FINANCIADORA(S)

ID: IDIOMA(S)

DA: DEPENDÊNCIA

ADMINISTRATIVA

RS: RESUMO